

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430.

Solilóquios ; A vida feliz / Santo Agostinho ; [revisão H. Dalbosco]. — São Paulo : Paulus, 1998 — (Patrística ; 11)

Solilóquios: título original: Soliloquia / tradução, introdução e notas Adaury Fiorotti.

A vida feliz: título original: De beata vita / tradução Nair de Assis Oliveira ; introdução, notas e bibliografia Roque Frangiotti.

Bibliografia.

ISBN 85-349-1201-7

1. Felicidade 2. Felicidade — Aspectos religiosos 3. Neoplatonismo I. Dalbosco, Honório. II. Fiorotti, Adaury. III. Frangiotti, Roque, 1939 — IV. Título. V. Título: A vida feliz. VI. Série.

98-0332

CDD-281.4
-239.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Felicidade : Aspectos religiosos : Igreja primitiva 281.4
2. Neoplatonismo : Polêmicas : Teologia cristã 239.4

Coleção PATRÍSTICA

1. *Padres Apostólicos*
2. *Padres Apologistas*
3. *Justino de Roma*
4. *Ireneu de Lião*
5. *Ambrósio de Milão*
6. *Sermões, Leão Magno*
7. *A Trindade, S. Agostinho*
8. *O livre-arbítrio, S. Agostinho*
- 9/1. *Comentário aos Salmos (Salmos 1-50), S. Agostinho*
- 9/2. *Comentário aos Salmos (Salmos 51-100), S. Agostinho*
- 9/3. *Comentário aos Salmos (Salmos 101-150), S. Agostinho*
10. *Confissões, S. Agostinho*
11. *Solilóquios - A vida feliz, S. Agostinho*

SANTO AGOSTINHO

SOLILÓQUIOS e A VIDA FELIZ



Solilóquios

Traduzido do original latino "Soliloquia"

Tradução, introdução e notas

Adaury Fiorotti

Bibliografia

Roque Franglotti

A vida feliz

Traduzido do original latino "De Beata Vita"

Tradução

Ir. Nair de Assis Oliveira, csa

Introdução, notas e bibliografia

Roque Franglotti

Revisão

H. Dalbosco

Direção editorial

Pe. Manoel Quinta

Capa

Visa

© PAULUS – 1998

Rua Francisco Cruz, 229

04117-091 São Paulo (Brasil)

Fax (011) 570-3627

Tel. (011) 5084-3066

<http://www.paulus.org.br>

dir.editorial@paulus.org.br

ISBN 85-349-1201-7

APRESENTAÇÃO

Surgiu, pelos anos 40, na Europa, especialmente na França, um movimento de interesse voltado para os antigos escritores cristãos e suas obras conhecidos, tradicionalmente, como "Padres da Igreja", ou "santos Padres". Esse movimento, liderado por Henri de Lubac e Jean Daniélou, deu origem à coleção "Sources Chrétiennes", hoje com cerca de 300 títulos, alguns dos quais com várias edições. Com o Concílio Vaticano II, ativou-se em toda a Igreja o desejo e a necessidade de renovação da liturgia, da exegese, da espiritualidade e da teologia a partir das fontes primitivas. Surgiu a necessidade de "voltar às fontes" do cristianismo.

No Brasil, em termos de publicação das obras destes autores antigos, pouco se fez. Paulus Editora procura, agora, preencher este vazio existente em língua portuguesa. Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes de fé cristã, os fundamentos da doutrina da Igreja, especialmente no sentido de buscar nelas a inspiração atuante, transformadora do presente. Não se propõe uma volta ao passado através da leitura e estudo dos textos primitivos como remédio ao saudosismo. Ao contrário, procura-se oferecer aquilo que constitui as "fontes" do cristianismo para que o leitor as examine, as avalie e colha o essencial, o espírito que as produziu. Cabe ao leitor, portanto, a tarefa do discernimento. Paulus Editora quer, assim, oferecer ao público de língua portuguesa, leigos, clérigos, religiosos, aos estudiosos do cristianismo primevo, uma série de títulos, não exaustiva, cuidadosamente traduzidos e preparados, dessa vasta literatura cristã do período patrístico.

Para não sobrecarregar o texto e retornar a leitura, procurou-se evitar anotações excessivas, as longas introduções estabelecendo paralelismos de versões diferentes, com referências aos empréstimos da literatura pagã, filosófica, religiosa, jurídica, às infindas controvérsias sobre determinados textos e sua autenticidade. Procurou-se fazer com que o resultado desta pesquisa original se traduzisse numa ação despojada, porém séria.

Cada autor e cada obra terão uma introdução breve com os dados biográficos essenciais do autor e um comentário sucinto dos aspectos literários e do conteúdo da obra suficientes para uma boa compreensão do texto. O que interessa é pôr o leitor diretamente em contato com o texto. O leitor deverá ter em mente as enormes diferenças de gêneros literários, de estilos em que estas obras foram redigidas: cartas, sermões, comentários bíblicos, paráfrases, exortações, disputas com os heréticos, tratados teológicos vazados em esquemas e categorias filosóficas de tendências diversas, hinos litúrgicos. Tudo isso inclui, necessariamente, uma disparidade de tratamento e de esforço de compreensão a um mesmo tema. As constantes, e por vezes longas, citações bíblicas ou simples transcrições de textos escriturísticos, devem-se ao fato de que os Padres escreviam suas reflexões sempre com a Bíblia numa das mãos.

Julgamos necessário um esclarecimento a respeito dos termos patrologia, patrística e padres ou pais da Igreja. O termo patrologia designa, propriamente, o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos pais da Igreja. Ela se interessa mais pela história antiga incluindo também obras dos escritores leigos. Por patrística se entende o estudo da doutrina, as origens dessa doutrina, suas dependências e empréstimos do meio cultural, filosófico e pela evolução do pensamento teológico dos pais da

Igreja. Foi no século XVII que se criou a expressão “teologia patrística” para indicar a doutrina dos padres da Igreja distinguindo-a da “teologia bíblica” da “teologia escolástica”, da “teologia simbólica” e da teologia especulativa”. Finalmente, “Padre ou Pai da Igreja” se refere ao escritor leigo, sacerdote ou bispo, da antiguidade cristã, considerado pela tradição posterior como testemunho particularmente autorizado da fé. Na tentativa de eliminar as ambigüidades em torno desta expressão, os estudiosos convencionaram em receber como “Pai da Igreja” quem tivesse estas qualificações: ortodoxia de doutrina, santidade de vida, aprovação eclesiástica e antiguidade. Mas os próprios conceitos de ortodoxia, santidade e antiguidade são ambíguos. Não se espere encontrar neles doutrinas acabadas, buriladas, irrefutáveis. Tudo estava ainda em ebulição, fermentando. O conceito de ortodoxia é, portanto, bastante largo. O mesmo vale para o conceito de santidade. Para o conceito de antiguidade, podemos admitir, sem prejuízo para a compreensão, a opinião de muitos especialistas que estabelece, para o Ocidente, Igreja latina, o período que, a partir da geração apostólica, se estende até Isidoro de Sevilha (560-636). Para o Oriente, Igreja grega, a antiguidade se estende um pouco mais, até a morte de s. João Damasceno (675-749).

Os “Pais da Igreja” são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a litúrgia, a disciplina, os costumes, e os dogmas cristãos, decidindo assim os rumos da Igreja. Seus textos se tornaram fontes de discussão, de inspirações, de referências obrigatórias ao longo de toda a tradição posterior. O valor dessas obras que Paulus Editora oferece ao público pode ser avaliado neste texto: “Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e, parti-

cularmente, na literatura greco-romana. São eles os últimos representantes, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apologético, oratório ou apuradamente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar este fim. (...) Há de se lhes aproximar o leitor com o coração aberto, cheio de boa vontade e bem disposto à verdade cristã. As obras dos Padres se lhe reverterão, assim, em fonte de luz, alegria e edificação espiritual” (B. Altaner; A. Stuiber, Patrologia, S. Paulo, Paulus, 1988, pp. 21-22).

A Editora

SOLILÓQUIOS

INTRODUÇÃO

Solilóquios é o título que o próprio Agostinho deu a esta obra, que se compõe de 2 livros e 35 capítulos, 15 no Livro I e 20 no Livro II. A obra é inacabada, como se lê no fim do Livro II. Um terceiro livro estava previsto, no qual Agostinho trataria especificamente do tema da inteligência relacionado com a imortalidade da alma. Infelizmente não o temos, porque os trabalhos pastorais logo iriam absorver totalmente o tempo de Agostinho.

Após sua conversão, ele retirou-se em Cassiciaco, uma aldeia ao norte da Itália, cuja localização atualmente dificilmente se pode identificar. Ali lhe fora cedido o uso de uma chácara por um nobre senhor de nome Verecundo, onde Agostinho passou os primeiros anos após sua conversão, em companhia de sua mãe Mônica e de seus amigos, para total dedicação ao estudo, à filosofia, à meditação e satisfação de seu anseio: a procura de Deus e da verdade, tema central desta obra.

O método usado nesta obra e em outros diálogos escritos nessa época é o de perguntas e respostas. Era o método pedagógico utilizado na época, em que o instrutor ou professor dialogava com o discípulo, levando-o a uma conclusão através de raciocínios, às vezes até absurdos, para chegar à conclusão desejada.

Em outros livros, os dialogantes são: Agostinho, seu irmão Naviógio, seus amigos Alípio, Trigésio, Licêncio e outros e, em não poucas intervenções, sua mãe Mônica. Mas, nesta obra, Agostinho dialoga consigo mesmo, donde o nome: *Solilóquios*. Sua razão faz o papel de instru-

tor e ele de discípulo. Assim, Agostinho nos proporciona com rara beleza um exemplar de sua fecunda inteligência, tratando dos mais variados temas. Algumas expressões elaboradas nesta obra foram posteriormente expressas de melhor maneira noutra livro dele, denominado *Retratações*.

Várias doutrinas estão formuladas ou esboçadas nesta obra. A doutrina fundamental da iluminação está no Livro I, VIII, 15. Como o sol físico que ilumina o mundo, assim também o universo dos espíritos criados tem seu sol inteligível que ilumina tudo. Mas não uma iluminação como pura passividade da mente no ato intelectual, como se a iluminação consistisse numa total apresentação dos conceitos por Deus. Mas subsiste a atividade intelectual própria, porque a iluminação de Deus não destrói a ação própria da vontade humana nem exclui o exercício de sua atividade de causa segunda. A visão imediata da essência divina reserva-se para a vida futura; aqui o ser dialético e discursivo sobe do criado ao Criador.

Em I, XIII, 23 Agostinho expõe uma dialética de gradativa ascensão, oposta a qualquer ontologismo ou visão natural de Deus. Deve-se passar, aos poucos, pelas coisas sem brilho, pelas que adquirem brilho através da luz, contemplando-se depois o fogo, os astros, a lua, o fulgor da aurora e o esplendor do amanhecer, a cada um de acordo com a condição de sua firmeza, como graus e etapas que levem a compreender sem perturbação o absoluto, o sol iluminador.

A teoria da reminiscência — II, XX, 35. Agostinho conhecia muito bem esta doutrina platônica, defendida por Plotino e Porfírio, discípulos de Platão. Agostinho era versado nas obras desses dois discípulos de Platão, mas não parece jamais ter defendido a idéia deles. Mantém a palavra reminiscência, mas esvazia-a de seu significado platônico, introduzindo uma doutrina que lhe é

própria, a doutrina da iluminação por Deus, Sol dos espíritos.

No decorrer da tradução, faço apenas algumas anotações que julgo oportunas para o esclarecimento do texto.

Esta obra, em sua estrutura e desenvolvimento, de plena atualidade em nossa época dominada por desenfreado pragmatismo e materialismo, é o fruto da simplicidade, humildade, força de inteligência, sinceridade, pureza de coração e incondicional dedicação à verdade, tudo isso sintetizado de maneira tão bela na maravilhosa oração do início do livro.

LIVRO I
CAPÍTULO I
PRECE A DEUS

1. Enquanto incessantemente durante muitos dias eu pensava comigo mesmo sobre muitos e diversos assuntos e procurava com diligência a mim mesmo, o meu bem e o que de mal devesse ser evitado, de repente uma voz me fala, não sei se fui eu mesmo ou outro qualquer, exterior ou interiormente. É isso que desejo imensamente saber. Disse-me, então, a Razão: supõe que tenhas chegado a alguma conclusão; onde guardarás isso para continuar a tratar de outros assuntos?

Agostinho: Certamente na memória.

Razão: Mas ela é assim tão poderosa que possas guardar fielmente tudo o que pensas?

A. É difícil. Mais ainda: não pode.

R. Então, deves escrever. Ou a tua saúde não te permite esforços para o trabalho de escrever? Estas coisas não devem ser ditadas, porque elas requerem a tranqüilidade de estar só.

A. É verdade. Por isso, não sei o que fazer.

R. Pede força e ajuda para poder chegar ao que desejas e escreve tudo para que te sintas mais animado com a produção de tua inteligência. Depois, resume em breves conclusões o que descobrir. E não te preocupes com o desejo de muitos leitores; estas coisas serão suficientes aos teus poucos patrícios.

A. Assim o farei.

2. Deus, criador de todas as coisas, concede-me primeiramente que eu faça uma boa oração; em seguida, que me torne digno de ser ouvido por ti; por fim, que me aten-

das. Deus, por quem tende a ser tudo aquilo que por si só não existiria. Deus, que não permites que pereça nem mesmo aquilo que se destrói. Deus, que do nada criaste este mundo, o qual acham bellissimo os olhos de todos os que o contemplam. Deus, que não fazes o mal e fazes que este não seja pior. Deus, que mostras aos poucos, que se aproximam do que é verdadeiro, que o mal é nada. Deus, por quem todas as coisas são perfeitas, ainda com a parte que lhes toca de imperfeição. Deus, por quem se atenua ao máximo qualquer dissonância quando as coisas piores se harmonizam com as melhores. Deus, a quem amam, consciente ou inconscientemente, todos os que possam amar. Deus, em quem todas as coisas subsistem e para quem, contudo, não é torpe a torpeza de qualquer criatura, a quem não prejudica a sua malícia nem o afasta o seu erro. Deus, que não quiseste que conhecessem a verdade senão os puros.¹ Deus, Pai da verdade, Pai da sabedoria, pai da verdadeira e suprema vida, Pai da felicidade, Pai do que é bom e belo, Pai da luz inteligível, pai do nosso desvelo e iluminação, Pai da garantia pela qual somos aconselhados a retornar a ti.

3. Eu te invoco, Deus Verdade, em quem, por quem e mediante quem é verdadeiro tudo o que é verdadeiro. Deus Sabedoria, em quem, por quem e mediante quem têm sabedoria todos os que sabem. Deus, verdadeira e suprema Vida, em quem, por quem e mediante quem tem vida tudo o que goza de vida verdadeira e plena. Deus Felicidade, em quem, por quem e mediante quem são felizes todos os seres que gozam de felicidade. Deus Bondade e Beleza, em quem, por quem e mediante quem é bom e belo tudo o

¹O próprio Agostinho critica esta sentença em seu livro "Retratações", pois ele diz que alguém poderia objetar que pode haver quem não seja puro e co-nheça a verdade. Mas não esqueçamos que aqui Agostinho estava filosofando em busca desta verdade que, para ele, só podia ser encontrada com pureza.

que tem bondade e beleza. Deus Luz inteligível, em quem, por quem e mediante quem tem brilho inteligível tudo o que brilha com inteligência. Deus, cujo reino é o mundo inteiro, a quem o sentido não percebe. Deus, de cujo reino procede também a lei para os reinos da terra. Deus, de quem separar-se significa cair, a quem retornar significa levantar-se, em quem permanecer significa ser firme. Deus, de quem afastar-se é morrer, ao qual voltar é reviver, em quem habitar é viver. Deus, a quem ninguém deixa senão enganado, a quem ninguém busca senão estimulado para isso, a quem ninguém encontra senão purificado. Deus, a quem abandonar é o mesmo que perecer, a quem acatar é o mesmo que amar, a quem ver é o mesmo que possuir. Deus, a quem a fé nos estimula, a esperança nos eleva, o amor nos une. Eu te invoco, Deus, por quem vencemos o inimigo. Deus, de quem recebemos o fato de não perecermos totalmente. Deus, por quem somos admoestados a estar atentos. Deus, por quem discernimos as coisas boas das más. Deus, por quem evitamos as coisas más e seguimos as boas. Deus, por quem não caímos diante das adversidades. Deus, por quem prestamos bom serviço e nos portamos bem. Deus, por quem aprendemos que é de outros o que às vezes julgávamos ser nosso e que nos pertence o que às vezes julgávamos ser de outros. Deus, por quem não aquiescemos às artimanhas e seduções dos maus. Deus, por quem as pequeninas coisas não nos diminuem. Deus, por quem o que há de melhor em nós não está sujeito ao que há de pior. Deus, por quem a morte é absorvida na vitória. Deus, que nos convertes. Deus, que nos despes daquilo que não é e nos revestes daquilo que é. Deus, que nos fazes dignos de ser ouvidos. Deus, que nos fortificas. Deus, que nos atraís para toda verdade. Deus, que nos falas tudo o que é bom, não nos fazes de tolos nem permites que quem quer que seja nos faça de tolos. Deus, que nos chamas

para o caminho. Deus, que nos levas à porta. Deus, que fazes com que a porta seja aberta aos que batem. Deus, que nos dás o pão da vida. Deus, por quem temos sede de uma bebida que, uma vez tomada, faz que nunca mais tenhamos sede. Deus, que acusas o mundo do pecado, justiça e juízo. Deus, por quem não nos induzem aqueles que não crêem. Deus, por quem censuramos o erro dos que julgam que não há méritos das almas junto a ti. Deus, por quem não servimos aos elementos covardes e miseráveis. Deus, que nos purificas e nos preparas para os prêmios divinos, achega-te a mim com benevolência.

4. Tudo o que eu disse és tu, Deus único. Vem em meu auxílio, substância una, eterna e verdadeira, em quem não há discrepância, confusão, mudança, indignidade nem morte. Onde há plena concórdia, total evidência, total constância, suma plenitude e vida plena. Em quem nada falta, nada sobra. Em quem aquele que gera e o que é por ele gerado são um só. Deus, a quem servem todas as criaturas capazes de servir, a quem obedece toda alma boa. Por cujas leis giram os corpos celestes, os astros cumprem seus cursos, o sol traz o dia, a lua suaviza a noite e todo o mundo, à medida que o suporta a matéria sensível, mantém uma grande constância em relação às ordens estabelecidas e reiteraões, isto é, no decurso dos dias: pela alternância da luz e da noite; no decorrer dos meses: pelas fases lunares; no decurso dos anos: pelas sucessões da primavera, verão, outono e inverno; no decorrer de intervalos de cinco anos: pela conclusão do curso solar; no decurso de grandes períodos: pelo retorno dos astros aos seus cursos. Deus, por cujas leis subsistentes na eternidade não se permite que se perturbe o movimento instável das coisas mutáveis, o qual, em virtude dos freios dos mundos circunvolventes, sempre se reitera à guisa de estabilidade; por cujas leis o homem tem livre-

arbítrio, sendo conseqüentemente distribuídos prêmios aos bons e castigos aos maus, em tudo de acordo com exigências estabelecidas. Deus, de quem procedem até nós todos os bens, por cuja força coercitiva são afastados de nós todos os males. Deus, acima de quem nada existe, além de quem nada existe, sem o qual nada existe. Deus, abaixo de quem está tudo, em quem está tudo, com quem está tudo. Que fizeste o homem à tua imagem e semelhança, fato este que é reconhecido por aquele que se conhece a si mesmo. Ouve-me, ouve-me, meu Deus, meu senhor, meu rei, meu pai, meu criador, minha esperança, minha realidade, minha honra, minha residência, minha pátria, minha salvação, minha luz, minha vida. Ouve-me, ouve-me, ouve-me com aquele teu jeito bem conhecido de poucos.

5. Amo somente a ti, sigo somente a ti, busco somente a ti, estou disposto a servir somente a ti e desejo estar sob a tua jurisdição, porque somente tu governas com justiça. Manda e ordena o que quiseres, mas sana e abre meus ouvidos para ouvir tuas palavras; sana e abre meus olhos para enxergar os teus acenos. Afasta de mim a ignorância para que eu te reconheça. Dize-me para onde devo voltar-me para ver-te e espero fazer tudo o que mandares. Suplico-te: recebe teu fugitivo, Senhor e Pai clementíssimo; já sofri muito; já servi demais aos teus inimigos, os quais sujeitas sob teus pés; por muito tempo fui ludibriado por falácias. Recebe-me, que sou teu escravo fugindo deles, que me receberam, estranho a eles, quando eu fugia de ti. Sinto em mim que devo voltar a ti. Abra-se tua porta para mim, que estou batendo. Ensina-me como chegar a ti. Nada mais tenho que a vontade. Nada mais sei senão que se deve desprezar as coisas passageiras e transitórias e procurar o que é certo e eterno. Faço-o, Pai, porque é a única coisa que sei; porém, ignoro como

chegar a ti. Ensina-me, mostra-me, oferece-me as provisões para a viagem. Se é com a fé que te encontram os que se refugiam em ti, dá-me fé; se é com a força, dá-me força; se é com a ciência, dá-me ciência. Aumenta em mim a fé, aumenta a esperança, aumenta o amor. Ó admirável e singular bondade tua!

6. Almejo-te; e novamente te peço aquilo que se necessita para almejar-te. Perece aquele a quem abandonares; mas não abandonas, porque és o bem supremo a quem não deixa de encontrar aquele que procura corretamente. E procura corretamente todo aquele a quem conduzes para que procure corretamente. Faze, Pai, que eu te procure, mas livra-me do erro. Nenhuma outra coisa, além de ti, se apresente a mim, que te estou procurando. Se nada mais desejo senão a ti, Pai, então eu te encontro logo. Mas se houver em mim desejo de algo supérfluo, limpa-me e torna-me apto a ver-te. Quanto ao mais, em relação à saúde do meu corpo mortal, confio-o a ti, porquanto não sei que utilidade possa haver nele para mim ou para aqueles a quem amo. Pai sapientíssimo e ótimo, em relação a isso rezarei no tempo em que me avisares. Apenas rogo à tua excelentíssima clemência que me convertas totalmente a ti e faças com que nada se oponha a mim, que caminho para ti e que, durante o tempo em que carregue e lido com este mesmo corpo, eu seja puro, magnânimo, justo e prudente, perfeito amante da tua sabedoria, aplicando-me à sua percepção, digno da habitação e de ser habitante do teu reino tão feliz. Amém, amém.

CAPÍTULO II O QUE SE DEVE AMAR

7. A. Fiz minha oração a Deus.

R. Então, o que desejas saber?

A. Tudo o que pedi na oração.

R. Faze um breve resumo de tudo.

A. Desejo conhecer a Deus e a alma.

R. Nada mais?

A. Absolutamente nada.

R. Então, começa a investigar. Mas explique antes como pode dizer: basta — no caso em que Deus se te dê a conhecer.

A. Não sei até que ponto ele deva dar-se a conhecer, ao ponto que eu diga: chega! Pois não creio que eu saiba alguma coisa até o ponto como desejo conhecer a Deus.

R. Que fazer, então? Não achas que primeiro devas saber até que ponto te seja suficiente conhecer a Deus e, depois de atingir este ponto, já não procures mais?

A. Acho sim; mas não percebo como se possa fazê-lo. Por acaso compreendi algo semelhante a Deus para poder dizer: quero conhecer a Deus do mesmo modo como conheço isso?

R. Tu que ainda não conheces a Deus, como sabes que não conheces nada semelhante a Deus?

A. Porque se eu conhecesse algo semelhante a Deus, sem dúvida o amaria. Entretanto, nada mais amo além de Deus e a alma, dos quais não conheço nenhum.

R. Então não amas os teus amigos?

A. Como posso, eu que amo a alma, deixar de amá-los?

R. Portanto, amas também as pulgas e os percevejos?

A. Disse que amo a alma, não os animais.

R. Ou os homens não são amigos teus, ou não os amas; pois todo homem é animal, e tu acabaste de dizer que não amas os animais.

A. São seres humanos e eu os amo, não por serem animais, mas por serem seres humanos, isto é, pelo fato de terem almas racionais, as quais eu amo mesmo nos ladrões. Pois posso amar a razão em alguém, embora possa de direito ter aversão àquele que usa mal aquilo que amo. De modo que tanto mais amo os meus amigos, quanto melhor eles usam a alma racional, ou quanto desejem fazer bom uso dela.

CAPÍTULO III O CONHECIMENTO DE DEUS

8. R. Aceito o que disseste. Contudo, se alguém te dissesse: “far-te-ei conhecer a Deus do modo como conheces Alípio”, não agradecerias e dirias: “Com isto é suficiente”?

A. Certamente agradeceria, mas não diria que fosse o bastante.

R. Por quê?

A. Porque não conheço a Deus até o ponto como conheço Alípio, e mesmo Alípio não o conheço suficientemente.

R. Vê, então, se não é uma insolência da tua parte querer conhecer bastante a Deus, quando nem Alípio o conheces suficientemente.

A. Não se deduz isso. Pois em comparação com os astros, o que há de tão pouco valor que o meu jantar? Entretanto, não sei o que irei jantar amanhã; mas posso dizer a fase em que a lua estará amanhã.

R. Então, basta-te conhecer a Deus como conheces a fase em que a lua estará amanhã?

A. Não é o suficiente; pois isto percebo com os sentidos, porém, não sei se Deus ou alguma coisa oculta da natureza de repente mude a ordem e o curso da lua. Se isto acontecer, tudo o que eu pressupunha terá sido sem fundamento.

R. E crês que isso pode ocorrer?

A. Não creio. Porém, procuro o que conhecer, não o que crer. Mas tudo o que sabemos, dizemos, talvez corretamente, também que cremos; entretanto, nem tudo o que cremos sabemos.

R. Portanto, neste assunto rejeitas todo o testemunho dos sentidos?

A. Rejeito-o totalmente.

R. No que diz respeito àquele teu amigo, a quem, como disseste, ainda não o conheces totalmente, queres conhecê-lo com o sentido ou com o entendimento?

A. O que conheço dele pelo sentido — se é que pelos sentidos se conhece alguma coisa — é de pouco valor e é o bastante. Porém, quanto àquela parte pela qual ele é meu amigo, isto é, a alma, desejo atingi-la pelo entendimento.

R. Pode-se conhecer de outra maneira?

A. De modo algum.

R. No entanto, ousas dizer que desconheces o teu amigo, que te é tão familiar?

A. Por que não ousaria? Julgo justíssima a lei da amizade, pela qual se prescreve que alguém ame seu amigo nem menos nem mais do que se ama a si mesmo. Assim, uma vez que não me conheço a mim mesmo, pode significar para ele alguma ofensa quando afirmo que não o conheço; principalmente, acredito, quando nem mesmo ele se conhece?

R. Portanto, se o que desejas saber são coisas do tipo que o entendimento alcança, então quando eu disse que poderia ser uma insolência da tua parte querer conhecer a Deus quando nem Alípio conheces, não deverias ter feito uma comparação entre o teu jantar e a lua, uma vez que estas coisas, como disseste, pertencem ao sentido.

CAPÍTULO IV

CONHECIMENTO FUNDAMENTADO

9. R. Mas no que nos diz respeito, responde ao seguinte: se o que Platão e Plotino disseram de Deus é verdadeiro, bastar-te-ia conhecer a Deus como eles o conheceram?

A. Se é verdadeiro tudo o que disseram, não de imediato se pode concluir que eles necessariamente também soubessem tais coisas. Pois muitos falam bastante mesmo do que não sabem, como eu mesmo disse desejar conhecer tudo o que pedi em minha oração, o que eu não desejaria se já o conhecesse. E no entanto, mesmo assim não pude dizê-lo? Expressei não o que compreendia com o entendimento, e sim o que eu tinha guardado na memória, com toda a fidelidade quanto pude. Mas saber é outra coisa.

R. Dize: sabes ao menos o que seja uma linha em geometria?

A. É claro que sei.

R. Nesta afirmação não temes os acadêmicos?

A. De modo algum. Eles não aceitam que o sábio erre; mas eu não sou sábio. Por isso, não temo dizer que conheço as coisas quando realmente as conheço. E se eu chegar à sabedoria, como desejo, farei o que ela aconselhar.

R. Não retruco em nada. Mas, como havíamos começado a perguntar, conheces a figura que chamam de esfera assim como conheces a linha?

A. Conheço.

R. Ambas igualmente, ou conheces uma mais ou menos que a outra?

A. Conheço-as igualmente, pois não me engano nem numa nem noutra.

R. Quanto a essas coisas, as percebeste com os sentidos ou com o entendimento?

A. Neste assunto, tenho experiência dos sentidos quase como que de uma nave. Pois quando eles me conduziram ao lugar de destino, onde os deixei, já como que em terra comecei a ponderar essas coisas com o pensamento; durante muito tempo vacilaram-me os pés. Pelo que parece-me antes que se possa navegar na terra do que conseguir a ciência geométrica com os sentidos, embora pareça que estes sejam de alguma ajuda para os que começam a aprender.

R. Portanto, não dúvidas em denominar ciência esta disciplina, se é que tens alguma?

A. Não, com a permissão dos estóicos, que a ninguém mais atribuem a ciência senão ao sábio. Não nego, em sã consciência, que possuo a percepção deles, a qual eles atribuem também à ignorância. Mas tampouco os temo. Ao contrário, tenho como ciência o conhecimento das coisas sobre as quais me perguntaste. Prossiga; quero ver até onde chegas com essas perguntas.

R. Não tenha pressa; nada temos a fazer. Apenas tem cuidado ao concordar para não aceder temerariamente a alguma coisa. Desejo que tenhas prazer em coisas para as quais não tenhas de temer algum fim. E como se isso fosse algo de pouco valor, me fazes apressar.

A. Queira Deus conduzir como dizes. Por isso, peço-te que, a teu critério, eu seja mais severamente repreendido se daqui em diante algo semelhante ocorrer.

10. *R.* É evidente para ti que uma linha não pode de modo algum ser dividida longitudinalmente em duas linhas?

A. É evidente.

R. E transversalmente?

A. Pode ser cortada ao infinito.

R. E quanto à esfera, parece-te também evidente que, dentre os círculos traçados de qualquer ponto a partir do centro, não possa haver sequer dois círculos iguais?

A. Plenamente evidente.

R. E o que achas: a linha e a esfera são algo idêntico ou diferem entre si?

A. Quem não vê que são muito diferentes?

R. Se conheces igualmente ambas as coisas e, contudo, como afirmas, elas diferem muito entre si, então há uma mesma ciência de coisas diferentes.

A. Quem o negou?

R. Tu mesmo, há pouco. Pois quando te perguntei até que ponto desejas conhecer a Deus para poder dizer “é o bastante”, respondeste que não podias explicar isto porque não tinhas conhecimento de nada até o ponto como desejas conhecer a Deus, que não conhecias nada semelhante a Deus. Então, como ficamos: a linha e a esfera são semelhantes?

A. Quem o disse?

R. Eu te havia perguntado não se conhecias algo semelhante a Deus, mas sim se conhecias algo até o ponto como desejas conhecê-lo. Ora, conheces a linha do mesmo modo como conheces a esfera, visto que a linha não é igual à esfera. Então, responde-me se te é suficiente conhecer a Deus como conheces a esfera geométrica, isto é, ter conhecimento de Deus de tal modo que não venhas a duvidar.

CAPÍTULO V
IDÊNTICO E IGUAL CONHECIMENTO
DE COISAS DIFERENTES

11. A. Bem, embora me forces tanto e convenças, contudo não ousou afirmar que eu queria conhecer a Deus como conheço tais coisas. Pois não somente essas coisas, mas também a própria ciência me parece ser diferente. Primeiramente, porque nem a linha nem a esfera diferem tanto entre si, que uma mesma disciplina não abranja o conhecimento de ambas. Nenhum geômetra afirmou que ensina a Deus. Em segundo lugar, se a ciência em relação a Deus e a essas coisas fosse igual, eu teria prazer, conhecendo essas coisas, igual ao prazer que suponho teria em conhecer a Deus. Agora, porém, menosprezo inteiramente essas coisas em comparação com ele, de modo que me parece, se eu vier a compreendê-lo e vê-lo do modo como ele possa ser visto, que todas essas coisas cairiam da minha mente. Já agora, pelo amor dele, essas coisas apenas me afloraram à memória.

R. Admito que, depois de chegar ao conhecimento de Deus, terás muito maior prazer que com o conhecimento dessas coisas; mas isso por causa da diferença das coisas, não pela diferença do conhecimento, a não ser que contemples a terra com diferentes olhos como olhas para o céu sereno. Por mais que te chame a atenção a visão daquela terra do que deste céu, entretanto, se os olhos não se enganam, creio que, interrogado se estás tão certo de que vês a terra como vês o céu, deves responder que realmente tens igual certeza, embora não sintas tanto prazer com a beleza e esplendor da terra como o sentes com a beleza e o esplendor do céu.

A. Confesso que esta comparação me toca e sou induzido a afirmar que quanto difere, em seu gênero, a terra do céu, tanto essas afirmações verdadeiras e certas das disciplinas diferem da majestade inteligível de Deus.

CAPÍTULO VI

OLHOS COM QUE A ALMA VÊ A DEUS

12. R. Estás numa boa direção; pois a razão, que fala contigo, promete que mostrará Deus à tua mente como o sol se mostra aos olhos. Porque as faculdades da alma são como que os olhos da mente: como as coisas que são certas no âmbito das ciências são tais como as coisas que são iluminadas pelo sol para que possam ser vistas, assim como o é a terra e tudo o que é terreno; mas Deus é quem ilumina. Assim, eu, a razão, estou nas mentes como a visão nos olhos. Pois não é a mesma coisa ter olhos e olhar, como tampouco olhar e ver. Por isso, a alma precisa de três coisas: ter olhos dos quais possa usar bem, olhar e ver. O olho da alma é a mente isenta de toda mancha do corpo, isto é, já afastada e limpa dos desejos das coisas mortais, o que somente a fé, em primeiro lugar, lhe pode proporcionar. Pois o que ainda não lhe pode ser mostrado enquanto esteja manchada e envolta em vícios — uma vez que ela não pode ver se não estiver sã — se não crê que verá, ela não se dá ao trabalho de procurar a sua saúde. Mas, mesmo crendo que assim ocorra e que ela verá, se puder, porém, perde a esperança de ficar sã, não irá ela resistir e menosprezar a observância das prescrições do médico.

A. Realmente é assim, principalmente porque o doente sente o rigor de tais prescrições médicas.

R. Portanto, à fé deve-se acrescentar a esperança.

A. É o que acho.

R. É o que acontecerá se, mesmo crendo que assim é e esperando que possa ficar com saúde, mas não gosta nem deseja a própria luz que é prometida, mas julga que deva

se satisfazer com as trevas que são as suas enfermidades, porque já se habituou com elas, por acaso ela não rejeitará inteiramente o médico?

A. Certamente que sim.

R. Portanto, em terceiro lugar entra como necessário o amor.

A. Nada mais é tão necessário.

R. Por isso, sem essas três coisas nenhuma alma fica sã para poder ver, isto é, entender o seu Deus.

13. R. Quando tiver os olhos sãos, o que resta?

A. Olhar.

R. O olhar da alma é a razão. Mas como não se segue que todo aquele que olha vê, o olhar correto e perfeito, isto é, ao qual segue o ato de ver, se chama virtude: a virtude é, então, a razão correta e perfeita. Entretanto, o mesmo olhar não pode voltar os olhos, mesmo já sãos, para a luz, se não houver essas três coisas: a fé pela qual, voltando o olhar ao objeto e vendo-o, se torne feliz; a esperança pela qual, se olhar bem, pressupõe que o verá; e o amor pelo qual deseja ver e ter prazer nisso. Já ao olhar segue a própria visão de Deus que é o fim do olhar, não porque já deixe de existir, mas porque já não há nada a aspirar. Esta é verdadeiramente a perfeita virtude, a razão atingindo o seu fim, seguindo-se a vida feliz. A própria visão é o entendimento existente na alma, que consiste do sujeito inteligente e do objeto que se conhece; como ocorre com a visão dos olhos, que consiste do mesmo sentido e do objeto que se vê. Faltando um dos dois, não se pode ver.

CAPÍTULO VII
ATÉ QUANDO A FÉ, A ESPERANÇA
E O AMOR SÃO NECESSÁRIOS

14. R. Vejamos se ainda são necessárias essas três coisas para a alma, depois que ela tenha conseguido ver a Deus, isto é, compreendê-lo. Para que é necessária a fé se já o vê? Tampouco é necessária a esperança, porque já o possuí. Porém, o amor não só não perde nada, mas é acrescido em elevadíssimo grau, pois, ao ver aquela beleza singular e verdadeira, amará ainda mais. E não poderá permanecer nessa felicíssima visão senão fixando os olhos com grande amor e não desviando jamais o olhar. Mas enquanto a alma estiver neste corpo, ainda que veja, isto é, entenda plenamente a Deus, contudo, uma vez que faz uso dos sentidos do corpo para suas finalidades, embora não para o engano, mas, possivelmente, para alguma ambigüidade, pode-se chamar de fé essa força pela qual se resiste a tudo isso e se crê ser verdadeiro tudo aquilo. Além disso, ainda que nesta vida a alma seja feliz tendo conhecido a Deus, ela está sujeita a muitas moléstias corporais, mas espera-se que todos esses incômodos não subsistirão após a morte. Portanto, tampouco a esperança abandona a alma enquanto ela estiver nesta vida. Mas depois desta vida, quando ela se recolher totalmente a Deus, resta o amor pelo qual ela ali permanece. Não se pode dizer que ela tenha fé que todas aquelas coisas sejam verdadeiras, uma vez que ela já não será atraída por nenhuma solicitação de coisas falsas, nem que lhe resta algo em que esperar, pois ela está segura e possui tudo. Por isso, a alma precisa de três coisas: que esteja sã, que olhe e que veja. As outras três coisas: a fé, esperança e o amor, são necessárias primeiramente para conseguir

aquelas três: saúde, olhar e visão; em segundo lugar, são sempre necessárias; em terceiro lugar, porém, nesta vida permanecem todas, mas depois desta vida subsiste só o amor.

CAPÍTULO VIII
O QUE É NECESSÁRIO
PARA CONHECER A DEUS

15. R. Agora, uma vez que o momento presente nos dá a oportunidade, aceita, enquanto eu ensino, alguma coisa a respeito de Deus com base na analogia das coisas sensíveis. Deus é inteligível e também inteligíveis são as proposições das ciências, porém, diferem em muito. Pois a terra é visível, como também o é a luz; mas a terra não pode ser vista se não for iluminada pela luz. Por isso, as coisas que alguém entende, que são ensinadas nas ciências, sem dúvida alguma ele as admite como verdadeiras, mas deve-se crer que elas não podem ser entendidas se não forem esclarecidas por outro, como que por um sol. Como no sol podem-se notar três coisas: que existe, que brilha e que ilumina, assim também no secretíssimo Deus, a quem tu desejas compreender, devem-se considerar três coisas: que existe, que é conhecido e que faz com que as demais coisas sejam entendidas. Ouso ensinar-te duas coisas, isto é, conhece-te a ti mesmo e a Deus. Mas responde: como classificas as afirmações acima, como prováveis ou como verdadeiras?

A. Inteiramente como prováveis; mas confesso que tenho mais esperança, pois ousa afirmar que, além das coisas sobre a linha e a esfera, não disseste nada que eu sabia.

R. Não te admires, porque até agora não expus nada ainda que solicitasse intensamente a tua percepção.

CAPÍTULO IX
AMOR A NÓS MESMOS

16. R. Mas por que vamos nos deter nisto? Continuemos e vejamos o que vem antes de tudo: se estamos sãos.

A. Isto é lá contigo, se podes olhar um pouco para mim ou para ti. Tu perguntando, responderei o que acho.

R. Ama alguma coisa além do conhecimento do teu Deus?

A. Conforme o que sinto agora, eu poderia responder que nada mais amo; porém para maior segurança respondo que não sei. Porque, como me tem ocorrido com frequência, quando eu cria que não me deixaria mover por nenhuma outra coisa, contudo alguma coisa me vinha à mente que me tocava muito mais do que eu supunha. Igualmente, embora com frequência não me importasse com algo que me afluísse ao pensamento, na realidade, ao aflorar, perturbou-me mais do que eu pensava. No momento, sinto que somente três coisas podem me dizer respeito: o medo da perda daqueles a quem amo, o medo da dor e o medo da morte.

R. Então amas a vida dos que te são caros em convivência contigo, a tua boa saúde e a tua própria vida neste corpo; pois do contrário não temerías a perda dessas coisas.

A. Confesso que sim.

R. Então, agora que nem todos os teus amigos estão presentes contigo e que a tua saúde não é perfeita, isto causa-te alguma aflição; vejo que há consequência nisso.

A. Não posso negar que seja correto.

R. Mas se de repente chegasses a sentir e comprovar que teu corpo está com saúde e visses aqueles a quem amas participando contigo deste lazer descontraído, isto não te causaria bastante alegria?

A. Realmente bastante. Ainda mais, principalmente se isso acontecesse de repente, dizes, como eu renunciaria ou dissimularia este tipo de prazer?

R. Então, ainda te excitas com todas as fraquezas e coações da alma. Não é certa impudência de tais olhos quererem ver aquele sol?

A. Concluiste desse modo como se eu não sentisse quanto melhorou minha saúde, quanto cedeu a enfermidade e quanto ainda resiste. Permite-me admitir isso.

CAPÍTULO X AMOR ÀS COISAS CORPORAIS E EXTERIORES

17. R. Não observas que os olhos do corpo, ainda que estejam sãos, com freqüência são reverberados pela luz solar e se desviam dela buscando a sombra? Mas pensas no que já progrediste e não pensas no que desejas ver. Discutirei com aquilo em que achas ter feito progresso. Não desejas riquezas?

A. Há tempo que não me atraem. Tenho 33 anos e já faz quase 14 anos que deixei de desejá-las. Nada mais me interessa delas senão, se acontecer que eu chegue a possuí-las, apenas o necessário sustento e o seu uso liberal. Um livro de Cícero facilmente me convenceu de que as riquezas não devem ser de modo algum ambicionadas, mas sim, se advierem, devem ser administradas com muita retidão e cautela.

R. E quanto às honras?

A. Confesso que deixei de desejá-las há pouco tempo, nesses dias.

R. E uma esposa? Não te daria prazer uma esposa bonita, honesta, de bons costumes, culta, ou que facilmente pudesse ser instruída por ti, trazendo um dote apenas suficiente (pois menosprezas a riqueza) para não a onerar por causa do teu repouso, principalmente esperando e estando certo de que assim não sofrerias nenhuma enfermidade?

A. Por mais que queiras pintá-la e cumulá-la de todas essas vantagens, decidi que nada devo evitar tanto como a coabitação conjugal. Acho que não existe nada que possa abater o ânimo viril mais que as carícias femininas e o contato dos corpos, sem o qual não se pode ter esposa.

Por isso, se é obrigação do sábio dedicar-se aos filhos (o que ainda não constatei), e só por isso é que ele coabita, isso parece-me que é mais de se admirar, mas de modo algum imitar; pois há maior perigo em tentar fazer que felicidade em ser capaz de fazê-lo. Pelo que acho que minha decisão de não desejar nem procurar esposa nem casar-me foi uma decisão suficiente, justa e útil, pela liberdade de minha alma.

R. Mas agora pergunto não sobre tua decisão, mas se ainda lutas ou, então, já venceste a libido? Pois se trata da saúde de teus olhos.

A. Nada disso mais eu procuro, nada desejo; recordo-me de tais coisas até com repulsa e menosprezo. Que mais queres? Este bem aumenta em mim a cada dia, pois quanto mais aumenta a esperança de ver aquela beleza pela qual ferve-me um veemente desejo, tanto mais se convertem a ela todo o meu amor e deleite.

R. Que dizer do prazer dos alimentos, qual a tua preocupação?

A. Em nada me atraem aqueles alimentos que decidi não comer. Mas confesso que sinto prazer naqueles que não eliminei; contudo, de tal modo que não há nenhum apego interno quando são retirados depois de vistos ou saboreados. E quando não os vejo, nem sequer me vem esse desejo para impedir minhas reflexões. Por isso, não me perguntes nada sobre comida e bebida, ou de banhos ou outros prazeres do corpo. Desejo essas coisas apenas à medida que possam contribuir para a saúde.

CAPÍTULO XI

USO CORRETO DOS BENS EXTERIORES

18. R. Progrediste muito. Contudo, o que resta é um grande obstáculo para ver aquela luz. Mas apresento-te algo que me parece fácil mostrar: ou nada nos resta a dominar, ou não progredimos absolutamente em nada e permanece o veneno de todas aquelas coisas que acreditávamos estavam extirpadas. Pois te pergunto, se de alguma outra forma fores convencido de que não possas viver dedicado ao estudo da sabedoria em companhia dos teus que te são muito caros, sem o suporte de algum grande patrimônio familiar que sustente tuas necessidades, não desejarias as riquezas e optarias por elas?

A. Concordo que sim.

R. E se também se apresentar a oportunidade em que possas transmitir sabedoria a muitas pessoas, desde que tua autoridade seja acrescida de honra e que teus próprios familiares não possam moderar tuas ambições e dedicar-te totalmente à procura de Deus, se também eles não forem possuidores de honras, e que isto não se pode conseguir senão por meio das honras e dignidade que tu tenhas, não se deve desejar essas coisas e empenhar-se para que elas ocorram?

A. Concordo contigo.

R. Sobre a esposa já não discuto, pois talvez não haja essa necessidade de casar-se. Mas se tiveres certeza de que com o grande patrimônio dela possas sustentar todos aqueles que gostarias que estivessem em tua companhia no estudo, e ela concorda com isso, principalmente se possuir tal nobreza de estirpe que possas, através dela, obter facilmente aquelas honras que, como concordaste,

são necessárias, não sei se terias obrigação de menosprezar tudo isso.

A. Mas como posso esperar tais coisas?

19. *R.* Dizes isso como se eu agora estivesse inquirindo sobre o que esperas. Não pergunto sobre o que, se for negado, deixa de trazer prazer, mas sobre aquilo que, se for oferecido, traz prazer. Uma coisa é quando uma doença contagiosa é erradicada, e outra, quando ela está adormecida. A propósito, vale o que foi dito, por alguns eruditos: que todos os ignorantes são insensatos, como toda lama cheira mal; o que nem sempre ocorre a não ser que se a mexa. Interessa muito se a cobiça é esmagada pelo desespero da alma ou se é repelida pela saúde.

A. Embora não possa te responder, entretanto jamais me convencerás a julgar que não tenha feito progressos, pelo menos com esta disposição de ânimo que sinto ter agora.

R. Creio que tens esta opinião porque, embora possas desejar essas coisas, entretanto elas parecem desejáveis não em si mesmas, mas por causa de outra coisa.

A. É o que eu queria dizer; pois quando desejei riquezas, desejei-as para ser rico. As próprias honras, cujo desejo, como disse, presentemente dominei, não sei que brilho elas tinham do qual eu queria deleitar-me; e nada mais procurei na mulher, quando o procurei, senão o prazer com a boa fama. Na época havia em mim verdadeira paixão por essas coisas, que agora menosprezo totalmente. Mas, se para chegar ao que desejo, não me é dado outro caminho senão através dessas coisas, então não as desejo para abraçá-las, mas sujeito-me a tolerá-las.

R. Muito bem. Tampouco eu acho que se deva denominar de cobiça o desejo de coisas que se requerem em função de outra coisa.

CAPÍTULO XII

NADA SE DEVE DESEJAR SENÃO ENQUANTO LEVE AO SUMO BEM

20. *R.* Por que desejas que aqueles a quem amas vivam ou convivam contigo?

A. Para em comum estudar nossas almas e Deus. Assim, aquele que primeiro chegar a alguma conclusão facilmente a comunica aos outros.

R. E se eles não quiserem dedicar-se a esse estudo?

A. Convencê-los-ei para que queiram.

R. E se não conseguires convencê-los, seja porque já sabem, seja porque acham que não conseguirão chegar a conclusões a esse respeito, seja ainda porque também estejam ocupados em outros negócios ou desejos?

A. Neste caso, estarei com eles, e eles comigo da maneira que nos seja possível.

R. E se a presença deles atrapalhar o teu estudo? Não te empenharias e desejarias que não estivessem contigo, caso eles não pudessem se dedicar?

A. Confesso que sim.

R. Então, desejas a vida e a presença deles em si mesma, mas para chegar à sabedoria?

A. Concorde.

R. E quanto à tua própria vida, se tiveres certeza de que ela seja um impedimento para compreender a sabedoria, quererias que continuasse?

A. Eu a rejeitaria totalmente.

R. Se vieres a saber que, tanto deixando o corpo como vivendo nele, podes alcançar a sabedoria, cuidarias de usufruir disso que gostas, aqui ou na outra vida?

A. Não me preocuparia, desde que entendesse que nada de ruim me ocorresse que me fizesse retroceder do progresso que fiz.

R. Portanto, agora tens medo de morrer para não te envolver num mal maior pelo qual te seja tirado o conhecimento divino.

A. Não somente temo que me seja tirado, se é que adquiri algo, mas também que me seja fechado o acesso às coisas que ardentemente desejo conseguir, se bem que acredite que o que já tenho permanecerá comigo.

R. Por isso, desejas que esta vida permaneça, não por si mesma, mas por causa da sabedoria.

A. Isso mesmo.

21. R. Resta a dor do corpo que talvez, por sua intensidade, te inquietas.

A. Tenho muito medo da dor não por outra razão senão porque me impede a investigação. Nesses dias tenho sido atormentado por uma fortíssima dor de dentes, que não me permitia pensar senão nas coisas que já havia aprendido, mas me impedia completamente de aprender novas coisas, pois para isso é necessária toda a atenção. Contudo, parecia-me que, se aquele fulgor da verdade brilhasse em minha mente, não sentiria aquela dor ou certamente a suportaria como se fosse nada. Embora não tenha suportado algo maior e, com frequência, pensando em quantas dores mais fortes possam ocorrer-me, sou levado às vezes a concordar com Cornélio Celso, que afirma: “A sabedoria é o sumo bem e a dor do corpo é o sumo mal”.² Nem me parece absurdo o seu raciocínio. Como ele diz, somos compostos de duas partes, isto é, de alma e

corpo, das quais a primeira parte — a alma — é melhor, e a pior parte é o corpo; o sumo bem é o ótimo da melhor parte, e o sumo mal é o péssimo da pior parte. Na alma, o ótimo é a sabedoria, e, no corpo, o péssimo é a dor. Portanto, sem nenhuma falsidade (segundo me parece) conclui-se que o sumo bem do homem é o saber, e o sumo mal é sentir a dor.

R. Mais adiante veremos essas coisas. Talvez, a própria sabedoria, em cuja consecução nos empenhamos, nos vencerá de outra coisa. Mas se ela mostrar que isto é verdadeiro, então aceitaremos esta afirmação a respeito do sumo bem ou do sumo mal.

²Cornélio Celso foi homem muito culto, que escreveu um compêndio de tudo o que se havia feito e progredido na medicina desde Hipócrates até a sua época (anos 40-30 a.C.). Agostinho depois retifica este conceito em função do mistério do sofrimento na cruz de Cristo.

CAPÍTULO XIII
**COMO E COM QUE ETAPAS
 SE APROFUNDA A SABEDORIA**

22. R. Vejamos agora até que ponto és amante da sabedoria, a qual desejas contemplar e possuir no olhar e abraço castíssimos, como ela é em si, sem nada interferindo, tal como ela não se mostra senão a seus pouquíssimos e bem selecionados amantes. Se tivesses um grande amor por alguma mulher bonita, mas ela descobrisse que amasses alguma outra além dela, com razão ela não se entregaria a ti. Então, não é verdade que a castíssima beleza da sabedoria só se mostrará se a amares apaixonadamente somente a ela?

A. Por que fico ainda balançando como um infeliz e sou separado por um miserável tormento? Já mostrei que não amo nenhuma outra coisa, isto é, aquilo que não se ama por si, não se ama. Mas amo somente a sabedoria por si mesma. Quanto às demais coisas, desejo que estejam comigo ou temo que me falem por causa dela, isto é, a vida, a tranqüilidade, os amigos. Que limite pode haver no amor àquela beleza na qual não somente não tenho inveja dos outros, mas procuro a muitos que a desejem comigo, a admirem comigo e comigo se deleitem nela, que tanto mais serão meus amigos, quanto mais ela, na qualidade de amada, torna-se mais comum a nós.

23. R. Realmente, assim convém que sejam os amantes da sabedoria. A esses ela procura, cuja união é verdadeiramente casta e sem contaminação alguma. Mas não se chega a ela por um só caminho.³ Pois cada um abarca

³Esta sentença é comentada por Agostinho em seu livro "Retratações", acrescentando que poderia ter sido expressa de melhor maneira, pois não há mais

aquele bem singular e verdadeiro de acordo com o seu estado de saúde e firmeza. Ela é uma espécie de luz inefável da mente. A luz comum, à medida que pode, nos indica como é aquela luz. Pois há alguns olhos tão sãos e vivos que, ao se abrirem, fixam-se no próprio sol sem nenhuma perturbação. Para esses a própria luz é, de algum modo, saúde, sem necessidade de alguém que lhes ensine, senão talvez apenas de alguma exortação. Para eles é suficiente crer, esperar, amar. Ao passo que outros são feridos pelo próprio brilho que desejam imensamente ver, mas, não conseguindo ver, com frequência retornam às trevas com prazer. A eles é perigoso querer mostrar o que ainda não têm possibilidade de completar, ainda que já possam ser considerados como sãos. Portanto, eles devem antes ser exercitados e o seu amor por fim adiado e alimentado. Primeiramente, deve ser-lhes demonstradas certas coisas que não brilhem por si mesmas, mas que possam ser vistas mediante a luz, como as vestes ou a parede, ou coisas semelhantes. Depois, aquilo que na realidade não brilha por si, mas adquire um fulgor mais belo através da luz, como o ouro, a prata e objetos semelhantes, mas não com tanta radiação ao ponto de ofuscar-lhes os olhos. Em seguida, talvez, aos poucos pode ser-lhes mostrado o fogo terreno, depois os astros, a lua, o fulgor da aurora e o resplendor do amanhecer. Assim cada um, de acordo com a condição de sua firmeza, habituando-se a essas coisas total ou parcialmente, mais cedo ou mais tarde contemplará o sol sem perturbação e com grande prazer. Ótimos professores procedem dessa maneira com os estudiosos da sabedoria que, embora sem perspicácia, já vêem. Porque faz parte de um bom método

que um caminho que é Cristo (Jo 14,6). Mas, por outro lado, o Salmo fala: "Mostra-me, Senhor, teus caminhos" (Sl 24,4).

pedagógico chegar à sabedoria com certa ordem, pois sem ordem quase não há confiabilidade na felicidade. Mas por hoje acho que já escrevemos o bastante. Devo cuidar da saúde.

CAPÍTULO XIV A PRÓPRIA SABEDORIA PURIFICA AS VISTAS

24. A. No dia seguinte continuo dizendo: indica-me aquela ordem, se puderes. Guia-me, leva-me para onde quiseres, através das coisas que quiseres. Ordena-me quaisquer coisas rigorosas, quaisquer coisas árduas, desde que estejam a meu alcance, pelas quais não duvide que chegarei aonde desejo.

R. Não sei de outra coisa senão a única que posso prescrever-te: devemos evitar inteiramente as coisas sensíveis e precaver-nos muito, enquanto vivemos neste corpo, para que nossas asas não sejam retidas pelo visgo dessas mesmas coisas.⁴ É necessário que nossas asas estejam íntegras e perfeitas para voarmos destas trevas àquela luz, que certamente não se digna mostrar-se aos que estão fechados nesta gaiola, a não ser que se portem de modo que, uma vez rompida e quebrada esta gaiola, possam escapar para as suas regiões. Por isso, quando estiveres em tal condição que absolutamente nada do que é terreno te cause deleite, acredita-me, naquele momento, naquele instante verás o que desejas.

A. Mas pergunto-te, quando isto acontecerá? Pois acho que não conseguirei ter essas coisas em sumo menosprezo, se não vir aquilo em cuja comparação tais coisas perdem o valor.

25. R. Desse modo, também o olho do corpo poderia dizer: deixarei de gostar da sombra quando eu vir o sol.

⁴Posteriormente Agostinho comenta esta expressão não pretendendo dar pé a que pensem que ele professasse a doutrina de Porfírio: "É necessário fugir

Como se isto fizesse parte da ordem, o que de longe é muito diferente. Pois ele gosta da sombra porque não está são; e só pode olhar para o sol se estiver são. E neste ponto muito freqüentemente se engana a mente julgando-se sã e gabando-se disto e, por não ver ainda, lamenta-se como se tivesse razão. Mas aquela beleza sabe o momento em que há de se revelar. Ela desempenha a função de médico e sabe quais são os que têm saúde, melhor que os próprios enfermos que são objeto de medicação. Parece-nos ver quanto emergimos, mas não podemos imaginar nem sentir quanto estávamos submersos e, em comparação com uma doença mais grave, julgamos que estamos com saúde. Não percebes com que segurança falávamos ontem no sentido de que não seríamos detidos por nenhuma enfermidade e nada mais amávamos senão a sabedoria e que buscávamos ou desejávamos as demais coisas somente em função dela? E quando refletíamos em conjunto sobre o desejo de uma mulher, como te parecia vil, abominável, detestável e horrível o abraço feminino! Mas agora, nesta noite, enquanto estamos acordados, novamente tratando do mesmo assunto, sentiste que eras lisonjeado por aquelas imaginadas carícias e amarga suavidade, de maneira diferente do que presumiras, certamente muito menos que o de costume, porém muito mais do que julgavas: para que, assim, aquele secretíssimo médico te mostrasse ambas as coisas: do que escapaste e o que ainda resta para ser curado.

26. A. Por favor, cala-te, cala-te. Por que me atormentas, por que escavas tanto e vais tão profundo? Já não agüento chorar tanto, já não prometo nada, não presumo mais nada; não me pergunte mais a respeito dessas coisas. Corretamente disseste que aquele, a quem desejo ar-

de tudo o que é corporal". "Mas convém notar, afirma Agostinho, que não falei de *todas* as coisas sensíveis, mas *destas* coisas".

dentemente ver, sabe quando estarei curado; faça ele o que lhe aprouver, manifeste-se quando lhe aprouver; confio-me totalmente à sua clemência e ao seu cuidado. De uma vez para sempre acredito que ele não deixará de levantar os que assim se dispõem em relação a ele. Não falarei nada mais a respeito de minha saúde senão quando contemplar aquela beleza.

R. Não faças mais nada. Pára de chorar e tem coragem. Já choraste demais e isto piorará a tua doença de peito.

A. Queres que minhas lágrimas tenham fim quando não vejo limite para a minha miséria. Falas para eu cuidar da saúde do corpo quando sou consumido por esta doença? Mas se tens algum poder sobre mim, peço-te que tentes conduzir-me por alguns atalhos para que, em virtude de alguma aproximação daquela luz que já posso tolerar, se fiz algum progresso, tenha repugnância a voltar os olhos às trevas que abandonei, se é que possam ser consideradas como abandonadas, já que ainda ousam acariciar a minha cegueira.

CAPÍTULO XV
COMO SE CONHECE A ALMA.
CONFIANÇA EM DEUS

27. R. Vamos concluir, se te convém, este primeiro volume para, no segundo, entrarmos já por algum caminho que se nos apresente como oportuno. Pois devemos aplicar-nos a uma prática moderada, por causa do teu estado.

A. Não permitirei absolutamente que se conclua este primeiro livro enquanto não me desvendares um pouco da proximidade da luz pela qual me empenho.

R. Aquele médico é quem a comanda, pois não sei que fulgor me convida e move a te conduzir. Então está atento.

A. Peço-te que me conduzas e me levas para onde quiseses.

R. Dizes que desejas conhecer a alma e Deus?

A. Isto é tudo o que desejo.

R. Nada mais?

A. Absolutamente nada.

R. Então, não queres compreender a verdade?

A. Não posso conhecer aquelas duas coisas senão através desta.

R. Portanto, primeiro se deve conhecer a verdade, pela qual possam ser conhecidas as outras.

A. Não nego.

R. Primeiramente, vejamos o seguinte: sendo verdade e verdadeiro duas palavras, parece-te que estas palavras significam duas coisas ou somente uma?

A. Parecem significar duas coisas. Pois, assim como uma coisa é castidade e outra coisa é casto — e assim por diante —, assim creio que uma coisa é verdade e outra o que se diz verdadeiro.

R. Qual dessas duas achas que seja superior?

A. A verdade. Pois não é a castidade que se faz pelo casto, mas sim o casto que se faz pela castidade. Assim também o que é verdadeiro certamente o é pela verdade.

28. R. E quando uma pessoa casta morre, tu achas que a castidade acaba?

A. De modo algum.

R. Portanto, quando perece algo que é verdadeiro, não perece a verdade.

A. Como perece algo que seja verdadeiro? Não percebo.

R. Admira-me que faças esta pergunta; não vemos milhares de coisas perecerem ante nossos olhos? Talvez, aches que esta árvore, ou é árvore, mas não é verdadeira, ou que não possa perecer. Embora não acreditando nos sentidos, pudesses responder que não sabes com absoluta certeza que seja uma árvore, contudo não negarás (conforme julgado) que, se é uma árvore, trata-se de uma árvore verdadeira. Pois isto se julga não pelo sentido, mas pela inteligência. Se for uma árvore falsa, não é árvore; mas se for uma árvore, necessariamente é verdadeira.

A. Concordo com isto.

R. Em relação também à seguinte sentença: concedes que a árvore é do gênero de coisas que nascem e perecem?

A. Não posso negar.

R. Conclui-se, pois, que algo que é verdadeiro perece.

A. Não contradigo.

R. Não te parece, então, que, mesmo perecendo coisas verdadeiras, não perece a verdade, assim como não acaba a castidade quando morre uma pessoa casta?

A. Também isto concedo e gostaria muito de saber o que intencionas.

R. Então presta atenção.

A. Sou todo ouvidos.

29. R. Parece-te verdadeira a seguinte sentença? O que existe, concebe-se como existente em algum lugar.

A. Nada me força a estar de acordo.

R. Mas admites que a verdade existe?

A. Sim.

R. Portanto, é necessário que a procuremos onde ela se encontra. Mas ela não existe em um lugar, a não ser que julgues que algo além do corpo ocupa lugar, ou que a verdade seja um corpo.

A. Não admito nada disso.

R. Onde, então, achas que ela está? Pois concedemos que ela existe em alguma parte.

A. Se soubesse onde ela está, talvez nada mais procuraria.

R. Pelo menos podes saber onde ela não está?

A. Se me deres alguma idéia, talvez poderei.

R. Certamente não está nas coisas mortais, porque o que existe em outra coisa não pode permanecer se não permanece aquilo onde está. E há pouco concordamos que a verdade permanece mesmo quando perecem coisas verdadeiras. Por isso, a verdade não está nas coisas que perecem. Mas a verdade existe e não está em nenhum lugar. Portanto, existem coisas imortais. Mas nada há de verdadeiro onde não esteja a verdade. Conclui-se, pois, que não há coisas verdadeiras senão as que são imortais. Toda árvore falsa não é árvore; a madeira falsa não é madeira; a prata falsa não é prata; tudo o que é falso não é. Mas tudo o que não é verdadeiro é falso. Por isso, não se pode afirmar corretamente que uma coisa é, senão as imortais. Reflete criteriosamente sobre este pequeno argumento, para ver se há algo com o qual não devas estar de acordo. Mas se é certo, teremos executado toda a nossa tarefa, o que talvez aparecerá melhor no outro livro.

A. Sou-te grato; refletirei comigo mesmo com critério e cautela sobre essas coisas e principalmente contigo, quan-

do estamos recolhidos em silêncio, desde que não interfira alguma treva e me atraia com seu deleite, o que receio imensamente.

R. Crê constantemente em Deus e entrega-te inteiramente a ele, quanto te seja possível. Não queiras ser como autónomo na tua capacidade, mas declara-te servidor do clementíssimo e generosíssimo Senhor, de modo que ele não cesse de erguer-te até ele e não permita que nada te ocorra a não ser o que seja útil para ti, mesmo que não saibas.

A. Ouço, creio e obedeço quanto posso; peço a ele insistentemente para que eu possa ainda mais, a não ser que talvez queiras de mim algo mais.

R. Por enquanto basta, depois farás o que a percepção te aconselhar.

LIVRO II

CAPÍTULO I

IMORTALIDADE DA ALMA

1. A. Nosso trabalho ficou interrompido por bastante tempo e o amor se torna impaciente, nem as lágrimas terão fim enquanto não se conceder ao amor aquilo que se ama. Por isso, passemos ao segundo livro.

R. Então comecemos.

A. Cremos que Deus estará presente em nosso auxílio.

R. Certamente creremos, se isto estiver em nosso poder.

A. Ele mesmo é nosso poder.

R. Então, quanto puderes, faze uma oração muito breve e perfeita.

A. Deus sempre o mesmo: que eu me conheça a mim mesmo; que eu te conheça. Pronto: já rezei.

R. Tu, que queres conhecer-te a ti mesmo, sabes que existes?

A. Sei.

R. De onde sabes?

A. Não sei.

R. Sentes-te como um ser simples ou múltiplo?

A. Não sei.

R. Sabes que te moves?

A. Não sei.

R. Sabes que te pensas?

A. Sei.

R. Portanto, é verdade que pensas.

A. Sim.

R. Sabes que és imortal?

A. Não sei.

R. Dentre todas as coisas que disseste ignorar, qual preferes saber por primeiro?

A. Se sou imortal.

R. Portanto, gostas de viver?

A. Confesso que sim.

R. E será o bastante para ti vires a saber que és imortal?

A. Será uma grande coisa, mas certamente pouco para mim.

R. Mas, mesmo que seja pouco, até que ponto te alegrarás?

A. Muito.

R. E já não chorarás?

A. Absolutamente não.

R. Mas se chegarmos à conclusão de que a própria vida é tal que nela não possas conhecer nada mais além do que já sabes, refrearás as lágrimas?

A. Ao contrário, sentirei tanto ao ponto que a vida já nada mais valerá.

R. Então não gostas de viver por viver, em si, mas em função do saber.

A. Concordo com tua conclusão.

R. E se o próprio conhecimento das coisas te tornar infeliz?

A. Creio com certeza que isso não pode ocorrer de modo algum. Mas se for assim, então ninguém pode ser feliz; pois não há outra razão por que agora sou infeliz senão a ignorância das coisas. Então se o conhecimento das coisas torna alguém infeliz, a infelicidade é eterna.

R. Já percebo tudo o que desejas: uma vez que crês que ninguém se torna infeliz pelo conhecimento, é provável que a inteligência torna alguém feliz. Mas ninguém é feliz a não ser vivendo e ninguém vive se não existir. Tu queres existir, viver e entender, mas existir para viver e viver para entender. Portanto, sabes que existes, sabes que vives, sabes que entendes. No entanto, desejas saber se estas coisas subsistirão para sempre, ou se nada subsistirá, ou se alguma dessas coisas permanecerá e alguma outra perecerá ou, se todas essas coisas permanecerão, se elas possam ser diminuídas ou aumentadas.

A. Isso mesmo.

R. Portanto, se provarmos que haveremos de viver para sempre, seguir-se-á também que seremos para sempre.

A. Esta é a conclusão.

R. Resta investigar sobre o entendimento.

CAPÍTULO II
A VERDADE ETERNA

2. A. Percebo que se trata de uma ordem muito clara e breve.

R. Estejas agora pronto para responder com segurança e firmeza enquanto pergunto.

A. Sou todo ouvidos.

R. Se este mundo permanecer para sempre, é verdade que o mundo subsistirá para sempre?

A. Quem duvidaria disso?

R. E se não permanecer, não é verdade que o mundo não subsistirá?

A. Nada a contradizer.

R. E quando tiver perecido, se é que há de acabar, então não será verdade que o mundo pereceu? Por enquanto não é verdade que o mundo tenha acabado, pois ainda não acabou. Há, pois, uma contradição entre estas duas afirmações: o mundo acabou — não é verdade que o mundo acabou.

A. Concordo.

R. E parece-te que possa existir algo verdadeiro e não existir a verdade?

A. De modo algum.

R. Portanto, existirá a verdade ainda que o mundo acabe.

A. Não posso negá-lo.

R. E se perecer a verdade, não será verdadeiro que a verdade terá perecido?

A. Quem o nega?

R. Mas o verdadeiro não pode existir se não existir a verdade.

A. Há pouco concordei com isso.

R. Portanto, a verdade não perecerá, de modo algum.

A. Continua como começou, pois nada mais verdadeiro que esta recapitulação.

CAPÍTULO III
**A FALSIDADE EXISTIRÁ SEMPRE;
 MAS NÃO EXISTIRÁ
 SEM OS SENTIDOS**

3. R. Agora eu gostaria que me respondesses: na tua opinião, quem sente, o corpo ou a alma?

A. Parece-me que é a alma.

R. E achas que o entendimento pertence à alma?

A. Totalmente.

R. Somente à alma ou a algo mais?

A. Acho que a nenhuma outra coisa senão à alma, a não ser a Deus, em quem, creio, se situa o intelecto.

R. Vejamos agora o seguinte: se alguém te dissesse que esta parede não é parede mas árvore, o que acharias?

A. Que estariam se enganando os sentidos dele ou os meus, ou que ele dá o nome de árvore àquilo que chamamos parede.

R. E se a ele te parece ser uma árvore enquanto a ti parece ser uma parede, não poderão ser verdadeiras ambas as coisas?

A. De modo algum, porque uma mesma coisa não pode ser ao mesmo tempo árvore e parede. Embora pareça a cada um de nós ser determinada coisa, necessariamente um de nós comete erro de imaginação.

R. E se não for nem parede nem árvore e ambos estiverem enganados?

A. Certamente pode ocorrer isto.

R. Acima, deixaste de mencionar isto.

A. Confesso que sim.

R. Se os dois vierem a reconhecer que é algo diferente do que lhes parece, acaso mesmo assim estão enganados?

A. Não.

R. Portanto, pode ser enganoso aquilo que se vê e não se enganar aquele que vê.

A. Pode.

R. Por isso, deve-se afirmar que não se engana quem vê coisas falsas, mas sim aquele que aprova as coisas falsas.

A. Inteiramente de acordo.

R. Que é a coisa falsa, por que existe o falso?

A. Aquilo que é diferente do que parece.

R. Se, pois, não houver pessoas a quem a coisa pareça ser outra, nada é falso.

A. Esta é a conclusão.

R. Por isso, a falsidade não está nas coisas, mas no sentido, pois não se engana aquele que não assente às coisas falsas. Conclui-se que uma coisa somos nós, outra coisa o sentido, pois, quando ele se engana, nós podemos não nos enganar.

A. Nada tenho contra.

R. Mas quando a alma se engana, por acaso ousas dizer que não há falsidade?

A. Como ousaria afirmar isso?

R. Entretanto, não há sentidos sem a alma; não há falsidade sem os sentidos. Ou é a alma que age, ou ela coopera com a falsidade.

A. As afirmações precedentes me levam a estar de acordo.

4. R. Responde-me agora se achares possível que alguma vez haja falsidade?

A. Como posso achar, quando há tanta dificuldade em encontrar a verdade, de modo que é mais absurdo dizer que a falsidade não pode existir do que afirmar que a verdade não pode existir.

R. Acaso achas que aquele que não vive pode sentir?

A. É impossível.

R. Conclui-se que a alma vive para sempre.

A. Levas-me muito depressa a essas alegrias. Por favor, vamos pouco a pouco.

R. Porém, se concordou corretamente com tudo o que foi dito acima, não vejo por que duvidar a esse respeito.

A. Continuo dizendo que é muito depressa. Pelo que mais facilmente sou levado a julgar que temerariamente tenha concedido algo sobre o que sentir-me seguro sobre a imortalidade da alma. Mas desenvolve esta conclusão e mostra-me como se chegou a isso.

R. Afirmaste que não pode haver falsidade sem os sentidos e que não pode deixar de haver falsidade; portanto, sempre haverá os sentidos. Entretanto, não há sentidos sem a alma; logo, a alma é sempiterna. E ela não pode sentir sem viver para sempre.

CAPÍTULO IV

PERPETUIDADE DA FALSIDADE OU DA VERDADE

5. *A.* Que argumento fraco! Se eu tivesse concedido que este mundo não pode subsistir sem o homem, poderias até concluir que o homem é imortal e que o mundo é eterno.

R. Realmente, estás atento. Contudo, não é pouco o que conseguimos: que a natureza das coisas não pode existir sem a alma, a menos que às vezes não haja falsidade na natureza das coisas.

A. Admito que isto realmente tem lógica. Mas sou de opinião que se deve ponderar ainda mais para ver se não são duvidosas as posições concedidas anteriormente, pois percebo que não é pouco o que foi feito no sentido da imortalidade da alma.

R. Não refletiste bastante para não concordar temerariamente com alguma coisa?

A. Certamente que sim e não vejo em que eu seja argüido de temeridade.

R. Concluiu-se, então, que a natureza das coisas não pode existir sem a alma viva.

A. Concluiu-se até agora que alternadamente umas posam nascer, outras morrer.

R. E se a falsidade for eliminada da natureza das coisas, não é possível que todas as coisas sejam verdadeiras?

A. Acho que há consequência nisto.

R. Responda-me: com base em que lhe parece ser verdadeira esta parede?

A. Porque não me engano ao observá-la.

R. Portanto, porque é igual ao que parece.

A. Sim.

R. Por conseguinte, se é falso aquilo que parece diferente do que é e se é verdadeiro aquilo que se parece como o é, neste caso, abstraindo-se daquele a quem parece, não há nem falsidade nem verdade. Ora, se não há falsidade na natureza das coisas, todas as coisas são verdadeiras. Nada pode ser visto senão a alma viva. Por isso, a alma permanece na natureza das coisas se a falsidade não pode ser eliminada e permanece também, ainda que possa ser eliminada.

A. Vejo que vai adquirindo maior força aquilo que havia sido concluído, mas em nada adiantamos com este acréscimo. Não obstante, permanece o que mais me interessa: que as almas nascem e perecem e que elas se originam não de sua imortalidade, mas pela sucessão, para que não falem ao mundo.

6. R. Achas que as coisas corpóreas, isto é, sensíveis, podem ser abarcadas pelo entendimento?

A. Não me parece.

R. E achas que Deus usa de sentidos para conhecer as coisas?

A. A respeito disto não ousou afirmar nada temerariamente; mas, quanto me é dado supor, de modo algum Deus usa de sentidos.

R. Logo, concluímos que somente a alma pode sentir.

A. Por enquanto, conclua como provável.

R. E concordas que esta parede, se não é verdadeira, não é uma parede?

A. Nada mais fácil de concordar.

R. E que nada é corpo se não for verdadeiro corpo?

A. Também concordo com isso.

R. Portanto, se nada é verdadeiro se não for realmente como parece e o que é corpóreo só pode ser percebido

do pelos sentidos, e que não se sente senão pela alma e que não é corpo se não for verdadeiro corpo, resta concluir que o corpo não pode existir se não houver a alma.

A. Insistes demais e não tenho o que contradizer.

CAPÍTULO V

QUE É A VERDADE

7. *R.* Presta muita atenção às questões a seguir.

A. Aqui estou.

R. Aqui está uma pedra, que é verdadeira, uma vez que não é diferente do que parece. Se não é verdadeira, não é pedra; e não pode ser percebida senão pelos sentidos.

A. Certo.

R. Portanto, não há pedras no recôndito âmago da terra nem onde não haja quem as perceba. Nem existiria esta pedra se não a víssemos, nem será pedra quando formos embora daqui e ninguém mais esteja presente que a veja. Se se fechar bem os armários, eles não conterão nada, por mais coisas que se tenha posto dentro deles. A própria madeira não é madeira na parte interna, pois escapa a todos os sentidos aquilo que está na profundidade de um corpo não transparente; deduz-se então que não existe. Porque, se existisse, seria verdadeiro; não é verdadeiro senão aquilo que realmente é como parece. Já aquela madeira não se vê; portanto, não é verdadeira. A menos que tenhas algo a responder em relação a tudo isso.

A. Vejo que tudo isso procede das afirmações com as quais concordei antes. Mas é tão absurdo que me é mais fácil negar qualquer força daquelas sentenças que concordar que isso seja verdadeiro.

R. Não contradigo. Mas observa o que queres dizer: que as coisas corpóreas não podem ser percebidas senão pelos sentidos. Ou que porventura somente a alma sente, ou que existe a pedra ou coisa semelhante, mas que não é

verdadeira ou, então, que a própria verdade deve ser definida de outra maneira.

A. Vamos refletir sobre este último ponto.

8. *R.* Define, então, a verdade.

A. Verdade é aquilo que é como parece à pessoa que conhece, se ela quer e pode conhecer.

R. Por isso, não é verdadeiro aquilo que ninguém pode conhecer? Além disso, se o falso é o que parece diferente do que é, o que acontecerá se esta pedra parecer pedra a alguém e madeira a outro? A mesma coisa será falsa e verdadeira?

A. Interessa-me mais a primeira questão, isto é, como é possível que não seja verdadeiro algo que não possa ser conhecido? Não me preocupo tanto se uma coisa seja verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Pois noto que uma coisa, comparada com várias outras, é maior e menor ao mesmo tempo. Disso resulta que nada é maior ou menor por si mesmo, pois estes são termos comparativos.

R. Mas se dizes que nada é verdadeiro por si, não temes que disso se conclua que nada existe por si? Assim como isto é madeira, assim também é verdadeira madeira. Nem pode ser que seja madeira por si mesma, isto é, que seja madeira e não o seja de verdade, se não houver quem a conheça.

A. Então, assim afirmo e defino — nem temo que minha definição seja tachada de demasiado breve: na minha opinião, verdade é aquilo que é.

R. Portanto, nada será falso, porque aquilo que é, é verdadeiro.

A. Puseste-me em apuros e não encontro absolutamente o que responder. De tal modo que, não querendo ser instruído a não ser por perguntas, já receio ser interrogado.

CAPÍTULO VI
DE ONDE VEM E ONDE ESTÁ
A FALSIDADE

9. *R.* Deus, em quem confiamos, sem dúvida nos ajuda e nos livra dessas dificuldades, desde que tenhamos fé e lhe peçamos com muita devoção.

A. A esta altura, nada melhor a fazer, pois em ocasião alguma passei por tanta escuridão. Deus, nosso Pai, que nos exortas a rezar e concedes o que te pedimos, visto que, quando te rogamos, vivemos melhor e somos melhores: ouve a mim que me agito nestas trevas e estende-me a tua mão. Irradia diante de mim a tua luz; sendo tu o guia, tira-me dos erros e que eu me concentre em mim para concentrar-me em ti. Amém.

R. Presta toda a atenção possível.

A. Se algo te foi sugerido, dize-o para que não venhamos a nos perder.

R. Esteja atento.

A. Vês que não faço outra coisa.

10. *R.* Antes de mais nada, insistamos no que é a falsidade.

A. Fico admirado se não for outra coisa senão aquilo que não é como parece.

R. Antes, presta atenção e consultemos os próprios sentidos. Pois o que os olhos vêem não se diz falso, a não ser que tenha alguma semelhança com a verdade. Como, por exemplo, o homem que vemos em sonhos certamente não é verdadeiro homem, mas falso, pelo simples fato de ter semelhança de verdadeiro. Quem, vendo um cachorro em sonho, diria que sonhou com um homem? Portanto, também ele é cão falso por ser semelhante ao verdadeiro.

A. Concordo com o que dizes.

R. E se alguém, estando acordado, vendo um cavalo, acha que está vendo um homem, não se engana pelo fato de que lhe apareça certa semelhança de homem? Porque lhe aparece senão a imagem de um cavalo, ele não pode achar que esteja vendo um homem.

A. Concordo inteiramente.

R. Igualmente, dizemos que é falsa a árvore pintada, falso o rosto que se reflete no espelho, falso o movimento das torres de faróis para os navegantes e falsa a ruptura do remo imerso na água, não por outra coisa senão por sua semelhança com a verdade.

A. Estou de acordo.

R. Assim também nos enganamos em relação aos gêmeos, aos ovos, como também nos carimbos marcados por um mesmo anel e em outras coisas semelhantes.

A. Estou atento e concordo.

R. Por isso, a semelhança das coisas, no que se refere aos olhos, é a mãe da falsidade.

A. Não posso negar.

11. *R.* Toda esta selva de questões pode dividir-se em duas classes: uma parte consiste nas características de igual valor nas coisas e outra parte consiste nas características de menor valor. São iguais quando dizemos que tanto isto é semelhante àquilo como aquilo a isto, como falamos em relação aos gêmeos ou das impressões do carimbo. Porém, nas coisas desiguais, dizemos que aquilo que é de menor valor é semelhante à parte melhor. Pois quem, ao olhar-se no espelho, dirá que é semelhante àquela imagem, e não o contrário, isto é, que a imagem é semelhante a ele? Este tipo de semelhança consiste, em parte, naquilo que a alma percebe e, em parte, nas mesmas coisas que são vistas. E o que a alma percebe, experimenta-o ou pelos sentidos, como o movimento da torre

de farol no mar, uma vez que não há nenhum movimento da torre, ou experimenta em si mesma com base naquilo que recebe dos sentidos, como são as visões dos sonhos e, talvez, também os dementes. Quanto às coisas que aparecem no que vemos, umas são da própria natureza e outras são expressas e simuladas por seres animados. A natureza produz semelhanças menos iguais por geração ou por reflexão. Por geração, ao nascerem os filhos que se parecem com os pais; por reflexão, como ocorre em qualquer tipo de espelho, pois embora os homens fabriquem vários tipos de espelhos, não são eles que formam as imagens que se refletem neles. Por outro lado, as obras dos seres animados estão em pinturas e ficções desse tipo, em que também podem ser incluídas as coisas que os seres sobrenaturais fazem, se é que o fazem. Já as sombras dos corpos, que não diferem muito da realidade, dizem-se semelhantes aos corpos e como que falsos corpos, nem se deve negar que pertençam à visão dos olhos; convém classificá-las no tipo causado pela natureza por reflexão. Pois a sombra reflete qualquer corpo que seja oposto à luz e projeta sua sombra na parte oposta. Achas que tem algo a contradizer?

A. Nada. Mas desejo imensamente saber até onde vão chegar essas considerações.

12. *R.* Entretanto, convém agir com paciência até que os demais sentidos informem que a falsidade está na verossimilhança. No próprio ouvido ocorrem quase outros tantos tipos de semelhança como, por exemplo, quando ouvimos a voz de alguém que fala, mas não o vemos e, ao ouvi-lo, julgamos que se trata de outra pessoa cuja voz é semelhante. Nas coisas menos semelhantes o eco é um exemplo, ou o zumbido dos próprios ouvidos, ou certa imitação do canto do melro ou do cuco nos relógios, ou o que parecem ouvir os que sonham ou deliram. E é incrí-

vel como as vozes de tom fraco, que os músicos chamam falsete, se aproximam da verdade, como se verá mais adiante. Por enquanto, é suficiente notar que essas mesmas vozes não se afastam da semelhança daquelas que eles chamam verdadeiras. Acompanhas este raciocínio?

A. Com muito prazer. E entendo sem esforço algum.

R. Portanto, sem mais delongas: achas que se pode distinguir um lírio de outro pelo odor, ou o mel de tomilho do mel de tomilho de colmeias diferentes pelo sabor, ou a suavidade das penas de um cisne das de um ganso pelo tato?

A. Não me parece.

R. E quando sonhamos que estamos cheirando, saboreando ou tocando tais coisas, não nos enganamos pela semelhança das imagens tanto mais imperfeitas, quanto mais estiverem despojadas de suas características?

A. Realmente.

R. Segue-se que em todos os sentidos, seja nas coisas iguais como nas desiguais, somos enganados pelo atrativo da semelhança ou, então, se não nos enganamos porque suspendemos o consentimento ou distinguimos a diferença, contudo percebemos que essas coisas se denominam falsas por serem semelhantes às verdadeiras.

A. Não posso duvidar.

CAPÍTULO VII
VEROSSÍMIL. O NOME SOLILÓQUIOS

13. R. Agora, atenção enquanto recapitulamos as mesmas coisas, para que se torne mais claro o que tentamos mostrar.

A. Aqui estou, fala o que quiseres. Pois decidi tolerar esses rodeios e não vou me cansar com isso, com tanta esperança de chegarmos aonde sinto que nos dirigimos.

R. Está bem. Mas parece-te que, quando vemos ovos semelhantes, podemos dizer que algum desses ovos seja falso?

A. De modo algum. Pois todos eles, se são ovos, são ovos verdadeiros.

R. E quanto à imagem que vemos refletir no espelho, quais são os sinais pelos quais deduzimos que ela é falsa?

A. Porque não se pode pegar, não emite voz, não se move por si mesma, não vive, e muitas outras coisas, que seria longo enumerar.

R. Vejo que não queres demorar-te e tenho de ceder à tua pressa. Por isso, para não repetir cada coisa que foi dita, por acaso diríamos que são falsos os homens que vemos em sonhos, mas que pudessem viver, falar, ser tocados pelas pessoas acordadas, sem nenhuma diferença entre eles e aqueles com quem conversamos e vemos quando estamos acordados?

A. Como se poderia afirmar tal coisa?

R. Portanto, se fossem tanto mais verdadeiros, quanto mais semelhantes aparecessem, sem nenhuma diferença entre eles e os verdadeiros, se fossem tanto mais falsos, quanto mais se comprovassem desiguais por aquelas e outras diferenças, então não se deve afirmar que a seme-

lhança é a fonte da verdade e a dessemelhança, a fonte da falsidade?

A. Não tenho o que dizer e me envergonho por ter temerariamente concordado com as afirmações anteriores.

14. R. É ridículo envergonhar-te, como se não tivéssemos escolhido este método de discussão. Por serem conversações a sós entre nós, quero denominá-las e dar-lhes o título de SOLILÓQUIOS, certamente um título novo e, talvez, seco, mas bastante adequado para indicar o nosso estilo. Pois uma vez que não há melhor método pelo qual a verdade possa ser investigada do que perguntando e respondendo, raramente se encontra alguém que não se envergonhe ao ser convencido em discussão. E quase sempre acontece que a gritaria de uma teimosia confusa começa a vaiar um assunto bem introduzido à discussão, até mesmo com ofensa às pessoas, ora de maneira dissimulada ora abertamente. Entretanto, com a ajuda de Deus, pareceu-me bom investigar a verdade de maneira muito tranqüila e conveniente, segundo me parece, perguntando-me e respondendo a mim mesmo. Por isso, não há nada de que te envergonhar. Se em algum ponto te enredaste temerariamente, deve-se voltar atrás e solucionar; do contrário, não se pode sair disso.

CAPÍTULO VIII

DE ONDE O VERDADEIRO OU O FALSO

15. A. Falas corretamente. Mas não vejo bem o que eu tenha concedido de maneira incorreta, a não ser, talvez, quando concordei que se chama falso aquilo que tem alguma semelhança com o verdadeiro, porque nada mais me ocorre que mereça o nome de falso. Por outro lado, devo confessar que as coisas que se dizem falsas o são à medida que diferem das coisas verdadeiras. Do que se conclui que a própria dessemelhança é causa da falsidade. Por isso, fico confuso, pois não me ocorre facilmente algo à mente que provenha de causas contrárias.

R. De mais a mais, que dizer se houver um gênero único na natureza das coisas e somente este seja assim? Por acaso, considerando as inumeráveis espécies de animais, desconheces que o crocodilo é o único que move a mandíbula superior para mastigar, principalmente que quase não se pode encontrar algo que seja de tal modo semelhante e alguma coisa que não seja também dessemelhante em algo?

A. Sei disso. Mas quando reflito sobre o que chamamos falso e que tem algo de semelhante e dessemelhante com o verdadeiro, não consigo discernir de qual dessas duas relações lhe veio o nome de falso. Porque, se eu disser que é por causa da dessemelhança, então pode-se dizer que tudo é falso, pois não existe nada que não seja dessemelhante em relação a alguma coisa que se concede como verdadeira. Igualmente, se eu disser que se chama falso pelo fato de ser semelhante, então não só protestarão os ovos que são verdadeiros pelo mesmo fato de serem muito semelhantes, mas também nem poderei esca-

par de quem me forçar a admitir que tudo é falso, pois não posso negar que todas as coisas, de algum modo, são semelhantes. Mas, supondo que não tema em responder que a semelhança e a dessemelhança juntas fazem com que algo justamente se denomine falso, que saída vês para mim? Entretanto, insistirão que declare que todas as coisas são falsas, pois todas as coisas, como foi dito acima, de algum modo são semelhantes e dessemelhantes entre si. Restaria que dissesse que nada mais é falso a não ser aquilo que, de outra forma, se tivesse como tal e assim parecesse, como se não temesse todos aqueles fenômenos que eu julgava estivessem me desviando do caminho. Desse modo, novamente sou impelido por um redemoinho inesperado a dizer que é verdadeiro aquilo que é como parece. Daí se conclui que, sem um sujeito conhecedor, nada pode haver de verdadeiro. Aqui há um naufrágio a temer por causa dos recifes não percebidos, que são verdadeiros embora não sejam conhecidos. Ou, se disser que a verdade é aquilo que é, concluir-se-á sem nenhuma discordância que o falso não está em parte alguma. Pelo que voltam aquelas indecisões e nem vejo com clareza que eu tenha progredido, não obstante tanta paciência das suas insistências.

CAPÍTULO IX
**QUE É FALSO,
 ENGANADOR E MENTIROSO**

16. R. Então, atenção, pois de modo algum me deixarei levar por alguma insinuação que tenhamos implorado o auxílio divino em vão. Vejo que, depois de analisar todas as coisas, só resta dizer que é falso aquilo que se apresenta ser como sendo o que não é ou inteiramente tende a ser, e não o é. Mas o maior gênero de falso é o enganador ou o mentiroso. Pois chama-se enganador o que tem certo desejo de enganar, desejo este que não se entende sem a alma, e se realiza em parte pela razão e em parte pela natureza: pela razão nos animais racionais, como no homem; pela natureza nos irracionais, como na raposa. O que chamo mendaz, mentiroso, existe nos que mentem. Estes diferem dos falazes, enganadores, pois todo falaz deseja enganar, ao passo que nem todo aquele que mente deseja enganar. As representações teatrais com mímicas, as comédias e muitos poemas são repletos de ficções, criadas mais por razão de lazer que por vontade de enganar. Como também quase todos os que contam piadas mentem. Mas falaz ou enganador, na verdadeira acepção da palavra, é aquele cujo intuito é que alguém se engane. Os que não agem com o intuito de enganar, mesmo que imaginem algo, são apenas mentirosos; podem até não chegar a tanto, mas ninguém duvida em chamá-los mentirosos. Tens algo a dizer contra?

17. A. Continua. Talvez agora começaste a falar coisas não falsas a respeito das coisas falsas. Mas espero ouvir mais a respeito do que disseste acima, isto é: tende a ser, e não o é.

R. Esperar o quê? São as mesmas coisas, muitas das quais mencionamos antes. Não te parece que a tua imagem que se reflete no espelho quer ser tu mesmo e é falsa pelo fato de não o ser?

A. Realmente parece.

R. E que dizer da pintura, qualquer tipo de estátua e coisas desse gênero, tudo obra de artistas, por acaso cada coisa não se apresenta como sendo aquilo a cuja semelhança foi feita?

A. Estou inteiramente de acordo.

R. Acho que estás de acordo que tudo o que ocorre com as pessoas, pelo qual elas se enganam enquanto estão dormindo ou estejam delirando, pertence a esse gênero de coisas.

A. Nada mais que isso. Essas coisas tendem a ser aquilo que os que estão acordados ou com saúde discernem. Contudo, são coisas falsas precisamente pelo fato de não poderem ser aquilo que representam.

R. Que mais poderia dizer do movimento das torres dos faróis no mar, ou do remo submerso, ou das sombras dos corpos? Parece-me evidente que se deve avaliar pelo mesmo parâmetro.

A. Muito evidente.

R. Não falo dos demais sentidos, pois não há ninguém que, refletindo, não chegue a esta conclusão, isto é, chama-se falso, nas mesmas coisas que sentimos, aquilo que tende a ser algo, e não o é.

CAPÍTULO X
CERTAS COISAS SÃO VERDADEIRAS
ENQUANTO FALSAS

18. *A.* Certo. Mas admiro-me por que distingas deste gênero aqueles poemas, piadas e outras trapças.

R. Porque uma coisa é querer ser falso e outra coisa não poder ser verdadeiro. Pelo que podemos relacionar com as obras dos pintores e escultores as obras dos homens como, por exemplo, as comédias, as tragédias, as representações mímicas e outras do gênero. Pois é tão impossível que um homem pintado seja verdadeiro, ainda que tenha a semelhança de homem, como as coisas que foram escritas nos livros dos atores cômicos. Estas coisas se destinam a serem falsas, nem o são a seu critério, mas o são por certa necessidade de imitar o arbítrio daquele que representa. Desse modo, Róscio, por própria vontade, quando se apresentou no palco, representou o papel de falsa Hécuba, embora sendo verdadeiro homem. Mas, por essa sua vontade, manifestou-se verdadeiro ator trágico, por representar bem o papel que lhe fora atribuído. Entretanto, quando representava Príamo, era falso porque se assemelhava a Príamo, mas não o era. Daí resulta algo admirável que ninguém duvida em admiti-lo.

A. E o que é?

R. O que achas senão que todas essas coisas, por um lado, são verdadeiras em alguns e, por outro lado, falsas em outros e, quanto ao ser verdadeiro, isto só é de utilidade para aqueles pelo fato de serem falsas para outros? Se tais coisas deixarem de ser falsas, de modo algum elas chegam a ser aquilo que querem ou devem ser. Pois como esse, que citei acima, seria um verdadeiro ator trágico se não quisesse ser falso Heitor, falsa Andrômaca, falso

Hércules e inúmeras outras personagens? Como um quadro de cavalo seria verdadeira pintura se não fosse cavalo falso? Como a imagem de um homem refletida no espelho seria verdadeira imagem se não fosse falso homem? Por isso, se para alguns é proveitoso que tais coisas sejam algo falso para que sejam algo verdadeiro, por que tanto tememos a falsidade e desejamos a verdade como um grande bem?

A. Não sei e admira-me muito, porque nesses exemplos nada vejo digno de imitação. Pois para sermos verdadeiros em nossa atitude, não devemos nos confundir nem assimilar-nos à atitude de outros e, por isso mesmo, sendo falsos, como atores representando, ou como as imagens refletindo nos espelhos, ou como as novilhas de bronze de Mirão, mas devemos buscar aquela verdade que não seja de dupla face, contraditória consigo mesma, sendo verdadeira por um lado e, por outro, falsa.

R. Desejas coisas elevadas e divinas. Se chegarmos a elas, não haveremos, então, de proclamar que nessas coisas se realiza e se compõe a própria verdade, da qual toma seu nome tudo o que de algum modo é verdadeiro?

A. Concordo de bom grado.

CAPÍTULO XI
VERDADE DAS CIÊNCIAS.
FÁBULA. GRAMÁTICA

19. R. Que te parece: a dialética, que é a arte de argumentar em diálogo, é verdadeira ou falsa?

A. Quem duvida que seja verdadeira? Mas também a gramática é verdadeira.

R. Tanto como aquela?

A. Não vejo o que possa ser mais verdadeiro que a verdade.

R. Sem dúvida aquilo que nada tem de falso. Há pouco, considerando isso, não gostaste daquelas coisas que, não sei como, não poderiam ser verdadeiras se não fossem falsas. Porventura ignoras que todas aquelas coisas mencionadas nas lendas e abertamente falsas pertencem à gramática?

A. É claro que não ignoro. Mas, na minha opinião, não são falsas por causa da gramática, mas pela gramática elas são explicadas como o são. A fábula é uma criação literária composta para proveito e divertimento, ao passo que a gramática é uma disciplina que conserva e regula a voz articulada, a fim de coletar todas as coisas produzidas da linguagem humana, mesmo as ficções, conservadas pela memória ou consignadas por escrito, sem falsificá-las mas ensinando e deduzindo delas alguma instrução verdadeira.

R. Correto. No momento não me preocupo se definiste e distinguiste bem essas coisas. Mas pergunto se é a própria gramática que demonstra isso, ou a arte de argumentar.

A. Não nego que a força e perícia de definir, com que me empenhei agora em distinguir as coisas, se atribui à dialética.

20. R. Que dizer da própria gramática: se é verdadeira, não o é pelo fato de ser uma disciplina? Pois a palavra disciplina procede de “discere” = aprender, adquirir conhecimento de. Mas ninguém pode dizer-se que não sabe aquilo que aprendeu e conserva na memória; por outro lado, ninguém sabe coisa falsa. Portanto, toda ciência é verdadeira.

A. Não vejo neste breve raciocínio algo com que concordar temerariamente. Entretanto, é de meu interesse o fato de que, por este breve raciocínio, não venha parecer a alguém que também aquelas fábulas sejam verdadeiras, pois também as aprendemos e as guardamos na memória.

R. Por acaso nosso professor não queria que acreditássemos nas coisas que ele ensinava, mas sim que as aprendêssemos?

A. Ele insistia muito para que as aprendêssemos.

R. Acaso pediu alguma vez que acreditássemos que Dédalo voou?

A. Isso nunca. Mas se não aprendêssemos de cor uma fábula, ele dava palmadas, fazendo com que nossas mãos ficassem de tal modo, que mal podíamos segurar alguma coisa.

R. Portanto, negas que é verdade que esta fábula existe e que, por ela, correu a fama de Dédalo?

A. Não nego que isso seja verdade.

R. Portanto, não negas que, ao aprender tais coisas, aprendeu uma coisa verdadeira. Se fosse verdade que Dédalo tivesse voado e se as crianças, no entanto, aprendessem este fato e o transmitissem como uma fábula imaginária, elas estariam conservando e admitindo como falso aquilo que seria um fato verdadeiro. Por essa razão resultava aquilo de que nos admirávamos antes: do vôo de Dédalo não poderia resultar uma verdadeira fábula, se não fosse falso que Dédalo tivesse voado.

A. Concordo com isso. Mas espero saber que progresso fazemos com base nisso.

R. O que senão que é falso o raciocínio pelo qual deduzimos que uma ciência não pode ser ciência se não ensina coisas verdadeiras?

A. E que isso tem a ver com o assunto?

R. Porque quero que me digas por que razão a gramática é uma ciência: pois se for uma ciência, ela é verdadeira.

A. Não sei o que lhe responder.

R. Não lhe parece que de modo algum poderia ser ciência, se nela não houvesse nada de definição e nada de divisão e distinção em gêneros em partes?

A. Agora entendo o que dizes. Não me ocorre nenhuma forma de qualquer ciência em que não haja definições, distinções e argumentos. Desempenhando todo este conjunto pelo qual ela se chama ciência, define-se o que seja tal coisa, atribui-se a cada coisa o que lhe é peculiar sem confusão das partes, nada se omite que lhe seja próprio e nada de estranho se lhe acrescenta.

R. Portanto, todo esse conjunto pelo qual ela se diz verdadeira.

A. Percebo a lógica das conclusões.

21. R. Responda agora qual é a disciplina que abrange definições, divisões e classificações.

A. Já foi dito acima que essas coisas são abrangidas pelas normas da dialética, que é a arte de argumentar.

R. Então, foi com base nesta mesma arte que se formou a gramática como ciência e como verdadeira, que tu há pouco defendeste contra a falsidade. E posso concluir isso não apenas em relação à gramática, mas também a todas as ciências, pois disseste, e com razão, que não te ocorre nenhuma ciência que, para ser ciência, não tenha a incumbência de estabelecer definições e distinções. E se são verdadeiras por ser ciências, haverá alguém que ne-

gue que existe a própria verdade pela qual todas as ciências são verdadeiras?

A. Falta pouco para eu concordar. Mas ainda continuo a considerar o fato de que enumeramos também a arte de argumentar, ou dialética, entre as mesmas ciências. Pelo que sou do parecer que é por aquela verdade que também este método é verdadeiro.

R. Muito bem e com muita razão. Mas não negas, segundo me parece, que é verdadeira porquanto é ciência.

A. Ao contrário, é isto precisamente que me interessa. Pois percebi que também é uma ciência e, por isso, é verdadeira.

R. Achas que poderia haver alguma outra forma para ser ciência senão porque nela existem definições e divisões?

A. Nada mais tenho a dizer.

R. Se esta é a sua função, ela é por si mesma verdadeira ciência. Haverá, então, alguém que julgue extraordinário que haja uma verdade verdadeira em si mesma e por si mesma, quando por ela são verdadeiras todas as coisas?

A. Nada me impede de aceitar essa opinião.

CAPÍTULO XII
DE QUANTAS MANEIRAS CERTAS
COISAS ESTÃO NOOUTRA COISA

22. R. Ouve essas poucas coisas que restam.

A. Dize o que tens a dizer, desde que seja de tal modo que eu possa entender e concordar de boa vontade.

R. Sabemos que uma coisa está em outra de duas maneiras: uma, de tal modo que possa se separar e estar também noutra lugar, como esta madeira neste lugar, como o sol no leste. Outra maneira, pela qual uma coisa está num sujeito de tal modo que não se possa separar, como a forma e aparência desta madeira, como a luz do sol, o calor do fogo, a ciência da mente, e coisas semelhantes. Por acaso discordas?

A. São coisas muito antigas e as aprendi com muito interesse e conheço desde o início da adolescência. Por isso, perguntando sobre tais coisas, não posso deixar de concordar sem necessidade de nenhuma reflexão.

R. Acaso concordas que aquilo que está de maneira inseparável num sujeito não pode subsistir se o mesmo sujeito não permanecer?

A. Sei que também isso é necessário. Quem observa atentamente a realidade entende que, permanecendo o sujeito, aquilo que está no sujeito pode mudar. Assim, a cor deste corpo pode mudar por causa do estado de saúde ou pela idade, sem que o corpo ainda tenha perecido. Isso não vale igualmente para todas as coisas, mas para aquelas em que existem as coisas que estão no sujeito, e não para aquilo que constitui os próprios sujeitos. Pois, para esta parede, não há necessidade que seja desta cor que vemos nela; se por algum motivo ela se enegrece ou embranquece ou muda para

alguma outra cor, apesar disso ela permanece e se chama parede. Porém, se o fogo carecer de calor não é fogo; nem podemos denominar neve se esta não for branca.

CAPÍTULO XIII

DEDUZ-SE A IMORTALIDADE DA ALMA

23. A. Quanto àquilo que perguntaste: quem concederia, ou a quem poderia parecer viável, que permaneça aquilo que está no sujeito, perecendo o mesmo sujeito? A esse respeito tenho a dizer que é abominável e muito alheio à verdade afirmar que o que não subsiste se não estiver no mesmo sujeito possa também subsistir quando já não existe o próprio sujeito.

R. Então descobrimos o que investigamos.

A. O que dizes?

R. O que ouviste.

A. Então já consta com evidência que a alma é imortal?

R. Com toda evidência, se são verdadeiras as afirmações com que concordaste. A não ser que afirmes que a alma será alma, ainda que morra.

A. Com certeza nunca diria tal coisa. Afirmando sim que, se perecer, pelo fato de perecer a alma deixa de ser alma. Nem me afasta desta opinião o que grandes filósofos disseram: que aquilo que dá a vida, para onde quer que vá, não pode admitir a morte em si. Embora onde quer que a luz possa penetrar e iluminar, nem possa ser compatível com a escuridão em si, em virtude daquela admirável força dos contrários, contudo ela se apaga e aquele lugar fica escuro depois que se apaga a luz. Assim, aquilo que resistia à escuridão nem era, de modo algum, compatível com a escuridão, ao apagar-se seu lugar à escuridão, como ocorreria igualmente afastando-se. Por isso, receio que a morte sobrevenha ao corpo como a escuridão a um lugar, seja por retirar-se a alma, como a luz, seja extinguindo-se aí mesmo. De modo que já não há segurança no que

diz respeito a todo tipo de morte corporal, mas se deve desejar algum tipo de morte pelo qual a alma seja tirada sã e salva do corpo e levada a um lugar (se houver tal lugar) onde ela não possa perecer. Ou se nem sequer isso seja possível, e a alma se acende quase como uma luz no mesmo corpo nem pode subsistir noutra parte, e toda morte é certa extinção da alma ou da vida no corpo, neste caso deve-se escolher, quanto possível seja permitido ao homem, algum tipo de vida pelo qual o gênero de vida que se leva seja vivido com segurança e tranqüilidade; mas não sei como se pode realizar isto se a alma morre. Oh! Como são felizes os que se convenceram por si mesmos ou foram persuadidos por alguém que não se deve temer a morte, mesmo que a alma morra! Pobre de mim, a quem nem argumentos nem livros ainda puderam convencer.

24. R. Não lamentos. A alma humana é imortal.

A. Como o provas?

R. Com base naqueles princípios com os quais concordaste antes, a meu ver, com muita cautela.

A. Não me lembro se, estando eu menos atento, tenha concordado com algumas coisas nas perguntas que me fizeste. Faze, então, um resumo. Vejamos até aonde chegamos com tantos rodeios, nem quero que me perguntes mais. E se fizeres um breve resumo dos assuntos com os quais concordei, afinal para que se requer uma resposta minha? Ou é para retardar, sem motivo, minhas alegrias no caso de termos obtido algo de bom?

R. Farei o que quer, mas está muito atento.

A. Fala; estou atento. Por que me matas aos poucos?

R. Se tudo o que é próprio do sujeito permanece para sempre, é de necessidade que também o próprio sujeito permaneça. Toda ciência está na alma como sujeito. E se a ciência permanece sempre, necessariamente permanece

a alma para sempre. Ora, a ciência é verdade, e a verdade, como a razão o demonstrou no início deste livro, permanece para sempre. Por isso, a alma permanece para sempre e não se diz que a alma tenha morrido. Sem absurdo, só poderia negar a imortalidade da alma aquele que provasse que algumas das afirmações discutidas acima não estejam bem fundamentadas.

CAPÍTULO XIV

AMPLIA-SE O SILOGISMO ACIMA

25. A. Quero entregar-me já às alegrias, mas sou dissuadido um pouco por duas razões. Primeiramente, o fato de termos usado de tantos rodeios, seguindo não sei que cadeia de argumentações, quando tudo de que se tratava poderia demonstrar-se de maneira tão breve, como o foi agora. Pelo que me inquieta o fato de que o discurso andou com rodeios por tanto tempo como que para armar ciladas. Em segundo lugar, não vejo como a ciência sempre permanece na alma, principalmente a dialética, quando tão poucos têm conhecimento dela e quem a conhece ficou sem saber durante tanto tempo na infância. Pois não podemos dizer que a alma dos ignorantes não seja alma ou que existe na sua alma uma ciência que eles desconhecem. Se isto é muito absurdo, resta então que ou a verdade não está sempre na alma, ou aquela ciência não é verdade.

26. R. Vês que não foi em vão que nossa argumentação fez tantos rodeios. Pois investigávamos o que era a verdade e agora, nesta espécie de selva de coisas, depois de percorrer quase todos os atalhos, vejo que nem sequer isto podemos investigar. Mas que faremos? Acaso vamos abandonar o que começamos, na esperança de que algum livro de alguém caia em nossas mãos e satisfaça nossa investigação? Acho que há muitos livros escritos antes de nossa época, que não lemos. Mas para não conjecturar sobre o que não sabemos, somos informados que sobre este assunto escrevem, em verso e em prosa, homens cujos escritos não podem ser ignorados por nós. Temos conhe-

cimento da perspicácia deles, de modo que não podemos desesperar de encontrar em seus escritos o que desejamos, principalmente sabendo que aqui, diante de nossos olhos, está aquele em que sabemos que reviveu perfeita a mesma eloquência que lamentávamos como morta. Tendo-nos ensinado a moderação de vida com seus livros, por acaso ele permitirá que ignoremos a natureza da vida?

A. Não creio; e tenho grande esperança. Mas sinto porque não podemos manifestar-lhe, como queremos, nosso entusiasmo para com ele e para com a sabedoria. Certamente ele se compadeceria de nossa sede e nos inundaria bem mais rapidamente que a nossa possibilidade agora. Ele vive com segurança porque já se convenceu completamente da imortalidade da alma e não sabe que há alguns que experimentam muito a miséria desta ignorância, e seria cruel não lhe vir em ajuda, principalmente quando estes se esforçam. Há aquele outro que, pela familiaridade conosco, conhece nosso ardente desejo, mas ele está tão longe e agora estamos morando aqui, de modo que nem sequer temos possibilidade de enviar-lhe carta. Creio que ele, na sua tranquilidade além dos Alpes, já tenha terminado o poema que estava escrevendo para afugentar o medo da morte e dissipar a insensibilidade e o frio da alma, endurecido por um gelo antigo. Entretanto, enquanto não nos chegam essas ajudas, que não estão em nosso poder, não é uma vergonha deixar perder todo esse nosso trabalho e que a própria alma fique vacilando amarrada por uma incerteza?

CAPÍTULO XV

NATUREZA DO VERDADEIRO
E DO FALSO

27. A. Onde está o que pedimos e continuamos a pedir a Deus, isto é, que nos mostre não riquezas, nem deleites do corpo, nem primeiros lugares ou honras populares, mas nossa alma e mostre o caminho para nós que o procuramos? Por acaso ele nos abandonará, ou será abandonado por nós?

R. Está muito longe de ele abandonar os que desejam tais coisas. Por isso, deve também estar longe de nós abandonar tão grande guia. Pelo que, se te agrada, recapitulemos brevemente como chegamos a essas duas conclusões: ou que a verdade permanece sempre ou que a dialética é a verdade. Disseste que duvidas que isso nos torne sumamente seguros de toda essa questão. Ou, então, vamos investigar como poderia haver ciência numa alma ignorante, que não podemos dizer que não seja uma alma? Pois por esta razão parecias inquieto ao ponto de te parecer necessário duvidar das sentenças com as quais havias concordado.

A. Discutiremos primeiro aquelas duas conclusões; depois veremos isto. Assim, na minha opinião, não restará nenhuma controvérsia.

R. Está bem. Mas tem toda atenção e cautela. Pois sei o que acontece contigo quando escutas, tendendo muito para uma conclusão e, esperando que se deduza imediatamente, concordas com as questões que te são perguntadas sem analisá-las com cuidado.

A. Talvez tenhas razão; mas na medida do possível esforçar-me-ei contra esse tipo de fraqueza. Começa já a investigação para não nos determos com coisas supérfluas.

28. R. Pelo que me lembro, concluímos que a verdade não pode perecer e que, se não só todo o mundo venha a acabar, mas também a própria verdade venha a perecer, então será verdade que todo o mundo como a verdade terá perecido. Porém, não pode haver nada de verdadeiro sem a verdade; portanto, de modo algum a verdade perece.

A. Admito essas coisas; eu estranharia se fossem falsas.

R. Então, vejamos o outro ponto.

A. Espera que eu faça uma breve reflexão, para que não passe pela vergonha de ter de voltar atrás.

R. Então, não é verdadeiro que a verdade tenha perecido? Se não é verdadeiro, então ela não perece. Se é verdadeiro, como pode haver algo de verdadeiro depois que a verdade tenha perecido, se esta já não existe?

A. Nada mais tenho sobre o que refletir e considerar. Passa para outro ponto. Faremos todo o possível para que os homens instruídos e prudentes leiam esses assuntos e corrijam nossa temeridade, se é que haja alguma, pois acho que não se pode, nem no presente nem alguma vez no futuro, encontrar algo que dizer contra isso.

29. R. Por acaso há alguma coisa que se diga verdade senão aquilo que por ela é verdadeiro o que há de verdadeiro?

A. De modo algum.

R. Acaso não se chama, com razão, verdadeiro aquilo que não é falso?

A. Realmente, é uma loucura duvidar disso.

R. Acaso não é falso aquilo que se assemelha a alguma coisa sem, contudo, ser aquilo a que se assemelha?

A. Não vejo outra coisa a que chamar de falso. Mas costuma-se também chamar de falso aquilo que está longe da verossimilhança.

R. Quem o nega? Entretanto, terá alguma imitação em relação ao verdadeiro.

A. Como? Pois quando se diz que Medéia voou em serpentes aladas atreladas, não há como isto imite o verdadeiro porque, por não existir, não pode imitar algo uma coisa totalmente inexistente.

R. Tem razão. Mas não percebes que o que é totalmente inexistente tampouco se pode chamar falso? Pois se é falso, existe. Se não existe, não é falso.

A. Então, não sei se diremos que no relato de Medéia se trata de um monstro falso.

R. Certamente não. Se é falso, como é um monstro?

A. É estranho. Acaso quando ouço: “Imensas serpentes aladas por um jugo atreladas”, não digo que isso é falso?

R. Certamente. Há algo que se possa dizer falso.

A. O quê?

R. A sentença enunciada no próprio verso.

A. Afinal, qual é a imitação que ela apresenta em relação ao verdadeiro?

R. Porque ela seria enunciada do mesmo modo, ainda que Medéia realmente o tivesse feito. Portanto, uma sentença falsa, por sua própria expressão, imita sentenças verdadeiras. Se ninguém acredita nisso, ela apenas imita verdadeiras sentenças ao se expressar assim; e apenas é falsa, mas não enganadora. Mas se leva consigo credibilidade, ela imita também sentenças verdadeiras que são cridas.

A. Agora compreendo que há grande diferença entre o que atribuímos e os sujeitos aos quais atribuímos algo. Pelo que agora estou de acordo, pois eu era retido unicamente pelo fato de que aquilo que denominamos falso não o é realmente se não tiver alguma imitação em relação ao verdadeiro. Quem não ri quando alguém diz que a pedra é uma falsa prata? Contudo, se alguém afirmar que a pedra é prata, dizemos que ele afirma uma coisa falsa, isto é, profere uma sentença falsa. Ao passo que,

na minha opinião, chamamos falsa prata o estanho ou o chumbo, porque de algum modo imita a realidade. Pelo que não é a nossa sentença que é falsa, mas sim o próprio sujeito ao qual a atribuimos.

CAPÍTULO XVI

PODEM-SE DENOMINAR
COISAS MELHORES
COM NOMES DE COISAS INFERIORES?

30. R. Estás compreendendo bem. Mas vê se é conveniente podermos chamar a prata com o nome de falso chumbo.

A. Não me agrada.

R. Como assim?

A. Não sei. Só sei que isso vai muito contra a minha vontade.

R. Não é, talvez, porque a prata é melhor e se rebaixa o seu valor? Mas quanto ao chumbo, se for chamado falsa prata, é quase uma distinção para ele.

A. Explicaste diretamente o que eu queria. Por isso, acho que com razão devem ser considerados como desonrados e infames os homens que se apresentam vestidos de mulher, a quem não sei como melhor denominar: falsas mulheres ou falsos homens. Mas sem dúvida podemos chamá-los verdadeiros farsantes e verdadeiros infames. Ou, se eles permanecem ocultos, uma vez que alguma coisa não pode ser dita infame a não ser por uma fama vergonhosa, acho que é com razão que os chamamos verdadeiros patifes.

R. Trataremos disso noutro lugar, pois praticam-se muitas coisas que parecem torpes do ponto de vista popular, mas que se apresentam como honestas por um fim louvável. Assim, levanta-se uma grande questão se, com a finalidade de salvar a pátria, alguém deva vestir-se de mulher para enganar o inimigo, pelo mesmo fato de que, sendo uma falsa mulher, venha talvez a ser um homem mais verdadeiro. E se um sábio, que de algum modo tenha certeza de que sua vida seja necessária para o bem

público, preferir morrer de frio a vestir-se com casacos femininos, na falta de outros casacos. Mas, como dissemos, trataremos disso noutra lugar. Certamente percebes quanto temos a investigar para progredirmos, sem incorrer em certas frivolidades inevitáveis. Mas o que já é suficiente para a presente questão é que acho evidente, nem se pode duvidar, que algo não seja falso senão por alguma imitação que apresente em relação ao verdadeiro.

CAPÍTULO XVII

ALGO É TOTALMENTE FALSO OU VERDADEIRO?

31. A. Passa a outros assuntos. Estou convencido disso.

R. Pergunto, então, se além das ciências em que somos instruídos — entre as quais convém que se inclua o próprio desejo da sabedoria — podemos encontrar algo de tal modo verdadeiro que não seja, como o Aquiles do teatro, falso por uma parte, para que, por outra parte, possa ser verdadeiro?

A. Parece-me que se encontram muitas coisas desse tipo. Por exemplo, as ciências não abrangem o estudo desta pedra. No entanto, para ser verdadeira pedra ela não imita algo pelo qual se diga que ela seja falsa. Citando este exemplo, percebes que basta refletir para ocorrerem inumeráveis outros.

R. Percebo sim. Mas te parece que se classificam na única categoria de corpo?

A. Poderia parecer se eu tivesse certeza de que o vácuo não seja nada, ou se eu julgasse que a alma deva ser enumerada entre os corpos, ou se eu cresse que o mesmo Deus seja algum corpo. Se todas essas coisas são assim, não vejo que sejam falsas ou verdadeiras por imitação do que quer que seja.

R. Alongas o caminho, mas, na medida do possível, usarei de um atalho. Pois uma coisa é o que chamas de vácuo, vazio, e outra coisa é o que chamas de verdade.

A. Realmente estou alongando. Mas o que há de mais vazio que eu, se julgo que a verdade seja algo vazio desejando, então, com tanto esforço algo vazio? Que outra coisa desejo encontrar senão a verdade?

R. Portanto, talvez esteja de acordo com isso: não há algo verdadeiro que não o seja senão pela verdade.

A. Há tempo que isso já é evidente.

R. Acaso duvidas que o vácuo não é nada além do próprio vazio, ou que seja um corpo?

A. Nenhuma dúvida.

R. Acho, portanto, que acreditas que a verdade seja algum corpo.

A. De modo algum.

R. Algo no corpo?

A. Não sei; não me ocorre nada a esse respeito. Mas acho que sabes que, se existe o vácuo, ele está onde não há nenhum corpo.

R. Isto é evidente.

A. Por que, então, pomos dificuldades?

R. Por acaso te parece que a verdade tenha causado o vácuo, ou que haja algo verdadeiro onde não haja a verdade?

A. Não me parece.

R. Portanto, não há vácuo verdadeiro, porque não pode ser causado como vácuo por algo que não lhe seja vazio. Por outro lado, é evidente que não é verdadeiro aquilo que carece de verdade. O que se diz vácuo, o é pelo fato de não ser nada. Por isso, como pode ser verdadeiro o que não existe, ou como pode existir o que é totalmente nada?

A. Pois bem; deixemos, então, o vácuo como vácuo.

CAPÍTULO XVIII

ACASO O CORPO É VERDADEIRO?

32. *R.* O que afirmas dos demais assuntos?

A. O quê?

R. O que percebes que vem bem a meu favor. Pois restam a alma e Deus, e se estes dois são verdadeiros pelo fato de neles estar a verdade, ninguém duvida da imortalidade de Deus. Mas confia-se que a alma é imortal se se prova que também nela está a verdade, que não pode perecer. Pelo que vejamos agora o último ponto: se o corpo não é realmente verdadeiro, isto é, se a verdade não está nele, mas se é como certa imagem da verdade. Pois se no corpo que, como se sabe, está sujeito à morte, encontrarmos a verdade tal qual existe nas ciências, não será necessariamente o método dialético daquela verdade pela qual sejam verdadeiras todas as ciências. Pois é verdadeiro também o corpo, que não parece ter sido formado pelo método dialético. Porém, se o corpo é verdadeiro em virtude de alguma imitação e, por esta razão, não pertence à verdade límpida, talvez nada haverá que impeça que se ensine o método dialético como sendo a própria verdade.

A. Entretanto, examinemos o corpo, pois não vejo que estará terminada esta controvérsia nem mesmo se chegarmos a alguma conclusão sobre isto.

R. Como sabes o que Deus quer? Por isso esteja atento: creio que o corpo é limitado por alguma forma e espécie, sem as quais não seria corpo. Se as tivesse verdadeiras, seria alma. Ou se deve julgar de diferente maneira?

A. Concordo em parte, quanto ao mais tenho dúvida; concedo que não é corpo se não estiver contido por uma figu-

ra. Mas não entendo bem como, se a tivesse verdadeira, seria alma.

R. Afinal não te lembras mais nada do início do Livro I e das suas figuras geométricas?

A. Fizeste bem em lembrar-me; recordo muito bem.

R. As figuras se encontram nos corpos tais como são demonstradas por aquela ciência?

A. Ao contrário, é incrível como são tão inferiores.

R. Quais delas achas que sejam verdadeiras?

A. Por favor, não inventes de perguntar-me mais isto. Quem possa ter uma mente tão cega que não perceba que as figuras na geometria estão na própria verdade, ou também a verdade nelas? E que as figuras do corpo, enquanto parecem tender àquelas, têm não sei que tipo de imitação da verdade e, por isso, são falsas? Agora entendo tudo o que intencionavas mostrar-me.

CAPÍTULO XIX

A VERDADE IMORTAL É ARGUMENTO
PARA A IMORTALIDADE DA ALMA

33. *R.* Que necessidade existe de investigarmos ainda sobre a disciplina do método dialético? Quer estejam as figuras geométricas na verdade, quer esteja a verdade nelas, ninguém duvida que elas estão contidas em nossa alma, isto é, em nossa inteligência; e daí se conclui que também a verdade está em nossa alma. Se qualquer ciência está na alma como algo inseparável num sujeito — e a verdade não pode perecer — por que, então, duvidamos da vida perpétua da alma por influência não sei de que familiaridade com a morte? Por acaso, aquela linha, quadrado ou esfera, para serem verdadeiros, possuem algo que imitam?

A. De modo algum posso crer nisso, a não ser que a linha não seja um comprimento sem largura e a circunferência não seja uma curva fechada, cujos pontos equidistam do centro.

R. Por que, então, ficamos indecisos? Acaso a verdade não está onde há tais coisas?

A. Deus me livre de tal disparate.

R. Então, a ciência não está na alma.

A. Quem afirmaria isso?

R. Mas, talvez, pode ser que, morrendo o sujeito, permaneça aquilo que está no sujeito.

A. Quando me convencerei disso?

R. Só resta, então, que pereça a verdade.

A. Mas como isso pode ser possível?

R. Portanto, a alma é imortal: creia em seus raciocínios, creia na verdade; ela clama que habita em você e que é imortal e que sua sede não lhe pode ser tirada pela morte

corporal. *Afasta-te de tua sombra; volta-te para ti mesmo; não sofrerás destruição alguma a não ser esquecendo-te de que é algo que não pode perecer.*

A. Estou ouvindo, estou recobrando o ânimo, começo a retornar a mim. Mas explica-me o que resta: como se entende que a ciência e a verdade estejam na alma do ignorante? (pois não podemos dizer que ela seja mortal).

R. Se quisermos discutir com toda diligência esta questão, ela deve ser tratada em outro volume. Agora acho que deves fazer uma revisão de tudo o que foi investigado na medida da nossa possibilidade. E se não houver nenhuma dúvida em relação aos assuntos com que concordamos, acho que avançamos muito e poderemos tratar de outros assuntos com bastante segurança.

CAPÍTULO XX

**CREMOS EM ALGUMAS COISAS;
RECORDAMOS OUTRAS;
OUTRAS NÃO SE PERCEBEM**

34. A. *Seja como dizes e de boa vontade sigo os teus conselhos. Mas eu gostaria que, antes de terminar este volume, ao menos me esclarecesses qual a diferença entre a verdadeira figura, que se concebe pela inteligência, e aquela que o pensamento simula pela imaginação, que em grego se diz fantasia ou fantasma.*

R. Tu pedes uma coisa que ninguém pode ver senão tiver muita limpidez de mente e para cuja visão estás pouco exercitado. Aliás, não fazemos outra coisa, com todos esses rodeios, senão fazer com que te exerces para estar apto a vê-la. Contudo, à medida que possas ser ensinado, explanares brevemente a grande diferença que existe. Supõe que tenhas esquecido alguma coisa e que outros queiram que te recordes daquilo. Então eles, mencionando coisas diversas como se fossem semelhantes, te perguntam: é isso ou aquilo? Mas nem sequer lhe vem à mente aquilo que desejas recordar e, contudo, vês que não é o que eles mencionam. Quando isto acontece, achas que é um esquecimento total? Já o próprio discernimento, pelo qual não admites ser erroneamente convencido, de certo modo é parte da recordação.

A. Assim me parece.

R. Aqueles com os quais isto acontece ainda não vêem a verdade, mas não podem ser enganados nem induzidos a erro e sabem suficientemente o que buscam. Entretanto, se alguém te disser que sorrreste alguns dias depois de ter

nascido, não ousas afirmar que isto é mentira; e se a pessoa que o afirma é digna de fé, não se diz que recordar-te-ás disso, mas sim acreditarás, pois todo aquele tempo está sepultado por um grande esquecimento. Acaso julgas diferentemente?

A. Ao contrário, concordo com isso.

R. Este tipo de esquecimento difere muito daquele outro, que se considera esquecimento intermédio. Há outro tipo de esquecimento mais vizinho e mais próximo à recordação e verdade que se quer saber. Isso ocorre quando vemos alguma coisa e com certeza reconhecemos que a vimos alguma vez e afirmamos que a conhecemos; mas esforçamo-nos em lembrar-nos e relembrar-nos de onde, quando, como e com quem nos chegou ao conhecimento. Se isso se refere a uma pessoa, procuramos também identificar onde viemos a conhecê-la. E se essa pessoa nos der algum indício, de repente tudo se infunde na memória como se fosse uma luz, sem necessidade de mais esforço para nos recordarmos. Conheces esse tipo de coisas, ou te é desconhecido?

A. Que há de mais claro que isso? Com muita frequência acontece comigo.

35. R. Assim são os bem instruídos nas artes liberais, já que eles, aprendendo, as revolvem e, de certo modo, as escavam, pois sem dúvida estavam soterradas neles pelo esquecimento. Contudo, não estão contentes nem desistem enquanto não chegarem a contemplar ampla e plenamente toda a face da verdade, da qual certo esplendor já se projeta nessas artes. Mas destas, certas falsas cores e formas como que se fundem no espelho do pensamento e, com frequência, enganam os que investigam e os induzem a erro fazendo-os pensar que aquilo é tudo o que eles sabem e procuram. São as imaginações que devem ser evitadas com grande precaução; elas resultam engano-

sas, variando conforme se mude o espelho do pensamento, ao passo que a face da verdade permanece una e imutável. Então, o pensamento imagina e apresenta aos olhos quadrados de diferentes tamanhos, mas a mente interior, que quer perceber a verdade, deve voltar-se, se possível, àquele princípio segundo o qual ela julga que todos aqueles quadrados são simplesmente quadrados.

A. E se alguém nos disser que ela julga segundo o que os olhos costumam ver?

R. Mas, se está bem instruída, por que haverá de julgar que uma verdadeira esfera, por maior que seja, só tem um único ponto de contato com um plano verdadeiro? Por acaso o olho alguma vez viu ou pode ver isso, quando algo deste tipo nem se pode representar pela própria imaginação? Não é isso mesmo que experimentamos quando mentalmente traçamos imaginando um círculo mínimo e, depois, traçamos os raios ao centro? Se traçarmos dois raios entre os quais haja um intervalo que mal possa ser tocado pela ponta de uma agulha, já não podemos, nem mesmo com a imaginação, traçar outros raios no meio, que cheguem ao centro sem nenhuma confusão. Entretanto, a razão declara que podem ser traçados inumeráveis raios que, naqueles espaços incrivelmente estreitos, não podem se tocar senão no centro, de tal modo que em cada intervalo entre os raios possa também ser traçado outro círculo. Uma vez que a imaginação não pode realizar isto e falha mais que os próprios olhos pelos quais ela penetrou na alma, fica evidente que ela difere muito da verdade e que ela não é vista, enquanto esta é objeto da visão.

36. Estas coisas serão discutidas com mais cuidado e maior sutileza quando começarmos a tratar da inteligência, que é uma parte que nos propusemos, quando, na medida de nossa possibilidade, estiver esclarecido e dis-

cutido tudo o que agita a respeito da vida da alma. Pois não creio que seja pequeno o seu medo de que a morte humana, ainda que não mate a alma, traga contudo o esquecimento de todas as coisas e da própria verdade que tenhamos descoberto.

A. Não se pode dizer o bastante quanto é terrível este mal. Pois que vida eterna seria aquela, ou não se deveria até preferir a morte, se a alma viesse a viver do modo como vemos que vive numa criança recém-nascida? Isto para não falar da vida no útero, pois acho que também aí existe alguma vida.

R. Coragem. Como já sentimos, Deus estará presente conosco que procuramos, o qual promete sem mentira alguma, para depois deste corpo, outro felicíssimo e pleníssimo da verdade.

A. Seja como esperamos.

BIBLIOGRAFIA

- Texto original completo: *Patrologia Latina* (PL), t. 32, col. 869-904.
- Soliloquia*. Biblioteca de Autores Cristianos. t. I, Ed. bilíngüe. Tradução, introdução e notas de P. Victorino Capánaga, ORSA, 3ª ed. Madrid, 1957, pp. 491-614.
- Soliloquia*. Édition complète des Oeuvres de Saint Augustin. Bibliothèque Augustinienne, vol. 5. *Dialogues Philosophiques*: Soliloques. Introduction, traduction et notes par Pierre Labriolle. Paris: Desclée de Brouwer, 1948, pp. 22-183.
- Soliloquia*. Oeuvres Complètes de Saint Augustin, t. 2. Texte latin, traduction par M. Péronne. Paris: Vivès, 1870, pp. 565-616.
- Dialogues Philosophiques* (9). Traduction par P. Labriolle, R. Jolivet et F.J. Thonnard. Paris: Desclée de Brouwer, 1955.
- BARDY, Gustave. *Saint Augustin, l'homme et l'oeuvre*. 6ème éd. Paris: Desclée de Brouwer, 1946. Cap. VI: "La vie nouvelle", pp. 109-135.
- BROWN, Peter. *La vie de Saint Augustin*. Trad. do inglês. Paris: Ed. du Seuil, 1971, pp. 115-148.
- CAYRÉ, Fulbert. *Dieu présent dans la vie de l'esprit*. Paris: Desclée de Brouwer, 1951.
- . *La contemplation augustiniennne*. Paris: Desclée de Brouwer, 1954
- . *Patrologie et histoire de la théologie*, t. I. Paris: Desclée et Cia., 1947, pp. 606-627.
- COSTA NUNES, Ruy Afonso da. "Os diálogos de Cassiciacum". *Atualidades de Santo Agostinho*. Miscelanea Universitas, FFCL de Sorocaba, 1955, pp. 25-53.
- CREMONA, Carlo. *Agostinho de Hipona: a razão e a fé*. Trad. Pergentino Stefano Pivatto. Petrópolis: Vozes, 1990 (Col. Vidas Famosas).
- DOIGNON, Jean. "La prière liminaire des Soliloques dans la ligne philosophique des Dialogues de Cassiciacum". *Augustiniana Traiectana*. Utrecht, 1985, pp. 85-106.
- FIGUEIREDO, Fernando Antônio. *Curso de teologia patrística*, III. "A vida da Igreja primitiva (idade de ouro da patrística)". Petrópolis: Vozes, 1990, pp. 131-160.
- GUILLOUX, Pierre, *L'âme de saint Augustin*. Paris: Gigord Éd., 1921, pp. 136ss.

- JOÃO PAULO II. Carta Apostólica *Augustinum Hipponensem* (pelo 16º Centenário da conversão de Santo Agostinho). São Paulo: Loyola, 1987.
- MARROU, Henri-Irénée. *Saint Augustin et la fin de la culture antique*. Paris: Ed. De Boccard, 1938.
- NEUSCH, Marcel. *Augustin, un chemin de conversion*. Paris: Desclée de Brouwer, 1986.
- PARONETTO, Vera. *Augustin, le message d'une vie*. Paris: Centurion, 1986, pp. 74-83.
- PORTALIÉ, E. S. Augustin. *Dictinonnaire de Théologie Catholique*, t. I, 2. Paris: Libr Letzouzey et Ané, 1931: "De la conversion d'Augustin à son épiscopat", col. 2272-2276.
- ROCHA, Frei Hylton Miranda, OAR. *Pelos caminhos de santo Agostinho*. São Paulo: Loyola, 1989.
- TRAPÉ, Agostino. *Saint Augustin, l'homme, le pasteur, le mystique*. Paris: Fayard, 1988.
- VAN DER MEER, F. *Saint Augustin, pasteur d'âmes* (trad. do hilandês), 2 vols. Paris: Alsatia, 1958.

A VIDA FELIZ

INTRODUÇÃO

1. *Origem do livro*

Era fim do outono de 386, precisamente, 13 de novembro, data do 32º aniversário de Agostinho. Reunido com seus amigos e discípulos: Alípio, Licêncio, Trigésio, seu irmão Navígio, seu filho Adeodato e sua mãe Mônica, na chácara cedida por seu amigo Verecundo, em Cassicácio, Agostinho conduzirá um diálogo em torno de um tema clássico e fundamental para a Antiguidade: a felicidade. Desses três dias de diálogo nasceu a obra, *A vida feliz*. Trata-se de um diálogo filosófico na mesma linha das outras obras produzidas neste retiro: *Contra os Acadêmicos*, *A ordem* e os *Solilóquios*.

Para melhor informação sobre esta obra, deixemos falar o próprio Agostinho. Nos últimos anos de sua vida, fazendo a revisão de suas obras, a respeito desta, *A vida feliz*, declara: “Este livro... Começado por ocasião do aniversário de meu nascimento, foi terminado após três dias de discussão, como está bem indicado aí. Nesse livro concordamos que prosseguíamos juntos a busca — que não há vida feliz a não ser no perfeito conhecimento de Deus. Desagrada-me ter dado a Mânlio Teodoro, a quem dediquei o livro — se bem que fosse homem douto e cristão — mais elogios do que devia. Também lamento haver mencionado diversas vezes o tema *fortuna*. Enfim, ter declarado que, no curso da vida presente, a vida feliz existe no sábio exclusivamente, e em sua alma, qualquer seja o estado de seu corpo. Com efeito, o conhecimento perfeito de Deus, isto é, aquele melhor do qual o homem nada

pode possuir, o Apóstolo o espera só para a vida futura (1Cor 13,12). Ela, unicamente, merece o nome de vida feliz, porque o corpo, já então incorruptível e imortal, estará submetido ao espírito, sem nenhuma fraqueza ou resistência (1Cor 15,42ss). Em nosso manuscrito encontramos, de fato, este livro incompleto e apresentando não poucas lacunas. Fora assim copiado por alguns irmãos e eu não consegui encontrar um exemplar completo, pelo qual pudesse corrigi-lo ao revê-lo... (*Retractationes* I,2).

O tema da felicidade foi, certamente, despertado em Agostinho a partir da leitura do *Hortensio* de Cícero, obra que o converteu ao gosto da filosofia. A obra de Cícero, de fato, repassava, num exame crítico, todas as escolas e seitas filosóficas, assinalando os erros de cada uma delas, para concluir num ecletismo filosófico ideal e temperado. A obra despertou Agostinho para a busca da verdadeira felicidade, da verdade e da sabedoria. Cícero defendia um conceito de filosofia como sabedoria e arte de viver que traz a felicidade verdadeira. Agostinho começou a crer que a filosofia lhe possibilitaria a felicidade que tanto procurava.

2. A importância do tema na Antiguidade

Os grandes filósofos da Antiguidade dedicavam-se à filosofia como caminho que conduz à felicidade. De maneira simplificada, poderíamos dizer que o esquema filosófico era este: há uma filosofia especulativa e uma filosofia prática. A ética e a política pertencem à filosofia prática porque dizem respeito à conduta dos homens e aos fins que querem atingir. As ações humanas objetivam alcançar os “fins”, os “bens”. Tanto as ações humanas quanto os “fins-bens” particulares para os quais tendem, subordinam-se a um “fim último”. Este “fim último” é o “bem supremo” que os homens sensatos concordam em

chamar de “felicidade”. Mas que coisa é a felicidade? O prazer e o gozo para uns. A honra, a riqueza, a glória para outros.

Filósofos como Sócrates, Platão, Aristóteles, combateram estas concepções “materialistas”, “mundanas” de felicidade. Para eles, a felicidade, isto é, a posse do “bem supremo” consiste em aperfeiçoar-se como homem, ou seja, em desenvolver aquelas atividades que diferenciam o homem de todas as outras coisas. Aristóteles chega até mesmo a dizer que empregar a vida para se conseguir o prazer torna-nos “semelhantes aos escravos” e lança-nos numa vida “digna dos animais”. O sucesso é algo extrínseco que não depende de nós, mas de quem no-lo confere. A riqueza torna o homem insensato, pois quem quiser viver feliz deve viver segundo a razão, não segundo a riqueza.

Cícero tornara-se o grande divulgador, em língua latina, das filosofias gregas, particularmente do estoicismo e do epicurismo, fundindo-os num ecletismo. Na sua obra *De finibus bonorum et malorum* e certamente também no *Hortensius*, Cícero tratou freqüentemente desse tema. Agostinho adota, sem hesitação, essas idéias ao expor a atitude do sábio diante dos bens materiais, e ao fazer consistir a felicidade na razão. Mais tarde, nas *Retractationes*, lamentará ter escrito que a felicidade reside unicamente na alma do sábio, seja qual for o estado de seu corpo. Para os estóicos, especialmente, o sábio era o homem perfeito e o mais equilibrado da humanidade. Corrigindo-se, Agostinho dirá que não existe senão uma vida que mereça ser chamada feliz: a vida futura. Nesse período, participava ainda da mentalidade dos filósofos da Antiguidade. Suas primeiras obras ressoam os ecos dessa filosofia, que, pouco a pouco, sublinhará e enriquecerá com os valores cristãos. Recém-convertido, não havia ainda aprofundado nas Escrituras e pouco ou nada

sabia da literatura exegética, apologética, dogmática e histórica dos Padres que o precederam. Ainda em *Retractions* 3, expressando certo arrependimento do que escrevera nesse período, declara: "...estão elas (as obras deste período) cheias dos hábitos literários do século. Tais livros podem ser lidos com utilidade, se forem perdoadas algumas faltas. Desse modo, todos os que lerem tais escritos não me imitem nos erros, e sim nos progressos que vim a fazer, em vista de melhorar".

3. A essência da obra

Na obra, *A Trindade*, escrita uns vinte anos após sua conversão à vida cristã, Agostinho mostra quanto mudou de óptica, a respeito da felicidade, ao comentar essa máxima de Terêncio: querer o que se pode, quando não se pode o que se quer. Agostinho reconsidera-a assim: "Essa é a felicidade ridícula, ou digna de compaixão dos mortais soberbos que se gloriam de viver como querem, por terem de suportar com paciência o que certamente desejariam evitar. Conselho esse, dizem eles, sabiamente dado por Terêncio: 'Porque não é possível fazer o que queres, deseja o que podes'. Máxima essa bastante cômoda, quem o nega? O viver em plena felicidade não é próprio desta vida mortal. Só o será quando aparecer a imortalidade... Sem a imortalidade não existe a felicidade" (Lc 13,7.10).

No presente diálogo, embora ainda não fruto de longa experiência cristã, Agostinho rompe com a tradição filosófica e propõe não mais a filosofia como porto da felicidade, mas a posse de Deus. Só a posse de Deus garante e produz a felicidade: se alguma coisa merece ser designada como dom de Deus, certamente é a vida feliz.

Agostinho estabelece, então, uma relação sistemática entre os escritos filosóficos antigos, que trataram deste tema fundamental, e sua visão de convertido ao cris-

tianismo, para elaborar o estudo da felicidade. Na sua ampla produção, expõe com clareza: o fundamento e o ponto de partida; o conceito de felicidade; as condições da felicidade como estado; o objeto verdadeiro no qual ela consiste e o ato beatificante; a falsa felicidade; o meio para chegar à felicidade verdadeira; a felicidade terrestre e a felicidade perfeita.

Num primeiro momento, superando a "soteriologia" produzida pelo conhecimento perfeito dos gnósticos e da ética estoica, centrada na posse e no gozo de si mesmo, a tese principal que Agostinho desenvolve, em *A vida feliz*, é esta: a vida feliz consiste no perfeito conhecimento de Deus. Por isso, ele não faz consistir a felicidade na posse ou no gozo de qualquer bem criado, mas só na posse ou gozo do Bem absoluto e perfeito.

A vida feliz sobre a terra é possível somente na esperança. A relação entre a sabedoria, a verdade e a medida, remonta Agostinho à mesma fonte da perfeita felicidade: "Pois a perfeita plenitude das almas, a qual torna a vida feliz, consiste em conhecer piedosa e perfeitamente: — por quem somos guiados até a Verdade (o Pai); — e qual Verdade gozamos (o Filho); — e por qual vínculo estamos unidos à Suma Medida (o Espírito Santo) (IV,35). A felicidade está centrada no conhecimento da Verdade na interioridade da alma. Conhecimento que, ao mesmo tempo, é posse e gozo de Deus: "feliz quem possui Deus". A sabedoria que nos dá a felicidade consiste em fruir, deleitar-se em Deus, a Verdade infinita, nosso Bem Supremo e Imutável. Nossa perfeição moral e nossa felicidade consistem em conhecer e amar este Sumo Bem.

PREÂMBULO
CAPÍTULO I
DEDICATÓRIA A MÂNLIO TEODORO

A viagem em direção ao porto da Sabedoria

1. Se fosse possível atingir o porto da Filosofia — único ponto de acesso à região e à terra firme da vida feliz —, numa caminhada exclusivamente dirigida pela razão e conduzida pela vontade, talvez não fosse temerário afirmar, ó magnânimo e ilustre Teodoro, que o número dos homens a lá chegar seria ainda mais diminuto do que aqueles que atualmente aportam a esse porto, já tão raros e escassos se apresentam eles.

Com efeito, estamos lançados neste mundo, como em mar tempestuoso, e por assim dizer, ao acaso e à aventura — seja por Deus, seja pela natureza, seja pelo destino (*necessitas*), seja ainda por nossa própria vontade. Successivamente, por algumas dessas conjunturas, ou talvez, por todas elas reunidas. A questão é muito obscura, mas tu já resolveste desvendá-la.

Poucos saberiam qual o caminho do retorno ou que esforços empenhar, caso não se levantasse alguma tempestade — considerada pelos insensatos como calamitosa —, para dirigi-lo à terra de suas ardentes aspirações. Pois são navegantes ignorantes e erradios.

Três tipos de navegantes rumo à Filosofia

2. Entre os homens susceptíveis de serem acolhidos pela Filosofia, creio distinguir como que três espécies de navegantes.

A primeira é daqueles que, tendo chegado à idade em que a razão domina, afastam-se da terra, mas não demasiadamente. Com pequeno impulso e algumas remadas chegam a fixar-se em algum lugar de tranqüilidade, de onde manifestam sinais luminosos, por meio de obras realizadas na intenção de atingir o maior número possível de seus concidadãos, para estimulá-los a virem ao seu encaço.

A segunda espécie de navegantes, ao contrário da primeira, é constituída dos que, iludidos pelo aspecto falacioso do mar, optam por lançar-se ao longe. Ousam aventurar-se distante de sua pátria e, com freqüência, esquecem-se dela. Se a esses, não sei por qual inexplicável mistério, sopra-lhes vento em poupa, perdem-se nos mais profundos abismos da miséria. Consideram-nos, porém, como fator de gozo e orgulho, pois de todo lado lhe sorri a falsa serenidade de prazeres e honras. A tais enfatuados, o que se pode desejar de mais benéfico do que algum revés ou contrariedade? E se tal não fosse suficiente, augurar que caia sobre eles forte tempestade, soprem ventos adversos para os levar de volta — mesmo chorando e gemendo — às alegrias firmes e seguras.

Nessa segunda categoria, entretanto, sucede que alguns, por não se terem arriscado longe demais, são trazidos de volta ao porto, graças a adversidades menos danosas. Tais, por exemplo, os que sofrem alguma vicissitude em seus bens ou grave dificuldade em seus negócios. A esse contacto, acordam, de certa forma, no porto de onde não mais os tirará nenhuma promessa, nenhum sorriso ilusório do mar.

Finalmente, há terceira categoria de navegantes, a meio-termo entre as outras duas. Compreende os que, desde o limiar da adolescência ou após terem sido longa e prudentemente balançados pelo mar, não deixam de dar sinais de se recordarem da doce pátria, ainda que no meio

de vagalhões. Poderiam então recuperá-la, de imediato, sem se deixar desviar ou atrasar. Freqüentemente, porém, acontece que perdem a rota em meio a nevoeiros, ou fixam astros que declinam no horizonte. Deixam-se reter pelas doçuras do percurso. Perdem a boa oportunidade do retorno. Erram longamente e, muitas vezes, correm até o risco de naufrágio. A tais homens sucede, por vezes, que alguma infelicidade advém, em meio às suas frágeis prosperidades, como, por exemplo, uma tempestade a desbaratar seus projetos. Serão assim reconduzidos à desejadíssima e aprazível pátria, onde recuperarão o sossego.

O escolho do orgulho

3. Ora, todos esses navegantes levados de diversas maneiras à terra firme da vida feliz hão de temer com veemência e evitar com suma cautela, alto escolho que se ergue na entrada mesma do porto, oferecendo grandes perigos aos que aí ingressam. Ele resplandece, está revestido de tão enganosa luz, que não somente aos que chegam e se encontram na iminência do ingresso se apresenta como terra amena, prometendo satisfazer suas aspirações à terra venturosa. De igual modo, cativa e alucina os que já se encontram no porto. Isso por sua bela altura de onde os que lá se encontram comprazem-se em considerar com desdém os demais. Entretanto, fazem sinais aos que se aproximam daquela terra, para evitarem os escolhos ocultos na água. Ou, ainda, apregoam ser fácil a subida até o cimo onde se acham colocados. Indicam até com benevolência por onde devem bordejar sem perigo. Cheios da vanglória com que se pavoneiam, mostram aos outros um lugar de segurança no porto.

Ora, que outro rochedo a razão indica como temível aos que se aproximam da filosofia do que esse, da busca

orgulhosa da vanglória? Pois esse rochedo é oco interiormente e sem consistência. Aos que se arriscam a caminhar sobre ele, abre-se o solo a tragá-los e sorvê-los, submergindo-os em profundas trevas. Desvia-os assim da esplêndida mansão que haviam apenas entrevisto.

*Agostinho expõe as etapas de sua navegação
ao encaço da vida feliz*

4. Já que é assim, saiba, ó meu caro Teodoro, como para chegar até aonde aspiro, fixo os olhos sobre ti, somente sobre ti, que não cesso de considerar como o mais capaz de me ajudar.

Reconhece, insisto, entre essas três categorias de navegantes, em qual delas me encontro a teu lado, qual o lugar em que me julgo situar e que tipo de auxílio espero de ti, com total confiança.

Tendo chegado à idade de dezenove anos, após ter conhecido na escola de retórica o livro de Cícero, intitulado “Hortênsio”, senti-me inflamado de tal amor pela filosofia que pensei em me dedicar a ela sem reservas. Mas não me faltaram névoas a perturbarem minha navegação. Por muito tempo, asseguro-te, fixei os olhos sobre os astros que declinam no horizonte a induzirem-me ao erro. Pois uma espécie de escrúpulo supersticioso e pueril retinha meu espírito longe da investigação. Ao ir crescendo, porém, consegui dissipar tais névoas. Persuadi-me de que devia crer mais naqueles que ensinam do que nos emissores de ordens para crer. Caí sob a influência de homens que sustentavam ser a luz física que percebemos com os olhos corporais digna do culto reservado à realidade suprema e divina.¹ Não dava, porém, pleno consentimento

¹Referência aos maniqueus com os quais Agostinho se relacionou durante nove anos com o objetivo de encontrar, em sua doutrina, a verdade, conforme

a essas idéias. Supunha que aqueles homens escondiam, atrás de véus, grandes verdades que haveriam de me revelar a seu tempo.

Enfim, após ter discutido com eles, abandonei-os. Tendo percorrido aquele mar por muito tempo, entreguei em seguida o timão de meu barco aos acadêmicos.² Foi ele então sacudido por toda espécie de ventos, em meio a vagalhões.

Finalmente, vim aportar nestas terras. Aqui aprendi a reconhecer a estrela polar (*septentrionem*), na qual pude confiar. Efetivamente, observei com freqüência, nos sermões de nosso bispo e também em algumas conversas contigo, ó Teodoro, que da idéia de Deus deve ser excluída, absolutamente, qualquer imagem material. Diga-se o mesmo da idéia de alma, pois é ela, entre todas as realidades, a mais próxima de Deus.

Confesso-te, todavia, que o apego a uma mulher e a atração pelas honras impediam-me de voar, com prontidão, até o seio da Filosofia. Propunha-me lançar-me a velas despregadas e na força total dos remos, em direção ao porto da filosofia — como logram poucos e ditosíssimos varões — só após ter realizado aqueles meus desejos. Gozaria, então, da almejada paz!

Li entrementes algumas poucas obras de Platão, pelo qual tu te sentes fortemente atraído. Confrontava, quando podia, o valor de tais opiniões, com a autoridade dos livros que nos transmitem os divinos mistérios. Fui abrasado de tal ardor, que se não fosse por

relata nas *Confissões* III,6,10: “Homens, cujos corações eram vazios de verdade, repetiam: Verdade, verdade! Falavam-me muito dela, mas não a possuíam, pelo contrário, ensinavam falsidades”.

²Desiludido com os maniqueus, Agostinho refugia-se entre os acadêmicos, seita filosófica cujo princípio fundamental era a dúvida universal, gerando em seus seguidores indiferença e ceticismo. Nas *Confissões* VI,2,2, referindo-se a esse período, comenta: “Ambrósio não sabia que filho era eu, cético a respeito de tu, e convicto de não poder encontrar o caminho da vida”.

consideração a certos amigos teria rompido todas as minhas cadeias.

Que recurso me sobrava, a não ser uma tempestade — por mim considerada como algo adverso — a vir abalar as incertezas que me retinham? Foi então que fui tomado de agudíssima dor de peito que me incapacitou de assumir por mais tempo o peso de uma profissão que me fazia, sem dúvida, navegar em direção ao rochedo das Sereias.

Renunciei a tudo e conduzi meu barco, abalado e avariado, ao suspirado porto da tranqüilidade.

Insistente apelo a Mânlio Teodoro

5. Vês assim em que filosofia navego, presentemente, como estando dentro de ancoradouro. Todavia, é tão vasto este porto que sua extensão não exclui de todo alguma possibilidade de extravio, ainda que menos perigosamente. Pois ignoro, até agora, a que porção da terra — que sem dúvida será a única ditosa — na qual poderei atracar e desembarcar. Não piso ainda em terra firme. Sinto-me em meio a dúvidas e hesitações sobre a questão da natureza da alma.

Suplico-te, pois, em nome de tua virtude, por tua bondade e pelos vínculos e relações que costumam unir as almas, estender-me a mão. Quero dizer: estima-me e, em troca, crê que eu te estimo e que me és muito querido. Se obtiver o que desejo, bastar-me-á um ligeiro esforço para atingir, sem dificuldade, aquela vida feliz, a qual já desfrutas, como penso.

Quero te dar a conhecer minha conduta atual. Como reúno neste porto todos os meus amigos. Por aí, me conhecerás melhor, assim como o estado do meu espírito. E, visto que não encontro outro sinal melhor para me revelar a ti, pensei em te enviar o primeiro de meus diá-

logos — o que me parece ser o mais religioso e o mais digno de ser dedicado a teu nome. Oferta esta que julgo corresponder de modo justo a meu intento, posto que tratamos entre nós a respeito da vida feliz. Nada vejo de mais apropriado do que tal vida, a merecer o título de dom de Deus.

Tua eloqüência não me intimida, pois não posso temer o que amo, embora não possa atingir a tua medida. Menos ainda temo, na verdade, a tua alta posição (*fortuna*). Elevada que seja, aparece-te ela como coisa secundária. Ao passo que seria suficiente para tornar plenamente feliz aqueles a quem ela subjuga.

Peço-te, agora, prestar atenção ao que te vou expor.

Ambiente e participantes do colóquio

6. Era a 13 de novembro, dia de meu natalício.

Após frugal refeição, para o espírito não ficar em nada molestado, convoquei a todos com quem convivia — não somente naquele dia, mas de modo habitual. Reuni-os na sala de banhos, lugar tranqüilo e adequado quanto à temperatura do momento.

Estavam ali — e não hesito em apresentá-los pelo nome, à tua particular benevolência — primeiramente, nossa mãe, a cujos méritos, estou persuadido, devo tudo o que vivo. Navígio, meu irmão. Trigésio e Licênio, meus concidadãos e discípulos. Não quis que ficassem ausentes meus primos Lastidiano e Rústico, ainda que não houvessem freqüentado a escola de nenhum *Grammaticus*. Para o que planejávamos, julguei o seu bom senso poder nos prestar auxílio. Enfim, também se encontrava presente o menor de todos pela idade, mas cuja inteligência — se o amor não me leva a engano — promete grandes coisas: Adeodato, meu filho.

Estando todos atentos, assim comecei:

COLÓQUIO DO PRIMEIRO DIA

CAPÍTULO II

O PROBLEMA DA FELICIDADE

Constamos de corpo e alma

7. — Será evidente a cada um de vós, que somos compostos de alma e corpo?

Todos foram concordes, exceto Navígio, que declarou não saber.

— Mas, disse-lhe eu, pensas que ignoras tudo em geral, ou essa proposição é uma entre outras coisas que desconheces?

— Não creio que sou totalmente ignorante, respondeu ele.

— Podes, pois, dizer-nos alguma coisa do que sabes?

— Sim, posso.

— Se isso não te incomoda, dize-nos, pois.

E como ele hesitasse, interroguei:

— Sabes, pelo menos, que vives?

— Isso eu sei.

— Sabes, portanto, que tens vida, visto que ninguém pode viver a não ser que tenha vida?

— Isso também sei.

— Sabes, igualmente, que possuis um corpo?

Ele concordou.

— Sabes, então, que constas de corpo e vida?

— Sim, todavia tenho dúvidas se não existe alguma coisa a mais do que isso.

— Assim, não duvidas destes dois pontos: possuis um corpo e uma alma. Mas estás em dúvida se não existe outra coisa que seria para o homem um complemento de perfeição.

— É isso, concordou ele.

— O que poderia ser, procuraremos em outra ocasião, sendo possível. Peço agora, já que todos estamos de acordo em reconhecer que não pode existir homem algum sem corpo e alma, dizerem-me para qual dos dois elementos desejamos o alimento?

— Para o corpo, exclamou Licêncio.

Os demais, porém, duvidavam, perguntando-se de diversas maneiras como poderia o alimento ser necessário ao corpo, quando o procurávamos para viver, e a vida não depende senão da alma.

Intervim, dizendo:

— Parece-vos que o alimento é feito unicamente para a parte do homem que vemos crescer e fortificar-se por meio dele?

Foram todos dessa mesma opinião, exceto Trigésio que declarou:

— Por que, então, não chego a crescer em proporção ao meu grande apetite?

— A natureza, expliquei, fixou aos corpos a dimensão à qual pode atingir, mas sequer atingiriam essa dimensão se lhes faltasse o alimento. Constatamos facilmente esse fato nos animais. Todos sabem que os corpos vivos, sejam quais forem, definham sem o alimento.

— Definham, mas não encurtam, retorquiu Licêncio.

— Já temos o bastante para o meu propósito, concluí. Pois a questão era saber se o alimento é para o corpo. Ora, não há dúvidas sobre isso, porque se for suprimido o corpo define.

Todos aprovaram.

O alimento da alma

8. — E quanto à alma, perguntei, não possui ela seu alimento próprio? Não lhes parece ser esse alimento a ciência?

— Certamente, disse minha mãe. A meu ver, não existe outro alimento para a alma que não seja o conhecimento das coisas e a ciência.

Tendo Trigésio se mostrado indeciso a esse respeito, ela argumentou:

— Pois ainda hoje, tu mesmo nos mostraste como e de onde a alma tira o seu alimento. Posto que, pouco após o início da refeição, disseste que não tinhas notado de qual prato nós nos tínhamos servido. Isso porque, certamente, pensavas em não sei quê. Entretanto, não te privaste de tomar com as mãos e a boca sem prestar nenhuma atenção? Assim, acredita-me, é de tais alimentos, isto é, das próprias idéias e pensamentos que a alma se alimenta. Tomara que ela chegue a aprender algo por esse meio.

A essa explicação levantou-se um alvoroço e surgiram dúvidas. Disse eu:

— Vejamos, não concordais então que, em certo sentido, os homens sábios possuem o espírito mais pleno e mais livre do que os ignorantes?

— Isso é evidente, responderam eles.

— Temos, portanto, razão de dizer que os espíritos desprovidos de cultura e instrução estão como que em jejum e famintos?

— A meu entender, retrucou Trigésio, penso que estão, antes, cheios de vícios e maldades.

Assim é, concordei, e podes crer que isso representa para os espíritos certa esterilidade e fome. Pois, do mesmo modo como o corpo, privado de alimento, fica exposto a doenças e reações malignas decorrentes de sua inanição, assim o espírito ignorante está impregnado de doenças provenientes de suas carências. Os antigos justamente queriam que fosse chamada malignidade essa decomposição que é mãe de todos os vícios, pois vem a ser o nada e o vazio. E a virtude contrária a tal vício denomina-se

moderação, temperança ou frugalidade. Esse termo vem de *fruges* e tem o significado de frutos. Evoca assim uma espécie de fecundidade provinda ao espírito graças a essa virtude. Por outro lado, *nequitia* vem da palavra *nihil* (nada), que lembra a improdutividade. Com efeito, pode-se chamar nada aquilo que se escoia, decompõe, dissolve e não cessa de certo modo de se deteriorar e perder. Por isso, os homens sujeitos ao vício da malignidade (*nequitia*) são chamados “perdidos”. Ao contrário, quando existe algo que perdura, se mantém, não se altera e sempre fica semelhante a si mesmo, aí está a virtude. E o elemento mais importante e particularmente belo da virtude é a chamada temperança ou frugalidade. Todavia, se tudo isso vos parece por demais obscuro para que possais compreender por enquanto, concordareis com o seguinte: se os ignorantes possuem alma a ser nutrida, do mesmo modo como acontece com o corpo, temos de distinguir duas espécies de alimento: um salutar e proveitoso, outro malsão e funesto.

O festim do aniversário

9. — Nessas condições, já que estamos de acordo que o homem consta de dois elementos, a saber, corpo e alma, parece-me que para o dia do aniversário de meu nascimento devo oferecer não somente para os corpos, mas também para as almas, uma refeição um tanto mais abundante. Qual será esse festim, explicá-lo-ei, só se sentirdes apetite para ele. Pois seria inútil e perda de tempo querer vos nutrir, se houvesse resistência e má vontade. Façamos, portanto, votos para que sintais o apetite do espírito para esse alimento, e seja ele superior ao apetite do corpo. É o que acontecerá se a vossa alma estiver sadia, visto que os enfermos, como justamente vimos a respeito dos que sofrem de doenças físicas, recusam alimentar-se.

Todos se manifestaram alegres, dando o consentimento, pela voz e gestos. Declararam-se prontos a tomar e devorar tudo o que eu lhes tivesse preparado.

Questão: somos felizes por possuímos o que queremos?

10. Retomando, prossegui:

— Queremos todos ser felizes?

Apenas havia pronunciado tais palavras que a uma só voz e espontaneamente aprovaram.

— E que vos parece: quem não tem o que quer é feliz?

— Não, responderam em unísono.

— Como? Mas então, quem tem o que quer será feliz?

Minha mãe, nesse ínterim, tomou a palavra:

— Sim, se for o bem que ele apetece e possui, será feliz. Mas, se forem coisas más, ainda que as possua, será desgraçado.

Sorrindo, e deixando transparecer a minha alegria, disse à minha mãe:

— Alcançaste, decididamente, o cume da Filosofia. Pois, sem dúvida alguma, para exprimir teu pensamento apenas te faltaram as palavras de Cícero. Eis como se expressou ele no “Hortênsio”, obra composta para o louvor e a defesa da Filosofia:

“Há certos homens — certamente não filósofos, pois sempre prontos a discordar — que pretendem ser felizes todos aqueles que vivem a seu bel-prazer. Mas tal é falso, de todos os pontos de vista, porque não há desgraça pior do que querer o que não convém. És menos infeliz por não conseguires o que queres, do que por ambicionar obter algo inconveniente. De fato, a malícia da vontade ocasiona ao homem males maiores do que a fortuna pode lhe trazer de bens”.

A essas palavras, minha mãe proferiu tal exclamação que, olvidando de todo o seu sexo, parecia-nos ver alguma grande personagem assentada entre nós. Compreendia eu,

no entanto, quanto me era dado, de que fonte divina ela hauria essa sabedoria. Licêncio pediu-me então:

— Deves dizer-nos agora o que é necessário para sermos felizes e quais as coisas que podemos desejar para chegar à felicidade.

— Convidar-me-ás, repliquei, se o quiseres, para uma ceia no teu aniversário. Tomarei então de boa vontade o que me apresentares. Nessa mesma disposição, convidote, hoje, à minha mesa. Não peças, pois, manjares que talvez não tenham sido preparados.

Tendo Licêncio se desculgado por ter dado ocasião a essa pequena e discreta advertência, retomei:

— Portanto, está entendido, entre nós, que ninguém pode ser feliz, sem possuir o que deseja e, por outro lado, não basta aos que já possuem ter o ambicionado para serem felizes.

Todos concordaram.

Só quem possui a Deus é feliz

11. — Pois bem, prossegui, admitis ser infeliz o homem que não é feliz?

— Sem a menor dúvida.

— Logo, é infeliz quem não possui o que deseja?

Todos aprovaram.

— Então, o que o homem precisa conseguir para ser feliz? Eis talvez aí um bom suplemento ao nosso festim, pois precisamos não esquecer o grande apetite de Licêncio. Imagino eu que tal homem desejoso da felicidade deva obter tudo quanto pode querer, à sua vontade?

— Evidentemente, disseram eles.

— Isso significa ser necessário que se procure um bem permanente, livre das variações da sorte e das vicissitudes da vida. Ora, não podemos adquirir à nossa vontade, tampouco conservar para sempre, aquilo que é perecível e passageiro.

Todos se mostraram de acordo a esse respeito, exceto Trigésio que objetou:

— Há muitos homens afortunados que possuem em grande abundância tais bens frágeis e sujeitos ao acaso, e, no entanto, levam vida muito agradável. Nada lhes falta de tudo quanto desejam.

— Na tua opinião, disse-lhe eu, achas poder ser feliz o homem sujeito a receios?

— Não me parece ser possível, respondeu ele.

— E poderá viver sem receio, quem pode vir a perder o que ama?

— Impossível, confirmou ele.

— Ora, todos esses bens sujeitos à mudança podem vir a ser perdidos. Por conseguinte, aquele que os ama e possui não pode ser feliz de modo absoluto.

Não tendo Trigésio replicado, minha mãe tomou a palavra:

— Ainda que alguém tivesse a certeza de não perder tais bens frágeis, contudo, nunca viria a se contentar com o que já possui. Portanto, a pessoa seria infeliz pelo fato de querer sempre mais.

— Nesse caso, argumentei, aquele que possuísse bens em abundância, rodeado de benefícios sem conta, supondo que pusesse limite a seus desejos e que vivesse satisfeito com o que possuísse, no gozo honesto e agradável desses bens, a teu parecer seria ele feliz?

— Não seriam essas coisas que o tornariam feliz, mas a moderação de seu espírito.

— Muito bem! Não poderia haver melhor resposta à minha pergunta, nem outra poderia eu esperar de ti. Por conseguinte, estamos convencidos de que, se alguém quiser ser feliz, deverá procurar um bem permanente, que não lhe possa ser retirado em algum revés de sorte.

— Já concordamos com isso, diz Trigésio.

— Então, qual a vossa opinião? É Deus eterno e imutável?

— Eis aí uma verdade tão certa que qualquer questão se torna supérflua, interveio Licêncio.

Em piedosa harmonia, todos os outros disseram-se de acordo. Concluí então:

— Logo, quem possui a Deus é feliz!

Quem possui a Deus?

12. Todos aceitaram essa conclusão, com alegria e entusiasmo. Disse então:

— Resta-nos apenas procurar uma coisa: quem entre os homens possui a Deus? Pois, sem dúvida, tal homem será feliz. Dizei, por favor, qual o vosso pensamento sobre esse ponto.

Licêncio opinou:

— Possui a Deus quem vive bem.

— Possui a Deus quem faz o que Deus quer que se faça, disse Trigésio.

Lastidiano aderiu a essa opinião. Adeodato, o mais jovem de todos, sugeriu então:

— Possui a Deus quem não tem em si o espírito imundo.

Quanto à minha mãe, aprovou todas as opiniões, principalmente a última. Navígio calava-se. Como lhe perguntei o que pensava, declarou que a reflexão de Adeodato fora a que mais lhe agradara. Não pensei dever me abster de perguntar ao próprio Rústico qual era sua idéia a respeito de tão grave questão, pois me pareceu ser mais por timidez do que por deliberação o seu silêncio. Pôs-se em conformidade com a opinião de Trigésio.

Apresentação de questão extra

13. Retomei então:

— Conheço agora o que cada um pensa sobre essa questão fundamental, acima da qual nada temos de procurar, nem coisa alguma a descobrir. Todavia, aprofundemos a investi-

gação com espírito sincero e sereno, aliás, como já iniciamos a fazê-lo. Seria entretanto longo demais para o dia de hoje. Em tais festins, o espírito também deve temer uma espécie de intemperança, jogar-se imoderadamente e com gula sobre os manjares servidos. Desse modo o alimento seria mal digerido. Isso é tanto mais para se recear para a saúde do espírito, do que a inanição de que falamos. Não vos parece que vale mais tratarmos amanhã dessa questão, com apetite renovado? Contentai-vos, agora, em degustar somente o manjar espiritual que eu, como anfitrião, tive de súbito a idéia de vos oferecer. E salvo engano, será como o que costumam servir em último lugar, preparado e condimentado com o mel da Escola.

A essas palavras, todos estenderam a mão, como para alcançar o prato que eu lhes acenava a distância. Solicitaram que me apressasse a lhes revelar que tipo de manjar seria esse.

— Pois bem, que vos parece? Julgais que terminamos completamente a discussão iniciada a respeito dos acadêmicos?

A esse nome “acadêmicos”, os três que estavam a par da questão levantaram-se com vivacidade e estenderam as mãos, como é de costume ser feito ao se ajudar o servente que apresenta os pratos à mesa. E mostraram por palavras, do melhor modo que podiam, não terem ouvido notícia mais agradável.

Podem os acadêmicos ser felizes?

14. Propus-lhes a questão nestes termos:

— Se é evidente, como a razão nos demonstrou há pouco, não poder ser feliz quem não possui o que deseja; e de outro lado ninguém procurar o que não deseja encontrar; como então se explica que os acadêmicos estejam sempre à procura da verdade? Porque eles a querem encontrar, mas por método infalível, a fim de a poder

descobrir. E contudo não a descobrem! Segue-se, portanto, que não são felizes. Ora, ninguém é sábio, se não for feliz. Logo, o acadêmico não é sábio!

A essas palavras todos exultaram de alegria, como se tivessem recebido um prato cheio. Licêncio, contudo, considerando a questão com mais atenção e prudência, temeu dar sua aprovação e declarou:

— Eu também me servi convosco dessa iguaria, pois igualmente me alegrei com o impacto da conclusão apresentada. Contudo, não degustarei migalha alguma. Guardarei minha porção para dá-la a Alípio. Ou bem ele a provará comigo, ou me explicará por que não convém tocá-la.

Tais guloseimas, disse eu, quem deveria temê-las é Navígio, devido a seu fígado doente.

Navígio a sorrir replicou:

— Muito pelo contrário, essas guloseimas me trarão a cura, sem dúvida alguma. Não sei como, mas o prato complicado e picante que nos preparaste — como foi dito por alguém — se com o mel de Himeto, possui sabor agridoce, e não me causará inchaço no estômago. Assim, se bem que me pique um pouco ao paladar, não deixarei de o consumir todo e com muito gosto. De fato, não vejo como se possa rejeitar tal conclusão.

— É absolutamente impossível rejeitá-la, afirmou Trigésio. Por isso, felicito-me de me sentir em desavença com os acadêmicos, há já bastante tempo. Não sabia como refutá-los, mas graças a não sei que instinto natural, ou mais exatamente, por qual impulso divino, eu já lhes era radicalmente hostil.

Licêncio procura apoiar-se em Alípio

15. — Quanto a mim, replicou Licêncio, ainda não os abandono.

— Logo, estás em desacordo conosco? pergunta-lhes Trigésio.

— Talvez, não sereis antes vós que estais em desacordo com Alípio?, insistiu Licêncio.

Tomei a palavra:

— Não duvido que, se Alípio estivesse aqui presente, subscreveria esse meu breve raciocínio. Não poderia ele, com efeito, admitir nenhum destes absurdos: considerar como feliz quem, desejando a verdade, com todo ardor, carece entretanto desse grande bem da alma; ou afirmar que os acadêmicos não querem encontrar a verdade; ou ainda, que quem não é feliz possa ser sábio. Pois é com esses três ingredientes, representados pelo mel, farinha e amêndoas, que é feito o manjar que temes degustar.

Insiste Licêncio:

— Crês que Alípio seja homem para ceder de pronto a essa simples guloseima de criança, renunciando à abundância do sistema acadêmico? Esse é tão grande que, ao transbordar, submergiria ou arrastaria o teu tão diminuído argumento.

Repliquei:

— Como se fosse preciso procurar longo raciocínio, sobretudo em relação a Alípio! Ele por si mesmo se venceria, perfeitamente, de que meus argumentos são fortes e eficazes. Entretanto tu, que decidiste depender da autoridade de pessoa ausente, qual de minhas proposições não aprovas? — Negas não poder ser feliz quem não possui o que deseja? Ou pretendes que os acadêmicos não querem descobrir e possuir a verdade tão ardentemente procurada? Ou, acaso, estimas que o sábio possa ser infeliz?

Licêncio, com um sorriso contrafeito, afirmou:

— Declaro que quem não possui o que deseja pode ser plenamente feliz!

Como eu mandasse que essa resposta fosse anotada pelo estenógrafo, ele retratou-se:

— Não disse isso!

E como eu fizesse sinal para que também essa réplica fosse anotada:

— Sim, eu o disse, corrigiu-se.

Eu havia dado ordem, uma vez por todas, de não deixarem passar nenhuma palavra emitida sem que fosse registrada. Era assim que mantinha sob controle aquele jovem bastante versátil entre a reserva e a obstinação.

Opinião de Mônica sobre os acadêmicos

16. Ora, enquanto, como que brincando, levávamos Licêncio a retomar sua posição no festim, percebi que os demais convivas, ignorando tudo a respeito do que discutíamos, observavam-nos com ar contrafeito. Desejavam saber sobre o que nos entretínhamos tão jovialmente. Fizeram-me desse modo lembrar-me de algo que ocorre com frequência nos banquetes, a saber, aquelas pessoas colocadas entre convivas extremamente ávidos e gulosos, abstendo-se de se servir, quer por discrição, quer por timidez. Ora, como era eu que tinha feito os convites e havia aprendido contigo (ó Teodoro!) a assumir o papel de mestre de sala (*invitator*), e numa refeição desse gênero representar assim o papel de homem digno desse nome, fiquei impressionado de que houvesse entre os nossos convivas tal desigualdade e discrepância. Sorri para minha mãe. Ela, então, com uma liberdade não possuída pelos outros, deu como que uma ordem para que fosse tirado da dispensa o que faltava na ocasião:

— Dize, pois, e explica-nos quem são esses acadêmicos e o que pretendem eles.

Expliquei, breve e claramente, a fim de que ninguém ficasse sem os conhecer. E ela concluiu então:

— Tais homens são uns epiléticos (*caducarii*)!

Servira-se de palavra vulgar, com a qual são designadas as pessoas vítimas desse mal. Ao mesmo tempo, levantou-se para se retirar. Quanto a nós, satisfeitos e joviais, também nos retiramos, pondo fim à nossa discussão.

COLÓQUIO DO SEGUNDO DIA

CAPÍTULO III

A POSSE DE DEUS COMO CONDIÇÃO DA FELICIDADE

Preâmbulo

17. No dia seguinte, após a leve refeição do meio-dia, mas algum tanto mais tarde do que na véspera, reencontramo-nos todos no mesmo recinto. Disse-lhes:

— Chegastes mais tarde ao festim. Espero que não seja em consequência do excesso de iguarias que tivemos ontem, mas, ao contrário, pela certeza que tínheis de que as de hoje seriam reduzidas. Pareceu-vos, quem sabe, que não valia a pena começar tão de pronto um festim cujo término viria em breve. Era para se pensar, com efeito, que as sobras do modesto banquete de comemoração do meu aniversário haveriam de ser pouco abundantes. Talvez tendes razão. Desconheço, entretanto, o que vos está preparado para hoje, tanto quanto vós. Pois existe Outro que não cessa de oferecer-se a todos os melhores manjares, sobretudo os deste gênero de que vamos nos servir neste momento. Acontece na maioria das vezes que somos nós a nos abster de tomá-los, seja por fraqueza, seja por fastio, seja por excesso de ocupações. Todos estávamos concordes a essa respeito, ontem, piedosa e firmemente, — a não ser que eu esteja enganado. Com efeito, demonstramos pela razão: ser feliz quem possui a Deus. Ninguém contradisse tal conclusão. Em seguida, foi proposta esta questão: — Quem vos parece que possui a Deus? Sobre esse ponto, se bem me lembro, três opiniões foram emitidas. Uns estimaram que possui a Deus quem faz o que Deus quer. Outros opinaram que o possui quem vive bem. Os demais afirmaram Deus estar presente na-

queles em quem não reside o espírito denominado impuro. (Cf. II,12.)

Concordância das três opiniões sobre quem possui Deus

18. — Mas, talvez, com palavras diferentes, exprimistes, no fundo, uma só e mesma idéia. Pois, se considerarmos os dois primeiros pareceres, vemos que quem vive bem faz a vontade de Deus; e quem faz o que Deus quer vive bem. Não constituem coisas diferentes: viver bem e fazer o que agrada a Deus. A menos que considereis de outro modo?

Todos aprovaram a minha afirmação.

— Quanto à terceira opinião é preciso examiná-la com um pouco mais de atenção. Pois nos ritos muito santos de nossos mistérios “espírito impuro”, ao que entendo, costuma ser tomado em dois sentidos: trata-se, primeiramente, daquele espírito que, de fora, invade a alma, perturbando os sentidos, a ponto de provocar na pessoa uma espécie de loucura. Para expulsar tais espíritos, os ministros impõem as mãos — o que é exorcismo, e que vem a ser uma ordem para fazê-los partir em nome de Deus. Pelo segundo sentido, “espírito impuro” aplica-se a toda alma impura, isto é, manchada por vícios e erros. Pergunto-te pois a ti, ó meu filho, de quem partiu essa opinião com tanta candura e pureza, que nos digas a teu entender: — Quem não possui esse espírito impuro? Será aquele que está livre do demônio, cuja possessão ocasiona habitualmente perturbações? Ou aquele que já está com a alma purificada de todos os vícios e pecados?

— A meu entender, disse ele, está isento do espírito impuro aquele que vive castamente.

Repliquei eu:

— Mas a quem chamas de casto? Aquele que não comete nenhum pecado ou quem se limita a abster-se de relações carnis ilícitas?

— Como poderia ser casto quem, limitando-se a evitar tais pecados, continuasse a manchar sua alma com os outros pecados? Ao contrário, será realmente casto quem tiver os olhos voltados para Deus e não se prender a nada além dele só.

Aprouve-me de que tais palavras pronunciadas por aquele menino fossem anotadas tais quais. Prossegui depois:

— Desse modo, será necessário, para quem é casto, viver bem; e quem vive bem necessariamente será casto. A não ser que vejas de outro modo?

Ele concordou, assim como os demais. Então concluí:

— Logo, as três opiniões emitidas coincidem em uma só!

É feliz aquele a quem Deus está presente como amigo

19. — Proponho-vos agora uma pequena questão: Quer Deus que o homem o procure?

Todos deram o seu assentimento.

— Pergunto-vos ainda: Podemos dizer que quem busca a Deus leva vida má?

— De modo algum, responderam eles.

— Então, atendei ainda a esta terceira questão: Pode o espírito impuro procurar a Deus?

Disseram que não, exceto Navígio, que após um instante de hesitação aderiu à opinião do grupo. Retorqui então:

— Se, pois, possui a Deus aquele que busca a Deus, faz a vontade de Deus, vive bem e está livre do espírito impuro; e entretanto, por outro lado, quem está à procura de Deus ainda não o possui; segue-se que quem vive bem faz o que Deus quer e não possui o espírito impuro, só por aí, não pode ser considerado como alguém que possua a Deus!

Aqui, todos se puseram a rir, por terem caído no laço armado pelas conseqüências de suas concessões. Minha mãe, que tinha ficado distraída por um bom momento, pediu-me que lhe explicasse, de modo menos conciso e mais claro, o que a pressa das conclusões me tinham obrigado a apresentar sob forma pouco compreensível. Quando isso foi feito, disse ela:

— Mas ninguém pode chegar a Deus sem o ter procurado antes!

— Muito bem, aprovei. Contudo, aquele que ainda está à procura de Deus não chegou até Deus, também se vive bem. Portanto, nem todo o que vive bem possui, por isso, a Deus.

— Quanto a mim, replicou ela, parece-me que não há ninguém que não possua a Deus. Entretanto, aquele que vive bem possui a Deus como um amigo benévolo, e quem vive mal, como alguém que lhe é distante.

— Nesse caso, fizemos mal ontem em concordar que é feliz todo aquele que possui a Deus. Isso, caso for verdade que todos o possuam. Pois, na verdade, vemos que nem todos são felizes.

Insistiu ela:

— Acrescenta então o termo “benévolo”. (Isto é: será feliz quem possui a Deus como amigo.)

Pode ser considerado feliz quem ainda está à procura de Deus?

20. — Pelo menos, estamos bem de acordo sobre este ponto: É feliz o que tem Deus propício?

— Quisera estar de acordo, replicou Navígio, mas receio especialmente que venhas depois a concluir que os (filósofos) acadêmicos sejam felizes. A eles, que foram qualificados ontem, com o emprego de termo vulgar e pouco latino, mas na minha opinião, bem justo: “*caducarii*”,

isto é, epiléticos. Porque não posso crer que Deus seja molesto a quem o procura. E se não é justo afirmar tal coisa, segue-se que Deus será propício a todo aquele que o procura. Ora, quem possui Deus favorável necessariamente será feliz. Acontece, porém, que quem está em busca ainda não possui o que deseja. Decorrerá daí que a pessoa ainda não possuidora do ambicionado será feliz, coisa que ontem nos pareceu a todos absurdo, a tal ponto que julgávamos terem-se dissipado as trevas sobre a Academia. E com isso, Licêncio poderá triunfar sobre nós. Como médico precavido declarará ter sido eu punido por haver provado daquelas gulo세imas nocivas à minha saúde. (Cf. II, 14.)

A benevolência de Deus traz felicidade

21. Nessa ocasião, minha mãe sorriu de novo.

— Para mim, disse Trígésio, não posso concordar tão depressa que Deus seja molesto a quem não é benévolo. Creio dever haver aí um meio-termo.

— Contudo, retorqui eu, a essa pessoa que dizes encontrar-se em estado intermediário, a quem Deus não é nem benévolo nem molesto, concedes que possua Deus de qualquer modo que seja?

Como ele hesitasse a responder, minha mãe interveio:

— Uma coisa é possuir a Deus; outra, não estar sem ele.

— E o que vale mais, retomei eu, possuir a Deus ou não estar sem ele?

— Pelo que posso compreender, ponderou ela, eis a minha opinião: quem vive bem possui a Deus, e de modo propício. Quem vive mal possui a Deus, mas como distante (*infestum*). E quem quer que esteja à procura, sem todavia o ter encontrado ainda, não possui a Deus nem propício nem molesto. Contudo, não está sem Deus.

— É essa a opinião do grupo?, indaguei.

Disseram todos que sim.

— Dizei-me, pois, eu vos peço: não será Deus benévolo a quem ele favorece?

— Sem dúvida, ele o é, confirmaram em coro.

— E Deus não favorece a pessoa que o procura?

— Sim, favorece, foi a resposta geral.

— Por conseguinte, quem busca a Deus o tem benévolo, e quem possui a Deus benévolo será feliz. Logo, é feliz também aquele que está em busca de Deus. Como acontece que quem procura ainda não tem o que deseja, temos aí: quem ainda não possui o desejado é feliz!

— De modo algum, objetou minha mãe. Não me parece que seja feliz quem não possui o que deseja.

— Logo, repliquei, nem todo o que tem a Deus favorável é feliz?

— Se a razão impõe tal conclusão, retorquiu ela, não o poderei negar.

— Por conseguinte, chegas a estas distinções: todo o que encontrou a Deus e o tem benévolo é feliz. Todo o que ainda busca a Deus tem-no benévolo, mas ainda não é feliz. E, enfim, todo o que se afasta de Deus, por seus vícios e pecados, não somente não é feliz, mas sequer goza da benevolência de Deus.

Consiste a infelicidade na carência?

22. Esse meu raciocínio agradou a todos. Concluí então:

— Está bem. Receio, porém, que estejais embaralhados com o que concedemos anteriormente, a saber: todo aquele que não é feliz é infeliz (cf. II,11). Daí seguiria a necessidade de ser considerada infeliz a pessoa que possuindo a Deus de modo benévolo, pelo fato mesmo de es-

tar em busca de Deus, não é feliz. Ou acaso como diz Túlio:³

“Chamamos ricos os proprietários de muitas terras, ao passo que consideramos pobres aqueles que possuem todas as virtudes”.

Refleti, por conseguinte, ainda nisto: se é verdade que seja infeliz quem se encontra na indigência, será igualmente verdade que todo infeliz seja indigente? Seguir-se-ia daí, portanto, que a infelicidade consiste tão-somente na carência ou indigência. Opinião essa que ao ouvi-la ser exposta pensastes que eu a aprovaria. Pelo que, peço-vos reunir-vos, sem fastio, amanhã, em volta desta mesma mesa. Todos declararam que o fariam com o máximo prazer, então levantamo-nos dali.

³Trata-se de Marco Túlio Cícero. O texto citado é extraído do discurso *Pro Deiotario*, cap. 26, tetrarca da Galícia.

COLÓQUIO DO TERCEIRO DIA

CAPÍTULO IV

A FELICIDADE É PLENITUDE ESPIRITUAL

Passar necessidade e ser infeliz se identificam?

23. No terceiro dia de nossos colóquios, dissipou-se a nebulosidade matinal que nos obrigara a instalar-nos na sala de termas. Após o meio-dia, o céu tornou-se puríssimo. Decidimos com agrado descer até o campo próximo. Tendo cada um se instalado comodamente, prosseguimos o último tema do colóquio da véspera. Iniciei:

— Obtive e retenho as adesões apresentadas pelo grupo às minhas questões. Para hoje — a fim de podermos terminar este festim e descansar em seguida por alguns dias — nada ou quase nada tereis a me responder, conforme presumo. Foi dito por minha mãe que a infelicidade não é outra coisa senão carência. E todos nós concordamos que os indigentes é que são infelizes (cf. III,22). Contudo, não chegamos a esclarecer, ontem, a seguinte questão: são todos os infelizes necessitados de algo? Caso a razão chegue a nos demonstrar que assim é, teremos encontrado quem seja feliz: a pessoa que não padece de indigência alguma. Já que quem não é infeliz é feliz, será feliz quem não sofre necessidade. Isso caso fique confirmada a identidade entre o que denominamos indigência e infelicidade.

Inconseqüências lógicas

24. — Pois então, indagou Trigésio, não se pode deduzir ser feliz quem não está na indigência pelo fato de ser manifestamente infeliz o indigente? Ora, lembro-me de

que já concordamos sobre isso (III,22), e de que não existe meio-termo entre a miséria e a felicidade.

— E a teu entender, repliquei, existe meio-termo entre um ser morto e um ser vivo? Não é toda pessoa um ser vivo ou um ser morto?

— Confesso também não existir aí meio-termo. Mas aonde queres chegar com essa questão?

— Eis: penso que admites estar bem morto aquele que foi enterrado há um ano?

Trigésio não contradisse.

— Nesse caso todo homem que não estiver enterrado há um ano, estará ainda vivo?

— Essa conseqüência não se segue, retorquiu ele.

— Também do fato de que “todo indigente é infeliz” não se segue que “quem não estiver na indigência será feliz”, visto que entre o feliz e o infeliz como entre o vivo e morto não cabe estado intermédio.

Conceitos estóicos sobre a sabedoria da vida

25. Como alguns do grupo se mostravam um tanto lentos a compreender tal raciocínio, expliquei-lhe como pude e de diferentes modos, com palavras adequadas, conforme a capacidade de cada um.

— Ninguém duvida agora de que quem se encontra na indigência seja feliz? E não precisamos indagar se o sábio sofre de necessidades corporais, pois essas coisas não se fazem sentir na alma — sede da vida feliz. A alma do sábio é perfeita: ora, ao que é perfeito nada falta. Ele se servirá de tudo o que for necessário a seu corpo, e estiver a seu alcance. E, caso contrário, a falta desses bens não conseguirá abatê-lo. Posto que a característica do sábio é ser forte, e o forte nada temer. Assim, o sábio não teme a morte corporal, nem os sofrimentos que não

consegue expulsar, evitar ou retardar, com a ajuda daqueles bens, de cuja posse pode acontecer ver-se privado. Entretanto, não deixará de se servir honestamente desses bens, caso os possua. Desse modo, apresenta-se totalmente verdadeira a máxima:

“É tolice suportar
o que se puder evitar”.

Logo, o sábio evitará a morte e o sofrimento quando lhe for possível e conveniente. Deixando de o fazer, manifestar-se-ia como infeliz. Não por esses maléficos lhe serem funestos, mas porque, tendo tido a possibilidade de os evitar, não o fez. Isso é sinal evidente de tolice. Desse modo, por não os ter evitado, sua infelicidade viria não pelo fato de sofrer, mas sim por sua própria estultícia. E ainda, caso o sábio não consiga evitar os males, após ter-se empenhado ativamente no limite do conveniente, esses mesmos infortúnios inevitáveis, ao abaterem-se sobre ele, não o tornariam infeliz. Pois a seguinte máxima do mesmo poeta já citado⁴ não é menos verdadeira:

“Já que as coisas não podem ser tal como queres,
deseja apenas aquilo que for realizável”.

Como poderia ser infeliz aquele a quem nada acontece contra a sua vontade? Pois ele não chega a desejar o que vê ser irrealizável. Sua vontade dirige-se somente a coisas possíveis. Tudo o que ele faz será conforme as prescrições da virtude e da divina lei da sabedoria. Bens esses, que de modo algum lhe poderão ser arrebatados.

⁴Trata-se do dramaturgo cômico, Terêncio, do qual se conhecem seis comédias. A primeira citação é da peça *Eunuco*, ato 4, cena 6. Esta última, da comédia *Andria* (Adriana), ato 2, cena 1.

Basta o gozo dos bens temporais para ser feliz?

26. — Refleti agora no que segue: é infeliz todo o que sente necessidade de algo que lhe falta? O que torna difícil de ser aceita tal opinião é o fato de que muitas pessoas desfrutam grande abundância de bens perecíveis. Para elas, tudo é fácil porque ao simples aceno de suas mãos realizam-se todos os seus desejos. Mas, sem dúvida, esse tipo de vida está sujeito a grandes dificuldades. Imagine-mos um homem, tal como aquele Orata, de quem nos fala Cícero. Quem ousaria dizer que Orata sofria de alguma indigência, ele que se achava cumulado de riquezas, do mais refinado luxo e de prazeres? Ele, a quem nada faltava do que contribui ao deleite, ao encanto da vida, ao gozo de perfeita saúde? Possuía em abundância propriedades rendosas e amigos muito prestativos. Servia-se judiciosamente de tudo para seu bem-estar. Em breves palavras: feliz sucesso coroava todos os seus empreendimentos e planos. Contudo, poderia dizer alguém dentre vós: quem sabe, não tenha ele querido possuir mais do que já tinha? Não o sabemos. Suponhamos, porém, e isso basta a nosso propósito, que ele não tenha ambicionado nada mais do que possuía. Parece-vos que lhe faltava alguma coisa?

Licêncio aventurou:

— Ainda que eu concordasse que nada lhe tenha faltado do que desejava — e isso não sei bem como poderia admiti-lo em um homem que não fosse sábio — acontece, sem dúvida, que ele temia (pois, como dizem, era homem de não pouca inteligência), que por inesperado revés de fortuna viesse a perder todos esses bens. Com efeito, não lhe seria muito difícil compreender que todos aqueles benefícios — quão vultuosos fossem — estavam na dependência dos caprichos da sorte.

— Vês então, Licêncio, disse eu sorrindo, que esse ricaço estava justamente impedido por suas próprias qua-

lidades naturais de chegar à vida feliz. Quanto mais inteligente fosse ele, mais perceberia que poderia perder todos os seus bens. Esse receio o perseguiria e verificarse-ia o dito popular:

“A um homem sem segurança,
seu próprio mal o torna conformado”.

A maior carência: a falta de sabedoria

27. Essas palavras levaram Licêncio e os demais a rirem.

— Contudo, continuei, examinemos com mais atenção esse problema. Orata sentia-se sem segurança, mas não se achava na indignação. E é aqui que se encontra a questão. Com efeito, encontrar-se na indignação consiste em não ter o que se necessita; e não no receio de perder o que se possui. Ora, esse homem de quem falamos não se encontrava na indignação, mas era infeliz porque temia a perda de seus bens. Portanto, não será exato dizer que todo homem infeliz está na carência de alguma coisa. Minha mãe, cuja opinião eu defendera (cf. IV,23), deu assim como os outros o seu assentimento à minha conclusão. Acrescentou em seguida:

— Contudo não vejo, e ainda não compreendo bem, como se pode separar indignação da infelicidade. Porque esse Orata ainda que fosse rico e, como dizíeis, nada ambicionasse a mais, acontece que pelo fato mesmo de temer a perda de todos os seus bens, encontrava-se na indignação. Faltava-lhe justamente a sabedoria. E, então, haveríamos de declarar ser alguém indigente por lhe faltar dinheiro e riquezas e não por lhe faltar a sabedoria?

A essas palavras, todos prorromperam em exclamações. Eu mesmo não me sentia pouco satisfeito, especialmente por ter sido minha mãe quem enunciara um dito tão importante como conclusão. Havia eu justamente preparado essa afirmação para o final, tirada dos mais notáveis escritos dos filósofos.

— Percebeis agora, concluí, qual a diferença existente entre conhecer múltiplas e diversas doutrinas e ter o espírito inteiramente voltado para Deus? Pois essas palavras que acabamos de admirar, de onde procedem elas a não ser daquela divina fonte?

Aqui, Licêncio exclamou com alegria:

— Certamente, não poderia ser dito nada de mais verdadeiro nem de mais divino. Posto que, de fato, a maior e mais deplorável indignação é a privação da sabedoria. Ao contrário, nada pode faltar a quem possui a sabedoria.

Toda carência equivale a uma infelicidade

28. — A indignação da alma (*animi egestas*) não é, portanto, outra coisa do que estultícia (*stultitia*). E essa é o oposto da sabedoria, como a morte o é da vida, e a felicidade da infelicidade. Entre esses diversos estados não há meio-termo. Com efeito, todo aquele que não é feliz é infeliz. E se todo o que não está morto é vivo, do mesmo modo, evidentemente, todo o que não é insensato (*stultus*) é sábio. Isso nos permite agora concluir que aquele Sérgio Orata foi infeliz, não tanto porque temia a perda dos seus bens, mas por estar privado de sabedoria. E seria mais infeliz ainda se em meio àquelas coisas tão fugazes e perecíveis — por ele consideradas como bens — vivesse totalmente sem receio algum. Pois sua segurança, ele a teria, não graças a corajosa vigilância, mas devido ao embotamento de sua mente, mergulhada em profunda estupidez (*stultitia*). Se alguém, privado de sabedoria, padece de grande carência (*egestatem*), entretanto nada falta a quem possui a sabedoria. Segue-se que a estupidez é verdadeira carência. Ora, como todo insensato é infeliz, do mesmo modo todo infeliz é insensato. Assim, pois, está demonstrado como toda carência equivale a infelicidade, e do mesmo modo toda infelicidade implica carência.

Todo infeliz é indigente

29. Como Trigésio declarasse não haver compreendido bem essa conclusão, perguntei-lhe:

— O que acaba a razão de nos demonstrar?

— Que está em carência quem não possui sabedoria.

— E no que consiste essa carência?

Como ele se calasse, retorqui:

— Não será talvez em viver como insensato? (*habere stultitiam*)?

— É isso.

— Por conseguinte, estar sujeito à carência nada mais é do que ser insensato. Segue-se que seria necessário denominar a carência com outro termo, quando se tratar da estupidez (*stultitia*). E, no entanto, dizemos, não sei por que: “Ele está na indigência” e: “Ele é insensato”. É como se disséssemos a respeito de um quarto escuro, que possui as trevas, equivalendo a: não possui a luz. Pois não são as trevas que vêm ou se retiram, mas, sim, a luz. Haver privação de luz é o mesmo que existirem trevas. Exatamente como: “estar sem roupa” é estar na nudez. Pois a nudez não foge como algo capaz de se mover à chegada das roupas! Assim, quando dizemos de alguém: “Está carente” é como se disséssemos: “Está nu”. A carência ou indigência (*egestas*) é palavra que significa “não possuir”. E para explicar melhor o meu pensamento, disse de alguém: “Ele é indigente”, no mesmo sentido do que: “Ele nada tem”. Assim, pois, já está demonstrado que a estultícia consiste, precisamente, em verdadeira e autêntica indigência (da alma). Verificai, agora, se a questão levantada está resolvida. Com efeito, perguntávamos se pela palavra “infelicidade” (*miseriam*) designávamos apenas a indigência (da alma). Ora, provamos que é com razão que se afirma ser a estultícia uma indigência. Portanto, equivalem-se. Logo, como todo insensato é infeliz

(*miser*) e todo infeliz insensato, assim também todo indigente é infeliz e todo infeliz indigente. E pelo fato de todo insensato ser infeliz e todo infeliz néscio (*stultus*), segue-se que a indigência é infelicidade. Então por que não haveremos de concluir já que a infelicidade e a indigência se identificam, pois todo indigente é infeliz e todo infeliz, indigente?

Plenitude: o oposto da indigência

30. Todos se declararam de acordo. Retomei, então: — Trata-se agora de examinar quem não está na carência, pois esse será ao mesmo tempo sábio e feliz. A estultícia significa indigência (*egestas*) e isso é o que seu nome indica. Esse termo designa uma espécie de esterilidade e pobreza (*inopia*). Notai com particular atenção, peço-vos, quão cuidadosamente os antigos formavam as palavras de seu vocabulário. Pelo menos — e isso é evidente — em especial algumas delas, as que designam coisas cujo conhecimento nos é de todo necessário. Já concordastes em que todo insensato é indigente, e todo indigente é insensato. Espero que também concordareis em que o insensato possui o espírito cheio de defeitos (*spiritum esse vitiosum*), e que todos esses vícios da alma se encontram incluídos na única palavra: estultícia. Ora, no primeiro dia de nossos colóquios (cf. II,10), dizíamos que o termo *nequitiam* (malignidade) é formado de *nequidquam* (o que nada é), com o significado de esterilidade. Ao passo que o seu oposto recebe o nome de *frugalitatem* (moderação) que vem de *frux* (fruto). Assim, pois, nesses dois termos contrários: *frugalitas et nequitia* (a frugalidade e a intemperança) o que está em evidência são dois conceitos: ser e não ser. Ora, na vossa opinião, qual será o contrário de *egestate* (indigência), sobre o qual discutíamos?

Eles hesitaram alguns instantes para responder. Trigésio aventurou-se:

— Se respondesse que é a riqueza? Pois me parece que possui como oposto a pobreza.

— Tudo isso se relaciona entre si, respondi. Pois, geralmente, pobreza e indigência são tomadas como a mesma e única coisa. Contudo, é preciso encontrar outra palavra, se não quisermos que o contrário — mais nobre — fique com um só vocábulo. De um lado, haveria abundância de termos: pobreza, carência e indigência; e do outro, uma única palavra: riqueza. Seria totalmente absurdo, com efeito, se existissem para a indigência vários vocábulos, e para designar o seu contrário, a própria carência!

— Plenitude!, exclama Licêncio. Esse termo, se pudermos empregá-lo, creio eu, seria bem o oposto à indigência!

Sentido da palavra: plenitude

31. — Talvez mais tarde haveremos de tratar mais diligentemente dessa questão de palavras. Isso é secundário na investigação da verdade. Ainda que Salústio, escritor que ponderava mui cuidadosamente suas palavras, tenha oposto “opulência” à “indigência”. Contudo, aceito o teu termo “plenitude”. Pois não nos deixemos perturbar aqui por medo dos gramáticos, e temer de sermos censurados por negligência na seleção das palavras, por aqueles mesmos que puseram seus próprios bens à nossa disposição. A essas palavras eles riram. Prossegui:

— Quero preservar-me de prezar pouco os pareceres que propondes, pois quando estais atentos a Deus, sois como oráculos seus. Vejamos, pois, o que significa essa palavra “plenitude”. Nenhuma outra, penso eu, está mais próxima da verdade. Assim, plenitude e indigência são

termos opostos. E aqui, como para intemperança e moderação, duas coisas apresentam-se: os conceitos de “ser” e de “não ser” (cf. IV,30). Justamente, se a estultícia é indigência, a sabedoria será plenitude. E, com razão, muitos consideram a moderação como sendo a mãe de todas as virtudes. A esse respeito, Túlio é do mesmo parecer num discurso popular:

“Pense cada um o que quiser; quanto a mim, estimo que a frugalidade, isto é, a moderação ou temperança, é a mais excelente das virtudes”.

Palavras muito douradas e oportunas. Túlio considerou aí a raiz de *fruges* (fruto), no termo frugalidade. Isto é, a fecundidade do “ser”. Como na linguagem vulgar, emprega-se ordinariamente frugalidade no sentido de parcimônia. Túlio esclareceu o que pensava, anexando duas outras palavras sinônimas: moderação e temperança (*modestiam et temperantiam*). São essas duas palavras que examinaremos atentamente a seguir.

A sabedoria: justa medida da alma

32. A palavra “modéstia” é oriunda de *modus* (medida), e temperança de *temperies* (proporção). Onde há medida e proporção não existe nem a mais nem a menos do necessário. Aí se encontra precisamente a plenitude. Termo esse que opusemos à indigência. E é preferível o emprego da palavra “medida” ao de “abundância”. Pois essa última traz certa idéia de afluxo e transbordamento, algo em profusão. Ora, onde há mais do que é conveniente, constata-se falta de moderação, pois o excesso ocasiona essa falta de medida. Por outro lado, a indigência não deixa de ter certa relação com a abundância. Ao passo que a medida ignora um e outro: tanto o demais como o de menos. Se analisarmos, contudo, a idéia de “opulência”, achamos que possui necessariamente a medida. Pois,

com efeito, o termo “opulência” vem de *ops* (ajuda). O excesso, porém, como poderia ajudar-nos, quando muitas vezes ele vem nos embaraçar mais do que o faz a penúria? Portanto, o que há em excesso ou em insuficiência existe falta de medida e risco de indigência. Logo, a sabedoria é a medida da alma, pois ela é, evidentemente, o contrário da estultícia. Ora, a estultícia é indigência, e esta tem como contrário a plenitude. Logo, a sabedoria é plenitude, e a plenitude implica a medida. Portanto, a medida da alma encontra-se na sabedoria. Donde o famoso aforismo que obteve justificada glória, por ser de máxima utilidade para a vida:

Nada haja em demasia.

Para ser feliz é preciso possuir a sabedoria

33. — Dissemos hoje, no início de nosso colóquio (IV,23), que se julgássemos ser a infelicidade nada além de carência, concordaríamos em declarar que o homem feliz seria aquele a quem nada falta. Foi isso o que estabelecemos. Portanto, ser feliz não é outra coisa do que não padecer necessidades, e isso é também ser sábio. Agora, se me perguntardes o que vem a ser a sabedoria — conceito a cuja análise e aprofundamento a nossa razão tem-se consagrado até o presente quanto pode — dir-vos-ei que a sabedoria é simplesmente a moderação do espírito (*modus animi*). Isto é, aquilo pelo que a alma se conserva em equilíbrio, de modo a não se dispersar em excessos ou encolher-se abaixo de sua plenitude. Sem essa medida, a alma atira-se em excesso na direção dos prazeres, da ambição, do orgulho e de todas as outras paixões do mesmo gênero. Por elas, os intemperantes, e portanto infelizes, imaginam alcançar alegria e poder. Ora, eles encontram-se, na verdade, diminuídos pelas baixezas, pelo medo, tristeza, cupidez e outras paixões. Sejam quem fo-

rem, esses infelizes reconhecem eles próprios que tais coisas fazem a infelicidade do homem. Ao contrário, quando alguém, tendo encontrado a sabedoria, faz dela o objeto de sua contemplação — para me servir de uma expressão deste menino (Adeodato, cf. III,18) — e a ele se apega (*ad ipsam se tenet*), sem se deixar seduzir por coisas vãs, sem se voltar mais para as aparências enganosas, cujo peso arrasta e submerge em profunda objeção, tudo se desfaz, por estar ele abraçado a seu Deus (*amplexus a Deo suo*). Então, essa pessoa não teme mais a imoderação, nem carência alguma, e, por conseguinte, nenhuma infelicidade. Concluamos, pois, que toda pessoa para ser feliz deve possuir sua justa medida, isto é, possuir a sabedoria.

A verdadeira sabedoria é a Sabedoria de Deus

34. — Mas que sabedoria será digna desse nome, a não ser a Sabedoria de Deus? Justamente aprendemos pela autoridade divina, que o Filho de Deus é precisamente a Sabedoria de Deus (1Cor 1,24); e o Filho de Deus, evidentemente, é Deus. Por conseguinte, é feliz quem possui a Deus. Sobre isso, todos já concordamos, no início de nosso festim (cf. II,11). Mas, na vossa opinião, qual há de ser essa Sabedoria senão a Verdade? Com efeito, também está dito: “Eu sou a Verdade” (Jo 14,6). Ora, a Verdade encerra em si uma Suma Medida⁵: da qual procede e à qual se volta inteiramente. E essa Suma Medida assim é, por si mesma, não por alguma imposição extrínseca. E sendo perfeita e suma é também a verdadeira Medida. E tal como a Verdade é gerada (*gignitur*) pela Medida,

⁵Agostinho cristianiza o conceito estóico e neoplatônico de medida. Nestas filosofias, a medida assinalava a cada coisa seu modo de ser, realizando o justo suficiente, em que nada falta ou se possui em demasia. Para Agostinho, Deus é a Medida sumprema, à qual todos os seres devem se ajustar. Assim, a sabedoria é medida e equilíbrio, exclusão dos excessos e deficiências. Possuir a medida-sabedoria é ser feliz.

assim também a Medida manifesta-se pela Verdade. Por conseguinte, nunca houve Verdade sem Medida, nem Medida sem Verdade. Quem é o Filho de Deus? Já o dissemos e está escrito: “A Verdade!” Quem é aquele que não possui progenitor, a não ser a Suma Medida? (o Pai). Logo, todo aquele que vier à Suma Medida pela Verdade será feliz. E isso é possuir a Deus na alma, gozar de Deus. Quanto às outras coisas criadas, Deus as possui, mas elas não possuem a Deus.

A verdadeira felicidade é a comunhão com a Trindade

35. — Certo impulso interior que nos convida a lembrarmos de Deus, a buscá-lo, a sentir sede dele, sem nenhum fastio, jorra em nós dessa mesma fonte da Verdade. É luz que esse misterioso sol irradia em nossos olhos interiores. E é dele que procede tudo o que proferimos de verdadeiro, ainda que tenhamos volver para ele nossos olhos ainda doentios ou recém-abertos, e de o fixarmos face a face. Esse sol revela-se a nós como sendo o próprio Deus, ser perfeito sem nenhuma imperfeição a diminuí-lo. Pois nele encontra-se toda perfeição, completa e íntegra, visto que ele é, ao mesmo tempo, o Deus todo-poderoso.

Entretanto, enquanto estivermos em sua busca, somos forçados a reconhecer que ainda não nos saciamos da água dessa fonte. E servindo-me daquele termo “plenitude” empregado por Licêncio (cf. IV,30), ainda não possuímos a plenitude. Não presumamos, assim, haver alcançado a nossa medida. Porque, também se certos da ajuda de Deus, ainda não atingimos a Sabedoria, nem, por conseguinte, a felicidade. Pois a perfeita plenitude das almas, a qual torna a vida feliz, consiste em conhecer piedosa e perfeitamente:

- por quem somos guiados até à Verdade (o Pai);
- de qual Verdade gozamos (o Filho);

— e por qual vínculo estamos unidos à Suma Medida (o Espírito Santo).

Nesses três elementos, aqueles que possuem o conhecimento e repelem as ilusões de várias superstições, reconhecem um só Deus e uma só Substância.

Nesse momento, minha mãe, lembrando-se das palavras que lhe estavam profundamente gravadas na memória, e como despertando em sua fé, deixou escapar alegremente este versículo de um hino de nosso bispo:

Protege, ó Trindade santa, aqueles que te imploram.
Acrescentou depois:

— Eis, sem nenhuma dúvida, a vida feliz, e essa é a vida perfeita. Tenhamos confiança que poderemos ser levados a ela, prontamente, graças à fé sólida, à alegre esperança e à ardente caridade.

Término do diálogo

36. — Assim pois, disse eu, já que a mesma moderação nos leva a suspender nosso festim pelo intervalo de alguns dias, dou graças com todas as minhas forças ao sumo e verdadeiro Deus, Pai e Senhor libertador das almas. E também a vós que, cordialmente convidados por mim, me cumulastes de dádivas. Pois fostes de tal ajuda em nossos colóquios que, não o posso negar, fui eu o saciado por meus convidados.

Todos a essas palavras testemunharam sua alegria e bendiziam a Deus. Trigésio exclamou:

— Como gostaria que tu nos obsequiasses todos os dias, nessa mesma medida.

— Essa medida deve ser guardada e amada em toda parte, se vos empenhardes deveras na nossa volta a Deus.⁶

Dito isso, demos fim a nosso colóquio e separamo-nos.

⁶O diálogo filosófico termina teologicamente, invocando a Trindade: fonte e plenitude da felicidade estão no relacionamento com a Trindade.

BIBLIOGRAFIA

- CAPÁNAGA, Victoriano, *San Agustín*, Barcelona: Clásicos Labor, 1950, pp. 119-131.
- GILSON, Etienne. *Introduction à l'étude de saint Augustin*, 3ème éd., cap. I: La béatitude. Paris: J. Vrin, 1959, pp. 1-11.
- GUITTON, Jean. *Le temps et l'éternité chez Plotin et saint Augustin*. 3ème éd., Paris: 1959, pp. 246-261.
- HAMMAN, A.G. *Santo Agostinho e seu tempo*. São Paulo: Paulus, 1989, pp. 78-85.
- MARITAIN, Jacques, *Les degrés du savoir*. 3ème éd. Paris: Desclée de Brouwer, 1932; chap. VII: De sagesse augustinienne, pp. 577-613.
- MC NAMARA, Marie Aquinas. *L'amitié chez saint Augustin*. Paris: P. Lethielleux, 1961, pp. 9-85.

ÍNDICE

5 Apresentação

SOLILÓQUIOS

LIVRO I

- 11 Introdução
- 15 Capítulo I Prece a Deus
- 21 Capítulo II O que se deve amar
- 23 Capítulo III O conhecimento de Deus
- 25 Capítulo IV Conhecimento fundamentado
- 28 Capítulo V Idêntico e igual conhecimento de coisas diferentes
- 30 Capítulo VI Olhos com que a alma vê a Deus
- 32 Capítulo VII Até quando a fé, a esperança e o amor são necessários
- 34 Capítulo VIII O que é necessário para conhecer a Deus
- 35 Capítulo IX Amor a nós mesmos
- 37 Capítulo X Amor às coisas corporais e exteriores
- 39 Capítulo XI Uso correto dos bens exteriores
- 41 Capítulo XII Nada se deve desejar senão enquanto leve ao Sumo Bem
- 44 Capítulo XIII Como e com que etapas se aprofunda a sabedoria
- 47 Capítulo XIV A própria sabedoria purifica as vistas
- 50 Capítulo XV Como se conhece a alma. Confiança em Deus

LIVRO II

- 55 Capítulo I Imortalidade da alma
- 58 Capítulo II A verdade eterna
- 60 Capítulo III A falsidade existirá sempre; mas não existirá sem os sentidos
- 63 Capítulo IV Perpetuidade da falsidade ou da verdade
- 66 Capítulo V Que é a verdade
- 68 Capítulo VI De onde vem e onde está a falsidade
- 72 Capítulo VII Verossímil. O nome SOLILÓQUIOS
- 74 Capítulo VIII De onde o verdadeiro ou o falso
- 76 Capítulo IX Que é falso, enganador e mentiroso

- 78 Capítulo X Certas coisas são verdadeiras enquanto falsas
- 80 Capítulo XI Verdade das ciências. Fábula. Gramática
- 84 Capítulo XII De quantas maneiras certas coisas estão noutra coisa
- 86 Capítulo XIII Deduz-se a imortalidade da alma
- 89 Capítulo XIV Amplia-se o silogismo acima
- 91 Capítulo XV Natureza do verdadeiro e do falso
- 95 Capítulo XVI Podem-se denominar coisas melhores com nomes de coisas inferiores?
- 97 Capítulo XVII Algo é totalmente falso ou verdadeiro?
- 99 Capítulo XVIII Acaso o corpo é verdadeiro?
- 101 Capítulo XIX A verdade imortal é argumento para a imortalidade da alma
- 103 Capítulo XX Cremos em algumas coisas; recordamos outras; outras não se percebem
- 107 Bibliografia

A VIDA FELIZ

- 111 Introdução

PREÂMBULO

CAPÍTULO I

DEDICATÓRIA A MÂNLIO TEODORO

- 117 1. A viagem em direção ao porto da Sabedoria
- 117 2. Três tipos de navegantes rumo à Filosofia
- 119 3. O escolho do orgulho
- 120 4. Agostinho expõe as etapas de sua navegação ao encalço da vida feliz
- 122 5. Insistente apelo a Mânlio Teodoro
- 123 6. Ambiente e participantes do colóquio

COLÓQUIO DO PRIMEIRO DIA

CAPÍTULO II

O PROBLEMA DA FELICIDADE

- 124 7. Constatamos de corpo e alma
- 125 8. O alimento da alma
- 127 9. O festim do aniversário
- 128 10. Questão: Somos felizes por possuímos o que queremos?

- 129 11. Só quem possui a Deus é feliz
- 131 12. Quem possui a Deus?
- 131 13. Apresentação de questão extra
- 132 14. Podem os acadêmicos ser felizes?
- 133 15. Licêncio procura apoiar-se em Alípio
- 135 16. Opinião de Mônica sobre os acadêmicos

COLÓQUIO DO SEGUNDO DIA

CAPÍTULO III

A POSSE DE DEUS COMO CONDIÇÃO DA FELICIDADE

- 137 17. Preâmbulo
- 138 18. Concordância das três opiniões sobre quem possui a Deus
- 139 19. É feliz aquele a quem Deus está presente como amigo
- 140 20. Pode ser considerado feliz quem ainda está à procura de Deus?
- 141 21. A benevolência de Deus traz felicidade
- 142 22. Consiste a infelicidade na carência?

COLÓQUIO DO TERCEIRO DIA

CAPÍTULO IV

A FELICIDADE É PLENITUDE ESPIRITUAL

- 144 23. Passar necessidade e ser infeliz se identificam?
- 144 24. Inconseqüências lógicas
- 145 25. Conceitos estóicos sobre a sabedoria da vida
- 147 26. Basta o gozo dos bens temporais para ser feliz?
- 148 27. A maior carência: a falta de sabedoria
- 149 28. Toda carência equivale a uma infelicidade
- 150 29. Todo infeliz é indigente
- 151 30. Plenitude: o oposto da indigência
- 152 31. Sentido da palavra: plenitude
- 153 32. A sabedoria: justa medida da alma
- 154 33. Para ser feliz é preciso possuir a sabedoria
- 155 34. A verdadeira sabedoria é a Sabedoria de Deus
- 156 35. A verdadeira felicidade é a comunhão com a Trindade
- 157 36. Término do diálogo
- 158 Bibliografia